

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2017-2021** -----
-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CINCO DE**
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE -----
-----**ATA NÚMERO CINQUENTA E DOIS**-----

----- Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. ----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Miguel Silva Avelãs, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Campos Rodrigues, Fábio Martins Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira,

Rita Maria Oliveira Calvário, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Pedro Miguel Tadeu Costa, Maria João Bernardino Correia, Natacha Machado Amaro, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Moraes, José Manuel Marques Casimiro, João Carlos Pereira, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Rosa Maria Carvalho da Silva, Nádia Alves Ribeiro Teixeira, Mário Nelson Moraes Freitas, Rodolfo Knapic e Maria José Pinheiro Cruz.-----

----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Hugo Gaspar (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Moraes.-----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Rodolfo Knapic.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz.-----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Maria Luisa Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Diana Isabel Bechet Vale.-----

----- Maria Cristina Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Graciela Lopes Valente Simões (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Casimiro.-----

----- Raúl Santos (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádía Teixeira.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato a Deputada Municipal Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (IND) sendo substituída pelo Deputado Municipal António Miguel Silva Avelãs (IND), por um período de 31 dias a partir do dia 30 de janeiro de 2019, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos exatos termos do respectivo pedido, e de acordo com o disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, a contrario sensu, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 12/2019, de 5 de fevereiro de 2019, foi deliberado o seguinte a descrever:-----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP – PJF de Carnide) à 50ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (31ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 22 de janeiro de 2019.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo e Paula Marques.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, João Pedro de Abreu Costa, Ana Jara, Assunção Cristas e Orísia Roque.-----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, podemos sentar para iniciar os nossos trabalhos, que já temos quórum.-----

----- Vamos dar início ao período de intervenção aberto ao público.-----

----- Temos quatro municípios inscritos, todos referentes a matérias de habitação e, portanto, vamos naturalmente os Grupos Municipais estão aqui a tratar também com a Mesa de vários temas relacionados com a Sessão.-----

----- Mas vamos iniciar aquilo que é o período de intervenção do público, pedindo naturalmente o vosso silêncio e a compreensão, sem naturalmente a Mesa querer prejudicar aquilo que é o trabalho de preparação da Sessão e de inscrições que os Grupos Municipais estão a fazer.-----

----- Primeira inscrita é a Senhora Joana Adro, que eu pedia que se pudesse dirigir ao púlpito.-----

----- Penso que foi informada que tem três minutos, mas se tiver documentação ou alguma intervenção, naturalmente que poderá deixar, será integralmente transcrita na ata e naquilo que é o expediente decorrente da sua intervenção que é remetida à Câmara e a todos os Grupos Municipais.-----

----- Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, agradecia um pouco de silêncio para começarmos a ouvir a munícipe Joana Adro.-----

----- Tem a palavra.”-----

----- **A Munícipe, Senhora Joana Adro,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Posso?-----

----- *Boa tarde ao Senhor Presidente em Exercício, ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados e público.*-----

----- *Bem, eu sou a Joana Adro, venho expor um pouco a minha vida aqui.*-----

----- *Há dez anos que eu ando a pedir casa na Câmara, tem sido muito complicado para mim.*-----

----- *Sou uma mãe solteira tenho dois filhos, um deles é asmático crónico já desde nascença, foi difícil também pedir a bonificação por deficiência, estava a ser muito complicado mas consegui.*-----

----- *Eu fui à Câmara pedir casa o ano passado, deram-me uma pontuação de cento e seis, mas quando chegou a altura de me mandarem a carta, fui entregar os documentos e disseram que eu não tinha direito à casa.*-----

----- *Não me deixavam desistir da candidatura, tentei de tudo, hoje fui lá desistir da candidatura, fiz uma nova candidatura.*-----

----- *Desde o ano passado, eu vivia numa casa arrendada, em que o senhorio meteu-me no “olho da rua”, cortou-me a luz e a água porque chovia lá dentro, e eu também não tinha condições para pagar a renda.*-----

----- *Fui insistindo com a Câmara com a situação, até agora nada!*-----

----- *“Andei aos caídos” com os meus filhos e com as malas, andei a morar em casa de amigos, morei também num parque de campismo com as crianças, depois fui para casa da minha mãe.*-----

----- *A minha mãe o ano passado faleceu, e a minha vida está a ser muito complicada, então eu peço ajuda a todos os Senhores Deputados e também aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, que me ajude.*-----

----- *Porque eu tenho feito de tudo, tenho corrido meios e fundos, tenho ido à Santa Casa, tenho pedido tudo, e nada, ninguém me ajuda, ninguém me quer ajudar.*-----

----- *O meu filho não pode dormir comigo na mesma cama, eu não posso dormir dentro de um quarto com três crianças, porque o meu filho todas as noites está com falta de ar.*-----

----- *Eu só preciso de ajuda, eu não peço muito que me ajudem com a casa, só peço isto, até pode ser uma casa mesmo por arranjar, eu não me importo, desde que me deem um burquinho a mim e aos meus filhos, eu agradeço.*-----

----- *Porque custa muito duas crianças me perguntarem sempre: “ó mãe será que nós vamos ter uma casa?”*-----

----- *Eu só peço isso, não peço muito.* -----
----- *Tenho também aqui documentos para entregar aos Senhores Deputados de cada partido, para poderem ver o meu caso e poderem-me ajudar, se faz favor, eu agradeço do fundo do coração, ao menos que olhem pelos os meus filhos, não digo por mim mas pelos meus filhos, eu peço isso.* -----
----- *E obrigado por me ouvirem.* -----
----- (A Documentação entregue pela Munícipe Joana Adro fica arquivada nos Serviços da Assembleia Municipal)-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- *“Muito obrigado Dona Joana, agradecia que pudesse deixar os documentos.* -----
----- Este é um tema que preocupa a Câmara, a Assembleia Municipal, todas as forças políticas sem exceção, e eu pedia também aos Serviços que pudessem e à Assessora à Elisabete, se pudesse também falar ali um pouco com a nossa munícipe, para obtermos informação complementar que naturalmente depois servirá para enviar à Câmara e a todas as forças políticas que têm naturalmente a habitação como uma das suas principais prioridades, penso que é um consenso aqui na Assembleia Municipal e também na Câmara. -----
----- O segundo munícipe é o Senhor José António Marin, também já, cujo o processo é bem conhecido dos Autarcas que compõem esta Assembleia Municipal.-----
----- Senhor José António pode dirigir-se ao púlpito, também sabe aquilo que são os constrangimentos, os três minutos da intervenção e também que pode deixar toda a documentação ou toda a intervenção que é integralmente transcrita para ata e distribuída. -----
----- Tem a palavra.”-----
----- **O Munícipe, Senhor José António Marin,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- *“Muito boa tarde.*-----
----- *Senhor Presidente, estimada Assembleia, antes de mais queria dizer que é uma vergonha que a Câmara continue a não intervir tanto no meu como noutros casos da cidade, a Câmara podia e devia assumir as responsabilidades e não assume.* -----
----- *Independentemente dos diferendos jurídicos com os danos do edifício onde habito desde que nasci há cinquenta e cinco anos, os atos que têm sido perpetrados contra mim desde há mais de cinco anos e meio são aviltantes para qualquer ser humano, assiste-se a uma autêntica encenação do mais negro humor, que bem se poderia denominar a “fada da lesma e do caranguejo”, tudo continua como a lesma, exceto a minha saúde que vai piorando de dia para dia.* -----
----- *Apesar das obras no prédio a fração onde habito desde que nasci há cinquenta e cinco anos está cada vez mais indigna, com o chão da cozinha remendado e cheio de fugas que me fustigam de frio como se submetido a condições semelhantes a uma tortura num campo de concentração.*-----
----- *Roubaram-me a luz do patamar e a luminária, as persianas e estendal das traseiras, campainha e porta do prédio não funcionam, e 90% das vezes o correio que*

me é remetido volta para trás como o caranguejo, e para cúmulo da desvergonha após mais de um mês sem poder usar luz na cozinha, corruiu parcialmente como fruto da incúria da UTC, eu tenho que pagar a eletricidade que mesmo após cortada mais de três semanas, milagrosamente as contas quase duplicaram e aparecem-me contas de sessenta euros e sessenta euro, de sessenta euro!-----

----- Sendo depois legítimo inferir-se que foi utilizada nas obras eletricidade obtida a jusante do meu contador e difícilima de pagar, por alguém que recebe rendimento social de inserção, recentemente aumentado menos de três euro. -----

----- Uma UTC sempre, mas sempre, empenhada em defender os grandes interesses imobiliários, mas nunca jamais em tempo algum preocupada em servir os interesses do bairro de Inglaterra integrante nas Freguesias de Arroios e Penha de França, ao longo de décadas. -----

----- Se eu e outros cidadãos acreditássemos que existe um Pai Natal dos direitos humanos e uma fada madrinha da chamada Constituição, então nós acreditaríamos que valeria a pena investir em tempo e dinheiro numa carta da cidade, de que está a CML e AML à espera que aconteça? -----

----- Uma inevitável tragédia para depois virem “chorar lágrimas de crocodilo”, sobre o meu cadáver! -----

----- É o meu caso tão somente um dos muitos da nossa cidade, mas tal não pode justificar o impedimento da Câmara para agir, para impedir mais uma tragédia, pois de uma tragédia muitas nascerão, entendam como melhor acharem. -----

----- E permita-me agora no final que denuncie uma situação que está a acontecer a poucos metros daqui, que nas Galveias na Biblioteca vai para quinze dias pelo menos, não há papel para limpar as mãos nem sabonete, as pessoas têm que andar prevenidas, e a casa de banho das mulheres nem está a funcionar, é uma vergonha que tenham inaugurado com grandes parangonas e só olham para o lucro, mas andam lá as trotinetas, as bicicletas, prontas para nos atropelar.” -----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Muito obrigado Senhor José António, aquilo que é o seu processo de habitação é bem conhecido de todos os diferentes Grupos Municipais, também da Mesa da Assembleia, e prosseguirá, e estou certo que o outro assunto que aqui trouxe também a Câmara Municipal de Lisboa tomou boa nota e também naturalmente que a Assembleia Municipal enviará essa preocupação com a biblioteca à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A terceira munícipe inscrita também referente a assuntos de habitação é Maria da Conceição Inácio. -----

----- Também do mesmo modo informá-la que tem três minutos, mas se tiver documentação, se tiver uma intervenção escrita que não possa completar ela será integralmente transcrita e difundida. -----

----- Tem a palavra três minutos.” -----

*----- **A Munição, Senhora Maria da Conceição Inácio,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Boa tarde, Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente e Senhores Vereadores e Senhores Deputados e boa tarde Público. -----
----- Eu chamo-me Maria Inácio, venho aqui por causa de uma casa que habito na Virgílio Ferreira, a qual em 2016 me pediram para entregar documentação, que o meu marido sempre viveu nesta habitação desde noventa e sete. -----
----- A qual depois nós casamos e eu fui para esta habitação, a qual a Doutora Helena Correia, me pediu documentação urgente, que este assunto ia ser tratado em quatro meses, em 2016. -----
----- Andei sempre de volta da GEBALIS, inclusive escrevi cartas a Doutora Vereadora, ao Senhor Presidente da GEBALIS, nunca foi recebida como tal, o Senhor Presidente da Câmara, também, andamos sempre informados desta situação, pagando a nossa renda sempre a tempo e horas. -----
----- A qual em setembro de 2018, fui lá e esta doutora, não sei se é Doutora, Helena Correia, que nos disse que eu tinha tempo para mostrar a minha documentação, provar a situação que a gente tinha direito a defesa. -----
----- A qual, agora sexta-feira recebo uma carta que tenho trinta dias para abandonar esta casa. -----
----- Eu quero que alguém me explique, como é que em trinta dias alguém consegue arranjar uma casa em Lisboa, o meu marido é funcionário público em Lisboa.-----
----- E que me digam uma solução, como é que eu vou fazer em trinta dias. -----
----- Todos os documentos, uma vez que em 2016 me disseram uma coisa. -----
----- Eu acho que tenho direito a defesa. -----
----- Eu gostava que me dissessem o que é que posso fazer, uma vez que já escrevi a tudo o que é possível.-----
----- Obrigado, boa tarde.”-----
----- (A documentação entregue pela Múncipe Senhora Maria Inácio, fica arquivada nos Serviços da Assembleia Municipal)-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, também como já referi, a Senhora Primeira Secretária em Exercício para receber toda a documentação, que será integralmente distribuída não só à Câmara como aos Grupos Municipais.”-----
----- E passamos à quarta inscrição, Isaque Ezequiel da Conceição, também referente ao tema da habitação.-----
----- Também reiterar aquilo que temos dito aos anteriores municípios, tem três minutos para usar da palavra, mas toda a intervenção, se não puder completar ou toda a documentação que tiver pode deixar na Mesa, que será integralmente vertida na Ata e distribuída não só à Câmara, como aos diferentes Grupos Municipais, tem a palavra.”-----
----- **O Múncipe, Senhor Isaque Ezequiel da Conceição,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Boa tarde a todos, boa tarde Senhor Presidente.-----

----- *Eu recebi a carta da Assembleia sobre o Relatório da minha situação, que lá na Câmara eles tinham, que foi feito pela Doutora Ana Santos, penso eu, pela Técnica.---*
----- *Isto é o seguinte: no Relatório diz aqui que eu resido na casa dos meus pais, e que tinha pessoas a afirmar e estavam lá três carrinhas que eram minhas. Entretanto eu fui ao prédio dos meus pais, eu recolhi as assinaturas dos vizinhos dos meus pais a confirmarem que eu já lá não resido há cerca de três anos e eu tenho aqui as fotocópias dos documentos das carrinhas a comprovar que não são minhas, são do meu pai. -----*

----- *A seguir tenho aqui também no Relatório que a minha esposa vivia na casa do tio, no Prior Velho, e isto foi o seguinte, ela chateou-se, como eu já tinha dito, com a minha avó e com a minha tia e a minha avó e a minha tia mandaram-na embora de lá de onde nós estamos a viver. Entretanto nestes dias ela foi para a casa do tio dela porque não tinha para onde ir, que os pais dela não vivem cá, vivem longe e ela foi para lá para casa do tio. -----*

----- *Entretanto às necessidades, por causa das necessidades que tinha ela fez lá o Rendimento Social de Inserção, fez lá o rendimento, tenho aqui os papéis de duas datas que foram feitas e isso foi dias antes ou nem sequer um mês foi, antes de eu receber a casa, que ela alterou a morada, foi por causa disso, que se tinha acabado de zangar com a minha avó e com a minha tia, ela teve que sair dali porque a minha avó e a minha tia não a queriam ali porque a tinham chateado por causa das crianças, e entretanto por causa das necessidades dela, ela foi obrigada a fazer o Rendimento Social de Inserção, porque nós nunca tínhamos recebido, nem ela nem eu nunca recebemos na vida, porque nem sequer, não tínhamos onde fazer, porque na carrinha, na Segurança Social não deixam fazer, por causa da morada da carrinha. --*

----- *Entretanto na fiscalização, foram depois à Avenida Mouzinho de Albuquerque, disseram também que eu não estava lá, não sei onde é que eles foram buscar essas informações! Eu já entreguei aqui a documentação dos vizinhos que eu resido lá e comprovam que eu estou lá há cerca de três anos. -----*

----- *Eu também tenho aqui, tenho aqui não, vocês podem confirmar com o motorista, que é o Paulo Teixeira, que ele é motorista daqui, ainda agora o vi ali na porta de entrada ali da Secretaria, ele vive no mesmo prédio, no mesmo prédio que nós, do que a minha avó e, ele pode ser uma testemunha, ele pode comprovar a minha situação.” -----*

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção e a documentação pode deixar. Eu ia pedir aos Serviços que também pudessem encaminhar o Senhor Isaque para a Assessora do Gabinete da Presidente, que acompanha as matérias da habitação para aprofundarmos um pouco a conversa, se o Senhor Isaque da Conceição estiver disponível, porque de facto tinham-me deixado aqui na Mesa um processo já com muito expediente e por isso, naturalmente que é uma matéria que acompanharemos e que também naturalmente daremos conta às diferentes forças políticas representadas na Assembleia Municipal, assim como na Câmara. -----

----- Assim se encerra o período de intervenção aberto ao público.”-----

----- (A documentação entregue pelo Município Isaque Ezequiel da Conceição fica arquivada nos Serviços da Assembleia Municipal)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1- APRECIACÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DA DEPUTADA MUNICIPAL MARIA HELENA DO REGO DA COSTA SALEMA ROSETA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 77.º, N.ºS 1 E 2, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NO ART.º 7.º DO REGIMENTO;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos tratar primeiro da recomposição como é regimentalmente exigido da composição do quórum, procedendo à apreciação do pedido de suspensão do Mandato da Deputada Municipal Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis.”-----

----- Se ninguém pede a palavra, nem tem nada a dizer consideramos que o Plenário, apreciou e confirmou a suspensão da Presidente da Assembleia Municipal, a Deputada Helena Roseta. -----

----- E eu, solicitava que o membro que se segue na lista o António Miguel Silva Avelãs, que se possa dirigir aqui à Mesa dos serviços para que assine aquilo que é necessário, e o quórum da Assembleia fique completo.”-----

----- **(Apreciado)**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos dois votos de pesar.-----

----- O Voto n.º 52/01 apresentado pelo Partido Social Democrata e o Voto n.º 52/02 apresentado pelo PAN.-----

----- E pedir à Deputada Municipal Virgínia Estorninho, a Senhora Segunda Secretária para proceder à leitura do Voto n.º 52/01”.-----

----- **VOTO DE PESAR Nº 052/01 – (SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD) “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE OCTÁVIO MATOS”**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária em Exercício, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra leu o Voto de Pesar:-----

----- “*Voto de Pesar pelo falecimento de Octávio Matos.*-----

----- *Octávio Matos nasceu no Porto a 5 de Abril de 1939, no seio de uma família ligada ao Teatro, mas foi em Lisboa que viria a desenvolver parte da sua carreira artística através do teatro de revista, da televisão e das séries humorísticas onde conquistou o grande público.*-----

----- *Com apenas quatro anos de idade, sobe pela primeira vez a um palco pela mão do seu pai. Os anos 60 do século passado marcariam definitivamente a sua relação com o Teatro de Revista. Do ABC ao Maria Vitória, o seu nome ficaria para sempre associado a uma série de marcos na história da Revista à Portuguesa. Remonta*

também ao começo desses anos, mais concretamente a 1965, a sua estreia no cinema, com “O Parque das Ilusões”, de Perdigão Queiroga, mas a sua relação com a Sétima Arte, não ficaria por aqui, é através da televisão, que reforça o seu vínculo com o grande público, quase sempre através do registo humorístico.-----

----- A sua rica e extensa carreira, inclui ainda as séries - “Eu Show Nico”, “Nico D’Obra”, “Nós os Ricos”, “Camilo o Pendura” ou “O Prédio do Vasco”.-----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão extraordinária de 05 de Fevereiro de 2019.-----

----- Prestar homenagem ao Actor Octávio Matos, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

----- Este Voto deverá ser enviado à sua Família.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- **VOTO N.º 052/02 – (SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PAN E DO PS.)**-----

----- **“VOTO DE PESAR POR KIM-DONG, EX-VÍTIMA DE ESCRAVATURA SEXUAL EM TEMPO DE GUERRA.”**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos agora proceder à leitura do Voto n.º 52/02, apresentado pelo PAN, e a Senhora Primeira Secretária em Exercício Patrocínio Vale César vai proceder à leitura.”-----

----- **A Senhora Primeira Secretária em Exercício, Patrocínio Vale César**, no uso da palavra leu o Voto de Pesar:-----

----- “Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PAN, por Kim-dong, ex-vítima de escravatura sexual em tempo de guerra.-----

----- Faleceu na passada segunda-feira, dia 29 de janeiro, aos 92 anos, Kim Bok-dong, vítima de escravatura sexual durante a II Guerra Mundial e uma figura simbólica na luta pelos direitos das mulheres, sobretudo das vítimas de violência sexual em tempo de conflito armado.-----

----- Nascida em 1926, Kim Bok-dong, sul coreana, foi retirada à sua família em 1940 com apenas 14 anos, quando o Japão ocupava o seu país, com o pretexto de ser necessária mão-de-obra para trabalhar nas fábricas. Contudo, tal como milhares de meninas e mulheres, Kim foi vítima de escravatura sexual. Estas meninas e mulheres eram, sem decore, denominadas pelos japoneses como “mulheres de conforto”.-----

----- Quando regressou ao seu país, no final da guerra em 1945, escondeu, como a maioria o fazia e por vergonha, a sua vida de sofrimento, após ter sido “transportada” e abusada na China, em Hong Kong, na Malásia, Indonésia e Singapura.-----

----- Em 1992, um ano após outra vítima ter dado o seu testemunho, Kim Bok-dong tornou-se a segunda mulher a dar voz ao sofrimento de milhares de vítimas. Desde aí, até à sua morte, não mais parou. De acordo com as suas palavras, que partilhou com

o Mundo na procura de sensibilizar a comunidade internacional para a violação do direitos humanos das mulheres e meninas vítimas da exploração sexual: “Nos dias de semana eu tinha de receber 15 soldados por dia. Aos sábados e nos domingos, eram mais de 50. “ -----

----- Os historiadores estimam que, só nestes anos de ocupação da Coreia pelo Japão (entre 1910-1945), tenham existido entre 200 e 300 mil meninas e mulheres vítimas de escravatura sexual. -----

----- Em 1996, um relatório dos Direitos Humanos das Nações Unidas reconheceu que estas mulheres foram “escravas sexuais militares”. -----

----- Este é um momento particularmente triste, pois faleceu uma das maiores ativistas dos direitos das vítimas de escravatura sexual em tempo de guerra. Sabemos que esta luta não está em nada ganha, pois embora as leis internacionais e as convenções relativas a direitos humanos proíbam determinadamente a violência sexual, esta continua a prevalecer nos conflitos armados contemporâneos. -----

----- Poderíamos dizer, nas palavras de Martin Luther King que “A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar”. Mas Portugal e Lisboa não são, infelizmente, alheios a este flagelo que destrói a vida de tantas meninas e mulheres ainda hoje vítimas de violência sexual, violando os seus direitos humanos. Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 5 de fevereiro de 2019, delibere:-----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento da Sr.ª Kim Bok-dong e pelo sofrimento de todas as meninas e meninos, mulheres e homens, vítimas de violência sexual, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem; -----

----- 2. Manifestar o seu profundo pesar e repúdio por todos os atos de violência sexual perpetrados durante os conflitos armados, no passado, no presente e no futuro.-----

----- 3- Remeter o presente Voto à Embaixada da Coreia do Sul.-----

----- O Grupo Municipal do PAN o Senhor Deputado Miguel Santos e a Senhora Deputada Inês de Sousa Real, e deduzem que este Voto foi ainda subscrito pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Vamos então proceder à votação dos dois votos, vamos votar o Voto n.º 52/01 apresentado pelo Partido Social Democrata.” -----

*----- **O Voto de Pesar n.º 052/01 pelo Falecimento de Octávio Matos foi aprovado por unanimidade** com a seguinte votação: não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Vamos proceder à votação do Voto n.º 52/02, apresentado pelo PAN.” -----

----- **O Voto de Pesar nº 052/02 pelo Falecimento de Kim-dong foi aprovado por unanimidade** com a seguinte votação: não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 9 IND. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos guardar um minuto de silêncio.” -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelos votos de pesar)-----

----- **PONTO 2- APROVAÇÃO DO EXCERTO DA ATA DA 49ª REUNIÃO (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA), DE 15.01.2019, RESPEITANTE À APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 17/2018 – “VAMOS SALVAR O ANTIGO MUSEU DA RÁDIO E O SEU JARDIM“;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então proceder no âmbito do ponto número dois da Ordem de Trabalhos à aprovação do excerto da Ata 49ª, da quadragésima nona Reunião Extraordinária de 15 de janeiro de 2019, respeitante à apreciação da Petição n.º 17/2018 – “Vamos salvar o antigo Museu da Rádio e o seu jardim“. -----

----- Quem vota contra? Não registámos votos contra. -----

----- Quem se abstém?-----

----- Este excerto da Ata foi aprovado por unanimidade, naturalmente salvaguardando que não participam na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes nesta reunião.”-----

----- **O Excerto da Ata n.º 49, de 15 de janeiro foi aprovado por unanimidade.** Não há votos contra, não há abstenções, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 52, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Excerto da Ata n.º 49, Sessão Extraordinária, realizada em quinze de janeiro de dois mil e dezanove, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Gama Albuquerque (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Maria José Pinheiro Cruz (PSD), João Maria Condeixa (CDS-PP), Diana Bechet Vale (CDS-PP), Fábio Martins (PCP), Natacha Amaro (PCP), João Carlos Pereira (PCP), Rita Calvário (BE), Paula Inês Sousa Real (PAN) e António Avelãs (IND).-----

----- **PONTO 3- DEBATE DE ATUALIDADE SOBRE O “PROCESSO DE OBRAS DE RENOVACÃO DA PRAÇA DO MARTIM MONIZ (PCP), AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 49º DO REGIMENTO, DE ACORDO COM O FORMATO EM ANEXO; GRELHA K;**-----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/05 (CDS-PP)** -----

----- (A **Recomendação n° 052/05 do CDS-PP** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/07 (PCP)** -----

----- (A **Recomendação n° 052/07 do PCP** fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto três da Ordem de Trabalhos “Debate de atualidade sobre o “Processo de obras de renovação da Praça do Martim Moniz” ao abrigo das disposições aplicáveis. -----

----- Depois foram apresentadas duas recomendações para este Debate, uma apresentada pelo Partido Comunista Português, outra pelo CDS-PP.-----

----- Informar também que a representação da Câmara nos foi comunicada e é visível que se fará representar neste Debate pelo Senhor Presidente da Câmara, e também o formato do Debate foi distribuído com a convocatória.-----

----- O partido proponente, que é o Partido Comunista Português abre o Debate, e depois naturalmente que as restantes forças políticas e a Câmara, podem ir gerindo o seu tempo, e podem ir tendo intervenções ao longo do Debate, e ele encerra quando todos esgotarem o seu tempo ou quando não tivermos mais inscrições.-----

----- E portanto, penso que aqui a Segunda Senhora Secretária já tem variadíssimas inscrições, não sei quem é o Deputado inscrito do partido proponente, o Partido Comunista Português.-----

----- É o Senhor Deputado Modesto Navarro?-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Modesto Navarro.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, a palavra para iniciar o Debate.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados, Excelentíssimo Público. -----

----- No final de 2011, a EPUL lançou o concurso público para a concessão de exploração de dez quiosques, destinados a estabelecimentos de bebidas, com esplanada na Praça Martim Moniz, sendo este prazo de execução do contrato de dez anos, prorrogável por períodos de três anos, até ao limite máximo de dezasseis anos.---

----- Teve o seu início no ano 2012, tendo ganho o concurso a empresa “NCS – Número de Ciclos por Segundo”.-----

----- Em 20 de novembro de 2018, foi apresentado um projeto de requalificação da Praça do Martim Moniz, pela Câmara Municipal de Lisboa e a “Moonbrigade”, empresa à qual a praça será concessionada até 2032, tendo sido informado que o

projeto contemplava a implementação de contentores com fins comerciais, incluindo-se uma vedação para a limitação de livre uso da Praça pelos moradores, e visitantes.

----- Perante a indignação da população na referida Sessão Pública, o Vereador do Urbanismo afirmou a intenção de discutir a questão no Executivo Camarário, mas nada aconteceu, aliás, no 6 de dezembro, é divulgada através da comunicação social uma comunicação da “Moonbrigade”, que refere ter realizado alterações ao projeto inicial. -----

----- Apesar de ter uma aparência diferente da inicial, este suposto novo projeto mantém o mesmo tipo de programação, ocupação e comercialização do espaço público. -----

----- Estão previstos cerca de cinquenta espaços comerciais, instalados em contentores revestidos, alguns funcionaram até à meia-noite segundo as notícias vindas a público. -

----- Não existiu sobre este assunto qualquer discussão pública, e as obras foram iniciadas durante o mês de janeiro de 2019. -----

----- No dia 11 de dezembro de 2018 foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia uma recomendação dirigida à Câmara Municipal, proposta pelo PCP, onde assentava a necessidade de a Câmara Municipal de Lisboa, proceder à avaliação da concessão à empresa “NCS – Número de Ciclos por Segundo”, de forma a concretizar as medidas necessárias para denunciar o contrato nos termos legalmente previstos. -----

----- De a Câmara Municipal de Lisboa disponibilizar aos Eleitos da AML todos os documentos relativos ao programa, bem como todas as alterações, e renegociações em relação ao mesmo. -----

----- De a Câmara Municipal de Lisboa dar início a um processo de participação pública que visasse a definição de um programa preliminar para o Martim Moniz de acordo com as necessidades da população. -----

----- Só após a conferência de imprensa realizada pelos Eleitos do PCP no local, no passado dia 28 de janeiro, e após da divulgação da notícia do que o PCP iria concretizar uma série de iniciativas, entre as quais a realização deste Debate de Atualidade, é que foi entregue na terça-feira passada, dia 29 de janeiro a referida documentação, a menos de vinte e quatro horas da Reunião Pública da Câmara Municipal, para a qual tínhamos anunciado apresentar uma moção sobre o tema. -----

----- A documentação recebida evidência que o discurso propagado pela gestão da CML, de que nada poderia fazer em relação à concessão da praça é falso! -----

----- Após análise dos documentos facultados concluímos que a empresa “NCS”, estava em situação de incumprimento contratual desde pelo menos 2014, e a Câmara não procedeu de forma rigorosa à resolução do contrato como estava devida, uma vez que o contrato previa que a falta de pagamento de renda nos prazos contratualmente acordados implicaria a obrigação de pagamento do preço mensal em dívida, acrescidos de juros de mora à taxa legal, e constituía causa de resolução do contrato, após o decurso de três meses na situação de incumprimento, e direito de acionar a caução prestada. -----

----- É caso para perguntar à CML porque não o fizeram? -----

----- A concessionária “NCS” só foi notificada formalmente do incumprimento em fevereiro de 2017, quando a dívida já estava no valor de 153,379 euros, porque é que não foi antes? -----

----- A CML não atuou de forma rigorosa perante este incumprimento. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa deveria ter desencadeado os mecanismos necessários legais, para proceder à resolução do contrato por incumprimento das obrigações contratuais, ao invés optou por autorizar uma cedência de posição contratual, e foi criada uma adenda ao contrato que veio alterar o objeto, prazo de concessão e o valor do contrato, sem que a mesma fosse sujeita ao escrutínio dos órgãos municipais e a novo procedimento concursal. -----

----- Passámos de um contrato para a concessão de exploração de dez quiosques com esplanadas e outras obrigações acessórias, para um contrato que prevê a concretização de um projeto designado “Martim Moniz *Market*”, projeto em anexo à referida adenda com treze unidades comerciais destinadas a estabelecimentos de restauração, bebidas, lojas ou outros com esplanadas, segundo as notícias que vinculam informação do novo concessionário, estamos a falar de cinquenta espaços comerciais, tudo isto com preço contratual mensal de cinco mil seiscientos e dez euros. -----

----- Até à data não foi feita...estou quase a terminar Senhor Presidente.-----

----- Até à data não foi feita uma avaliação com a participação e o envolvimento da comunidade sobre o modelo e utilização da Praça do Martim Moniz, e como podemos constatar mantem-se a contestação ao processo até agora conhecido. -----

----- A gestão do espaço público é ser iminentemente política, e deve responder às necessidades da população e dos seus usuários, e não a lógicas privadas de rentabilização. -----

----- Para os Eleitos do PCP, e tal como está expresso na recomendação que apresentámos, a Câmara deverá suspender de imediato a obra, e deverá reavaliar todo o procedimento de forma a verificar a sua validade. -----

----- Para o PCP deve se dar início a um processo de participação pública, que vise a definição de um programa preliminar para o Martim Moniz, de acordo com as necessidades e anseios dos moradores e comunidades locais. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, foi só para sinalizar que tinha esgotado os cinco minutos para intervenção, naturalmente enquanto partido proponente tinha outros cinco minutos, e portanto, prosseguiu durante mais um minuto e onze, foi nessa gestão de tempo. -----

----- Aberto o Debate, agora a Senhora Segunda Secretária irá dar a palavra sequencialmente pela ordem das inscrições, quer as diferentes forças políticas, quer a Câmara possam fazer ao longo do Debate.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, boa-tarde a todos e a todas.-----

----- Saudamos o PCP por ter trazido este Debate à AML, agradecemos ao PCP, e fazamos um exercício.-----

----- Imaginemos que a Câmara Municipal de Lisboa decide intervir numa praça da cidade, e que se apresenta a sua ideia à população, imaginemos que os cidadãos de Lisboa se mobilizam e apresentam as suas ideias e sugestões para essa praça, imaginemos que a Junta de Freguesia onde esta praça está se mobiliza, dá sugestões e se disponibiliza para gerir o espaço.-----

----- Imaginemos que a câmara Municipal de Lisboa decide em Reunião de Câmara por unanimidade que qualquer que seja o projeto que seja implementado nessa praça, tem que respeitar a vontade dos residentes.-----

----- Imaginemos ainda que os cidadãos saem à rua para mostrar o quanto gostam daquela praça, e o quanto querem participar na sua renovação.-----

---- Não estaríamos todos de acordo se fosse este o cenário de que era um bom exemplo de participação e de mobilização pelo direito à cidade?-----

----- Não queremos nós mais que aconteçam este tipo de cenários em Lisboa?-----

----- Não desejamos tantas vezes, e dizemos aqui nesta Câmara tantas vezes que as pessoas devem participar nas soluções para Lisboa?-----

----- Eu estou em crer que sim!-----

----- Excepto um pequeno detalhe, que foi precisamente isto que aconteceu no Martim Moniz.-----

----- A 20 de novembro, o Vereador Manuel Salgado apresentou o projeto aos Lisboetas, as pessoas participaram e disseram o que queriam e não queriam da Praça do Martim Moniz.-----

----- A Junta de Freguesia de Santa Maria Maior envolveu-se em todo o processo.-----

----- A Câmara Municipal aprovou em Reunião de Câmara e por unanimidade uma moção do Bloco de Esquerda, que garantia que qualquer projeto aprovado para o local respeitaria a vontade dos residentes.-----

----- As pessoas saíram à rua no passado sábado fazendo um cordão humano, para dizerem o que querem da Praça do Martim Moniz, e o que não querem da Praça do Martim Moniz, e foram bem claras, gritaram bem alto, “queremos um jardim.”-----

----- Em que detalhe é que o nosso cenário ideal não corresponde à realidade?-----

----- É que a Câmara não cumpriu aquilo que foi aprovado em Reunião de Câmara, avançou com um projeto sem consultar a população, sem apresentar o tal novo projeto, licenciando obras de instalação de infraestruturas do subsolo, que obviamente, terão em conta um projeto qualquer, e não qualquer projeto.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, lamento mas não podemos viver no mundo do facto consumado.-----

----- A praça estava concessionada por dez anos à “NCS”, e a empresa falhou e incumpriu o seu contrato, a Câmara decidiu renovar a concessão com os novos acionistas em setembro de 2018, e esta nova empresa apresentou um projeto de contentores para o Martim Moniz. -----

----- A Câmara podia ter revogado o contrato de concessão, escolheu não o fazer, escolheu não consultar a população antes de uma decisão tomada. -----

----- Lamento mas o facto consumado não vale! -----

----- Além disso, os custos que derivarem desta nova ação da Câmara Municipal sobre o Martim Moniz, só podem ser assumidos por quem resolveu avançar sem consultar a população.-----

----- Quando as pessoas fazem uso do seu direito de participar na discussão para as soluções da cidade, isso não poder ser considerado “uma chatice”, porque afinal já estava tudo decidido. -----

----- Quando as pessoas participam nas soluções, chama-se cidadania. -----

----- Já sabemos, há uma visão da cidade que é a do que o Martim Moniz é zona para turistificar. -----

----- É uma zona para render! -----

----- Tem de funcionar como um centro comercial, é a céu aberto, mas é um centro comercial com gestão concessionada, abre e fecha como um centro comercial. -----

----- Mas não foram os turistas que saíram à rua no passado sábado, foi a população de Lisboa que garantiu o Mandato que a Câmara tem, e garantiu o Mandato que os Deputados Municipais têm para fazer a fiscalização da Câmara Municipal. -----

----- E é essa população que exige que aquele espaço deve ser para estar, que deva estar aberto ao público permanentemente, que deva ser para estarem com as suas crianças, que deva ser para viver, em espaço sem muros nem vedações, um espaço com sombra, com bancos públicos independentes dos espaços comerciais, verde independente de quem está a funcionar.-----

----- Verde porque é essa a vontade de Lisboa.-----

----- A Lisboa da “disneyland” vive em oposição à Lisboa do direito à cidade que cada uma das pessoas que está em Lisboa tem. -----

----- Tiremos então da frente o detalhe que tantas vezes ouvimos nesta Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, vamos então devolver a praça aos lisboetas. ----

----- Vamos ouvi-los sobre os projetos, ouvi-los sobre as soluções, não é possível promover um programa chamado “Uma praça em cada bairro”, e depois numa das zonas onde foram cometidos os maiores erros arquitetónicos não fazer nada! -----

----- Vedamos o espaço onde as crianças jogam críquete e se refrescam nas fontes, e empinam-se contentores onde deveria haver espaço verde e público. -----

----- Assim, nós queremos anunciar que vamos apresentar na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior uma proposta de referendo local, para ouvir a população da freguesia sobre o que querem para o Martim Moniz.-----

----- Ouvir a população sobre os contentores, sobre o jardim, sobre o gradeamento de mais uma zona da cidade.-----

----- Queremos ouvir a população de forma vinculativa, e dar corpo à decisão que a população tomar.-----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----
----- Vamos passar ao próximo orador inscrito.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----
----- No passado dia 20 de novembro de 2018, o Senhor Vereador Manuel Salgado prometeu que a Praça do Martim Moniz iria ser requalificada para ganhar e passo a citar:” uma qualidade que hoje não tem.”-----
----- A que se resume essa requalificação, resume-se agora para além da construção de um parque infantil, à colocação de contentores marítimos na placa central da praça, substituindo-se os quiosques que até agora existiam, por uma estrutura que acompanhará uma área superior e mais densa, transformando a praça num verdadeiro *shopping centre* ao ar livre.-----
----- Logo aquando da apresentação aos moradores daquela zona da nossa cidade protestaram, pedindo antes que fosse construído um jardim público.-----
----- O PPD/PSD não pode estar mais de acordo com a população, porque aquela zona da cidade já tem excesso de zonas comerciais e demasiada pressão turística, e necessita verdadeiramente de uma zona de lazer verde onde a população possa relaxar.-----
----- Um espaço vazio e silêncio em plena Baixa, um pulmão verde aberto vinte e quatro horas por dia aos lisboetas e a quem nos visita, sem qualquer limitação horária no acesso aquele espaço.-----
----- A população não pode deixar de ser ouvida e o redesenho de toda a praça tem de ser equacionado.-----
----- Outro assunto relacionado com a requalificação da Praça do Martim Moniz que também não entendemos, é o facto do projeto dos contentores ainda não ter sido aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, e verificar-se que já se encontram a decorrer obras com vista à realização de infraestruturas no subsolo, de água, gás, eletricidade, telecomunicações e esgotos, e se constata que parte da praça já se encontra vedada à população com tapumes metálicos.-----
----- De que forma é que se autoriza a realização de obras de infraestruturas sem que o projeto dos contentores que irá beneficiar dessas infraestruturas tem sido aprovado? ---

----- O PPD/PSD preconiza do que o Martim Moniz deverá ser uma praça pública e não um mero espaço comercial de restauração, e que aquela praça deverá contribuir para o bem-estar das pessoas e das famílias que ali residem, para quem trabalha naquela zona, e para os inúmeros turistas que cada vez mais visitam a nossa cidade.----

----- Lisboa precisa que a Praça do Martim Moniz seja da cidade, e que esta não se veja despojada de um espaço nobre, com vista a poder ser utilizada quase em exclusivo em prole de interesses privados através de edificações de estética verdadeiramente discutível, e que em nada se interligam com o restante espaço urbano, criando antes um verdadeiro novo visual e urbanístico.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir com a ordem das inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras Secretárias, Caros Vereadores, Caros Deputados. -----

----- O assunto que aqui nos trás hoje, obviamente, trazido com alguma surpresa, surpresa essa, porque todos nós, quer o público, quer a população de Lisboa, quer as entidades que operam naquela zona de Lisboa, e que nós Eleitos, fomos surpreendidos através da comunicação social da intervenção que se iria efetuar no espaço concessionado da Praça do Martim Moniz. -----

----- E portanto, aquilo que sabemos da apresentação que foi feita é que existe um projeto para substituição do atual espaço público, da implementação de contentores marítimos num total de mil e setecentos metros quadrados.-----

----- E daquilo que foi a Sessão Pública efetuada no dia 20 de novembro de 2018, que não foi feita pela Câmara, mas que foi feita a pedido da Freguesia Santa Maria Maior, que apresentou várias relutâncias ao mesmo projeto por aquilo que tinha sido aprovado, e apresentado publicamente, a esmagadora maioria dos presentes também foi contra, penso que só uma pessoa é que foi a favor, foi contra aquilo que foi o projeto apresentado aquela data.-----

----- E é normal, porque quando olhamos para uma praça inserida naquela malha urbana, e uma malha histórica em zona de monumento nacional, é normal que as pessoas entendam que os contentores são agressivos, e portanto, não podemos comparar com o *Village Underground* que foi feito, porque é numa zona completamente distinta, a sua envolvente urbana é completamente distinta, e portanto, é normal que as pessoas por um lado não tenham concordado, mas também por outro lado estarem a ser confrontadas com um ato já consumado e fechado.-----

----- Nessa reunião ficou o compromisso público do Vereador Manuel Salgado, que iria levar as ideias ali apresentadas, em larga maioria foi defendido um espaço verde, e para a população, naquela praça, mas que levaria ao Executivo. -----

----- Entretanto a Junta de Freguesia na altura também se manifestou desagrada, e dizendo que aquele espaço não precisa de mais esplanadas, nem precisa de atividade noturna, que é totalmente desadequado para aquela zona da cidade. -----

----- E também deu nota que anteriormente a este processo já tinha pedido a transferência daquela concessão para a Junta de Freguesia, pedido esse que foi negado pela Câmara, e também pediu para lhe ser atribuída a responsabilidade da decisão quanto à realização de eventos naquela zona, pedido esse que julgamos também que lhe foi recusado. -----

----- Na mesma data deste Debate de 20 de novembro, foi também deferido pelo mesmo Vereador, o pedido de obras para infraestruturas que são necessárias, obviamente, para qualquer intervenção naquela praça, e portanto, quando se apresenta um plano de infraestruturas, e uma intervenção no subsolo, obviamente, que se está a pensar naquilo que será a sua implementação à superfície, e portanto, parece-nos claro que o projeto de infraestruturas que foi apresentado foi com base naquilo que é o projeto, ou as maquetes ou a fotomontagem que foi apresentada na discussão pública. -----

----- Depois, tendo havido falta de diálogo com a população sem ser um processo fechado, também nos falta muita informação. -----

----- Falta à população, falta às entidades que operam naquela zona da cidade e falta aos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, e falta obviamente, a esta Assembleia Municipal. -----

----- Depois temos várias dúvidas relativamente àquilo que é a legitimidade, e as alterações da posição contratual entre a “NCS” e a “Stone Capital”, foram feitas alterações, sabemos também que foi comunicado pela Câmara que no mesmo momento haveria incumprimentos anteriores, incumprimentos esses que foram apresentados pela Câmara muito tardiamente, e portanto, presumo que na altura em que fizeram a alteração, e aceitaram a alteração da posição contratual deveriam saber qual era o projeto desta nova concessionária para aquele espaço. -----

----- Portanto, entre maio e novembro foi esta Sessão Pública a Câmara saberia muito bem qual era o projeto para aquela zona. -----

----- Depois esta zona tem que ter um cuidado especial, que estamos em zona de monumento nacional, portanto, há uma zona de proteção que deve ser obviamente, considerada, e nesse sentido também gostaríamos de saber se já existem os pareceres sobre a DGPC (Direção Geral de Património Cultural). -----

----- E quando falo dos pareceres da DGPC, falo se eles têm que ver com este projeto, que pelos vistos não foi submetido a votação da Câmara, portanto não deverá ser sobre esse, a menos que seja prévio, mas será sobre as obras de infraestruturas, ou será apenas sobre o pedido por parte do concessionário para colocação de publicidade nos tapumes que estão a envolver esta zona. -----

----- Depois, sabemos que paralelamente foi adjudicado pela Câmara, num procedimento de ajuste direto, por setenta e quatro mil euros, o projeto de

requalificação dos espaços exteriores e espaço público desta zona, e o que nós queríamos também perguntar ao Senhor Presidente, tendo sido feita essa adjudicação externamente à Câmara, se foi equacionado, tendo em conta os engenheiros, os arquitetos e os arquitetos paisagísticos que existem na Câmara, que muitas vezes se queixam que não têm trabalho, trabalho de projetos e de requalificação de intervenção no espaço público, se foi por acaso equacionado antes desta adjudicação, usar os recursos humanos da Câmara, tão experientes com trabalho que fazem, que tem vindo a realizar há anos em Lisboa, saber Senhor Presidente, se foi tido em conta. -----

----- Termina já Senhor Presidente. -----

----- Queria para terminar, que o tempo é pouco dizer que este processo merece uma discussão ampla, é isso que nós hoje propomos na nossa recomendação, mas também há aqui dados que nem sequer foram distribuídos à Câmara Municipal, que são muito importantes ter em conta, nós achamos que através da 3ª e 4ª Comissão devem ser recebidos. -----

----- Muito resumidamente, o teor do contrato firmado entre a Câmara e a empresa e a sua avaliação pelos serviços jurídicos, porque houve incumprimentos, o memorando histórico da relação da Câmara com a empresa visada, e os eventuais incumprimentos, o projeto de infraestruturas 32/URB/2018, o projeto apresentado pela concessionária para a Praça Martim Moniz, e havendo alterações apresenta-las também. -----

----- Um projeto de requalificação de espaço público, de espaços exteriores do Martim Moniz, que é um processo de 2017, bem como a cópia completa do processo de aquisição de serviços por ajuste direto, e a eventual pronúncia formal da Junta de Freguesia, bem como os pareceres da DGPC. -----

----- Posto isto, Senhor Presidente, nós não temos uma posição tomada ainda porque sem ter acesso a esta informação por parte da Câmara Municipal é impossível tomar uma posição clara e concreta sobre a intervenção a fazer no Martim Moniz, portanto, esperamos com a maior urgência possível que esses dados cheguem à Assembleia Municipal de Lisboa, e que se faça efetivamente um debate público sobre este processo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próximo orador.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.-----

----- Em primeiro lugar, saudamos a iniciativa do PCP porque, de facto, é preciso debater a requalificação da Praça do Martim Moniz, cujo processo tem sido inaceitável, pouco transparente e representa a clara entrega de um espaço público a privados, evidenciando de forma inequívoca de que lado está o Executivo do Partido Socialista. -----

----- “Os Verdes” não põem em causa a necessidade de intervir naquele espaço, mas essa obra de urbanização pode e deve ser feita pela Câmara. Não há qualquer razão para ser entregue a um privado.-----

----- O que se passa é que, até agora, havia um contrato de concessão que foi substituído e a nova empresa quer transformar o Martim Moniz em cinquenta espaços comerciais inseridos em contentores, através de um contrato que não foi discutido nos órgãos municipais, num total desrespeito pelas instituições e pelos Eleitos. -----

----- O acordo com a nova concessionária foi assinado em setembro de 2018, antes da apresentação pública do projeto. Ou seja, nem os cidadãos, nem a Junta de Freguesia, nem os Eleitos foram ouvidos ou tiveram qualquer conhecimento do projeto.-----

----- Aliás, as obras foram licenciadas em 20 de Novembro, exatamente na mesma data em que o projeto foi apresentado à população, numa Sessão pública promovida pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- Esse projeto previa a atividade comercial que já referimos, assim como uma vedação que limitaria o livre uso da praça. Perante a contestação imediata que se gerou, o promotor foi obrigado a rerepresentar o projeto, abandonando a ideia da vedação, numa simples operação de cosmética, porque tudo o resto se mantém, segundo se sabe.-----

----- E dizemos segundo se sabe, pois grande parte da informação é obtida através da comunicação social, porque o Executivo não tem prestado qualquer esclarecimento.

----- Só agora o Senhor Presidente da Câmara veio dizer que apenas licenciou as obras de instalação de infraestruturas no subsolo e que ainda falta votar, em Reunião de Câmara, o projeto de arquitetura. -----

----- Mas avisa que um eventual chumbo poderá acarretar consequências financeiras para o Município, como se a responsabilidade não fosse do Executivo que teimou em avançar com um processo que nasceu torto, mas sim de quem se opõe, e bem, a esta forma de construir a cidade. -----

----- Supostamente, depois da apresentação do novo projeto e perante a contestação, o Executivo estaria aberto a ideias dos cidadãos, mas a verdade é que a praça está entaipada e com o alvará de obras afixado, informando que os trabalhos arrancaram no passado dia 14 de janeiro.-----

----- O que nos leva a perguntar: se não há projeto aprovado, e nem há garantia de que seja aprovado, por que razão está já o Martim Moniz fechado e a ser esburacado?-----

----- Como se nada se passasse, o próprio acionista da empresa veio dizer que os trabalhos começariam no início de 2019 e que o espaço seria aberto em junho. -----

----- Para “Os Verdes”, o Martim Moniz deve ser um espaço onde as pessoas possam usufruir da cidade, sem vedações, com espaços verdes e de lazer, e que minimize as dinâmicas da pressão turística que estão a afetar aquela zona. Um espaço aberto a

todos e que contribua para criar mais cidade. É isto que está a ser reivindicado pela população.-----

----- Ou seja, esta requalificação deve ter como base o interesse público e o carácter inclusivo, através de um projeto participado, em que a população se possa pronunciar.-

----- Mas como não é nada disso que está previsto, as ações de protesto estão a aumentar, sob diversas formas. -----

----- Até a Junta de Freguesia, que não tem sido ouvida neste processo, tem mostrado a sua insatisfação.-----

----- E o Executivo não pode ignorar esses sinais de descontentamento. Não pode ter no seu programa “Eixo E - Governação aberta e participada” e depois, na prática, fazer exatamente o contrário. -----

----- As pessoas pedem jardins e a Câmara dá-lhes contentores, querem ser ouvidas, e a Câmara ignora-as! -----

----- Esta ideia de que todos os espaços públicos podem ser comercializáveis e rentabilizados é totalmente errada e em nada contribui para promover a qualidade de vida e para manter a identidade da cidade.-----

----- Em conclusão, estamos perante um processo pouco transparente, feito contra a vontade da população, e isto é o suficiente para rejeitar este projeto e começar de novo.-----

----- Perante isto, para “Os Verdes” é preciso suspender todos os procedimentos relativos a este processo, é preciso que a Câmara disponibilize toda a documentação e que se inicie um processo aberto e participado para o Martim Moniz, em que a população seja ouvida. -----

----- A Praça do Martim Moniz deve ser da população, não deve ser um recinto para consumo e rentabilização. Deve ser para incluir e não para excluir. -----

----- Chega de termos um Executivo completamente amarrado aos interesses de privados e de costas voltadas para a população. É altura de o Senhor Presidente e de o Senhor Vereador do Urbanismo retirarem as placas que diz que “Lisboa está à venda”, porque não está!-----

----- E por fim, esta é uma oportunidade para construir a cidade de uma forma diferente, e a Câmara não pode insistir ou continuar a insistir na política do quero, posso e mando, contra a qualidade de vida da população.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Deputadas Municipais, Excelentíssimos

Senhores Vereadores e Deputados Municipais, Público Presente e Comunicação Social. -----

----- Começamos por saudar inicialmente esta iniciativa do PCP, pela sua pertinência que assume, pois não conseguimos de facto compreender a visão do Executivo, não só para a Praça do Martim Moniz, mas também para algumas praças da nossa cidade, em que impera o betão contra a vontade daquilo que é manifestada pela população.-----

----- Persiste de facto uma visão asséptica da nossa cidade nas praças que dão lugar ao betão, sem sombra, sem espaços verdes, e que se traduzem de facto em espaços que não propiciam o convívio, e pior ainda transformam-se de facto espaços que deveriam ser abertos à cidade em zonas comerciais, desvalorizando assim aquilo que é o património identitário da nossa cidade.-----

----- A Praça do Martim Moniz podia e devia-se transformar-se numa zona da cidade, numa zona verde da cidade, bem sabendo até os benefícios que as árvores trazem para o bem-estar da população, quer ao nível físico e mental.-----

----- Lisboa não é um parque de diversões destinado a quem nos visita, é importante que isto fique claro para o nosso Executivo, que parece penhorar cada espaço que temos ainda disponível na cidade.-----

----- Lisboa deve ser vivida pelas suas pessoas, promovendo espaços abertos que valorizem a nossa cidade, e não proporcionarmos a política do “mono” ou do contentor.-----

----- Esperamos que o Executivo faça “marcha atrás” nesta decisão ouvindo a vontade efetiva da população e valorizando a nossa cidade através da criação de uma malha verde daquele local, e também da criação de um jardim público aberto ao convívio da população.-----

----- Importa também que o Executivo venha prestar os esclarecimentos quanto ao projeto e às obras que já se iniciaram, e promover também a suspensão imediata dos trabalhos.-----

----- A população manifestou-se muito recentemente como aqui já foi referido, para o PAN é essencial que efetivamente a Praça do Martim Moniz espelhe uma visão de uma cidade vanguardista, sustentável e humana, não descaracterizando aquilo que tem sido a identidade e a vivência pública por parte dos lisboetas da nossa cidade.-----

----- Ou será que só quando tivermos turistas que cá venham ver uma cidade deserta e fantasma, é que nos vamos preocupar em reaproximar as pessoas de Lisboa, quando o poderíamos e devíamos fazer aqui e agora.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada.-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, já tinha saudades suas, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa-tarde.-----

----- Martim Moniz é desde a intervenção de Duarte Pacheco nos anos trinta do século passado, uma ferida aberta no coração de Lisboa.-----

----- Não se pode afirmar que o facto não tenha sido constatado, estudado e discutido ao longo de todo este período, contudo as soluções até aqui postas em prática pelas várias presidências não conseguiram devolver o espaço à cidade e em alguns casos até agravaram a divisão entre o vazio, artificialmente criado pelo Estado Novo, e a zona onde se insere o coração histórico da capital, a Mouraria e a Colina de Santana.-----

----- Vemos com grande satisfação assim o agendamento da proposta do PCP para a realização deste Debate da atualidade centrado no Martim Moniz.-----

----- Parece-nos importante realçar também que o mesmo surge justamente numa altura em que certos trabalhos para requalificação da praça estão quase a iniciar-se sem que os lisboetas conheçam os projetos dos mesmos, aliás, todo este processo foi conduzido de uma forma atabalhoada, confusa e sobretudo o pouco transparente, criando profundas interrogações entre os moradores, entre a opinião pública em geral, entre a maior parte das forças políticas presentes aqui nesta Assembleia, entre a comunicação social, e mesmo entre a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior eleita pelo Partido Socialista.-----

----- Estamos assim, perante um facto que incontestavelmente dividiu os lisboetas, dividiu o Partido Socialista, e uniu forças políticas tão distintas como o PCP e o PPM, vejam-se!-----

----- Em resumo, a forma displicente como a Câmara geriu todo este processo, não nos forneceu soluções, mas criou mais problemas no tecido urbano da cidade com todos os *hobbies* daí inerentes.-----

----- Todos sabemos que a política deve mais à *práxis* do que à teoria pura mas a ação, conduta ou o ato político se preferirmos não passa por fazer e tomar decisões com pouco conhecimento, sem ouvir técnicos especialistas, e sobretudo os lisboetas.-----

----- Em dezembro de 2017, a Câmara fez um ajuste direto para a requalificação do espaço público do Martim Moniz, o projeto tem como objetivo renovar o espaço público ao nível dos pavimentos, plantações, sistema viário e transportes públicos, iluminação pública, drenagens, etc.-----

----- Bem como permitir o uso dos cidadãos da totalidade da praça com programas efémeros.-----

----- Sim! São estes problemas que necessitam de resoluções naquele espaço.-----

----- Mas mesmo ainda sem saber o resultado deste projeto, creio que a entrega está prevista no contrato para o fim do corrente mês, a Câmara num ato de total desresponsabilização política perante o que deve ser o interesse comum do espaço público renegociou a velha concessão que permite a ocupação da placa central da praça com edificação para atividades comerciais exploradas.-----

----- Ignorando tudo e todos a Câmara decidiu dar início aos polémicos trabalhos.-----

----- Pior! Segundo aviso de obras colocado nos tapumes que rodeiam a praça a empreitada foi licenciada a 20 de novembro no mesmo dia da apresentação pública no Hotel Mundial que pretendia recolher contributos da população. -----

----- Como se não bastasse uns dias depois o Vereador do Urbanismo Manuel Salgado afirmava “*que só aprovou obras para colocação de infraestruturas no subsolo*”, como se isso não dependesse já um projeto pronto, e que “*a Câmara ainda se pronunciará futuramente sobre o projeto de ocupação da placa central por contentores*”, um projeto dos concessionários que os lisboetas só conhecem através das referências feitas na comunicação social. -----

----- A pergunta que coloco uma vez mais é a seguinte: -----

----- Como é que pode o Martim Moniz continuar a ser um espaço público, quando se transforma a sua suposta liberdade de uso num capital imobilizado temporariamente? -

----- Parece-nos hoje ser mais do que evidente que as experiências sócio urbanas executadas através de recurso a entidades externas ao Município não prevaleceram no combate à exclusão do Martim Moniz da malha urbana da cidade de Lisboa. -----

----- A decisão de entregar a privados a gestão de um espaço público no sentido de fazer renascer naquela parte da cidade uma participação ativa da população falhou! ----

----- Falhou porque não é esse o conceito de espaço público que a população necessita, eventualmente se tivessem auscultado a população as decisões seriam diferentes. -----

----- Estou certa que também ajudaria caso não tivessem adjudicado os trabalhos precisamente no mesmo dia em que tinham agendado ouvir os moradores, não se pode fazer política assim, isto foi uma encenação que não corresponde às necessidades do espaço, nem dos seus ocupantes. -----

----- Desculpem-me a minha insistência, mas creio que poderia ser muito positivo como ponto de partida para a solução, e compromissos futuros se a Câmara assumisse esta tarde aqui, o falhanço desta forma de gerir a Praça do Martim Moniz. -----

----- Não dá, não deu, o Martim Moniz precisa urgentemente de ser repensado. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Mesa aqui presente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Esta matéria do Martim Moniz começa a ganhar escola no que diz respeito aquilo que é a postura tradicional do Executivo Municipal, deste Executivo Municipal. -----

----- Quando criticado sobre a gestão de uma praça, o Presidente da Câmara Municipal ataca a gestão de outra praça feita por outro autarca do Partido Socialista.---

----- Quando confrontado com uma maioria de Vereadores contra o projeto, o Presidente da Câmara exaltasse ameaçando os Vereadores da oposição com indenizações que estes teriam que pagar por um projeto pasme-se de exclusiva responsabilidade dos Vereadores do Urbanismo do próprio Presidente da Câmara.-----

----- E é isto, são Eleitos para servirem os melhores interesses dos lisboetas, mas depois governam contra a tudo e a contra a todos, ameaçando que quem quer cumprir o Mandato, e atacando de forma vil e muitas vezes desonesta todos os que discordam, até aqueles que são do seu próprio partido. -----

----- Temos dito, e continuamos convictos de que aqui está mais uma manifestação clara de que existe um problema de confiança à volta deste Executivo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próximo orador. -----

----- O Senhor Deputado José Leitão quer fazer uma interpelação à Mesa? -----

----- Vamos dar o microfone ao Senhor Deputado José Leitão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS),** no uso da palavra fez o seguinte protesto à Mesa: -----

----- “Eu queria chamar a atenção da Mesa, que não considero normal que se adjective “*de vil*” a atuação do Executivo, e portanto eu protesto, porque efetivamente isto não é, é realmente contra toda a forma de relacionamento entre os grupos, e é inadmissível esta expressão utilizada pelo Senhor Deputado Luís Newton, portanto protesto em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa tem procurado ter alguma latitude no Debate, não só em termos das expressões utilizadas, como em termos do tempo, mas fica o reparo. -----

----- Não sei se o Senhor Deputado Luís Newton pretende usar da palavra? -----

----- Sim, Senhor Deputado, microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu quero clarificar que de facto a interpretação depende obviamente do interlocutor, e portanto, a definição “*de vil*” no meu ponto de vista é aquele que prejudica o brio, e foi nesse sentido que eu fiz a minha intervenção, faz parte do dicionário, mas se o Senhores entenderam isto de outra forma, se calhar isso deverá... eu diria Freud explica.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Vamos prosseguir com a ordem dos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Gama do Partido Socialista”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----
----- A história nem sempre é aquilo que parece que é.-----
----- E conforme vos irei tentar demonstrar brevemente, esta é uma zona da cidade que ao longo dos anos para não dizer séculos tem tido uma difícil solução ou resolução.----
----- As primeiras intenções registadas para a renovação do Martim Moniz surgiram ainda no século XIX, com os planos de prolongamento da Rua Nova da Palma, com a criação da Avenida dos Anjos, enquadradas num contexto de modernização de grandes avenidas, na sequência de um início de uma série de reformas das infraestruturas básicas fruto do idealismo liberal, da Regeneração de 1851, inspiração das ideias iluministas de Hausman.-----
----- A zona baixa da Mouraria estava então coberta por hortas, e construções precárias, e a transformação urbana resultante foi enorme, com a demolição do troço da Muralha Fernandina.-----
----- Na sequência da publicação em 1965 do DL/46673 que vinha permitir a aprovação de projetos de loteamento de iniciativa privada é também criado pelo Governo em setenta e um a EPUL, com o objetivo de desenvolver os terrenos de propriedade municipal proveniente das vastas expropriações efetuadas onde se incluiu ou se incluiu o Martim Moniz.-----
----- Com os primeiros planos para a sua remodelação a serem iniciados logo em setenta e dois, por Filipe Lopes e Leopoldo Criner, seguindo sensivelmente as premissas do estudo de sessenta e sete.-----
----- São previstos estacionamentos enterrados, a pedonalização da Rua da Mouraria, bem como a continuação da Avenida Almirante de Reis, o encerramento do quarteirão do Hotel Mundial, como a Praça Fronteira densamente arborizada.-----
----- Deste plano resultou a construção do sector adjacente à Capela da Saúde, o Centro Comercial da Mouraria, a pedonalização da Rua da Mouraria, o Centro Comercial do Martim Moniz, o encerramento do quarteirão do Hotel Mundial.-----
----- A Câmara Municipal de Lisboa veio determinar retomar de uma solução com uma nova praça, com estacionamento inferior e quiosques para artesanato qualificado, alfarrabistas e antiguidades.-----
----- Solução que foi inaugurada em 1997 de autoria de João Paulo Bessa e Daniel Armando e paisagismo de Ribeiro Telles, cuja apropriação pela população nunca foi bem-sucedida.-----
----- Em 2002 mantendo-se os quiosques inicialmente destinados a artesanato ainda por ocupar, a EPUL celebrou um contrato de cedência de exploração de quiosques com a Associação Comercial *Chinatown*, reforçando no Martim Moniz como um

local multicultural, com variadas comunidades emigrantes, nomeadamente, a comunidade chinesa. -----

----- Ainda em 2000 foi aprovado o projeto da EPUL para habitação jovem no centro da cidade, dando-se de imediato a construção que é no entanto suspensa, para reformulação do projeto por vontade da Câmara Municipal de Lisboa durante a Presidência de Pedro Santana Lopes. -----

----- Relativamente à praça, em dezembro de 2011, a EPUL lançou um concurso para a concessão dos dez quiosques existentes há mais de uma década, na altura maioritariamente fechados. -----

----- Nos termos do anúncio do concurso lançado pela EPUL, então propriedade do terreno ocupado pela praça o objetivo da concessão reside na exploração de dez quiosques destinados a estabelecimentos de bebidas com esplanadas e feira semanal com o máximo de trinta e seis *stands*, tendo saído vencedora a empresa “NCS”. -----

----- Com um projeto que pretendia transformar a Praça do Martim Moniz no chamado “Mercado de Fusão”, como local de encontro de povos, culturas aprofundando a vocação entretanto adquirida pelo local nos últimos anos. -----

----- Infelizmente a ocupação destes quiosques não representou, ou não conseguiu representar o comércio local, tendo a população nunca apropriado devidamente este espaço. -----

----- Face ao atual cenário de degradação do espaço, e no âmbito da negociação efetuada com o concessionário a Câmara Municipal de Lisboa decidiu introduzir um novo modelo de exploração da praça, que permita trazer uma nova dinâmica àquele local. -----

----- No dia 20 de novembro de 2018, foi realizada uma Sessão Pública promovida pela Junta de Freguesia Santa Maria Maior para apresentação do projeto. -----

----- Este projeto propôs a retirada dos quiosques, instalação de contentores, e sobre contentores muito haveria para dizer. -----

----- O contentor é uma solução arquitetónica, é uma estrutura, pode ser revestido, pode-lhe ser dada uma imagem, aliás, falando em contentores basta pensar por exemplo numa solução bem conseguida que foi a Casa das Artes, em Carnide. -----

----- Para atividades comerciais e restauração no centro da praça, e a previsão de uma vedação para encerramento para encerramento no período noturno na parte central, e são vedações na 3ª Comissão, como todos vocês sabem, ou pelo menos aqueles que participam na 3ª Comissão, já tivemos petições sobre espaços públicos, espaços conhecidos, em que uma petição pede o encerramento do espaço noturno com uma vedação, e outra petição sobre exatamente o mesmo espaço pede que não haja uma vedação, portanto, eu diria que temos que ponderar obviamente, qual a solução a adotar mas não há soluções milagrosas. -----

----- Em fase das críticas que entretanto se ouviram foram propostas alteração ao projeto em apreciação pela Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido suprimida a vedação, aumentados os espaços verdes e os locais de fruição pública, com a previsão de mais mobiliário urbano, estando igualmente consensualizada a construção do

parque infantil, reclamado pela Junta de Freguesia e pela população na Reunião de 20 de novembro. -----

----- Este assunto foi discutido em Reunião Pública de Câmara, tendo sido assumido o compromisso pelo Presidente de submeter à aprovação do projeto à discussão e apreciação final por parte do Executivo, eu penso que está é parte mais importante. ----

----- Foi também referido pelo Presidente que o projeto em apreciação para além do parque infantil e do aumento da área de fruição pública, iria implicar responsabilidades acrescidas na limpeza, segurança pelo concessionário, condição a impor pelo Município. -----

----- Concluindo, porque somos pela transparência, pela divulgação da discussão dos projetos, iremos votar favoravelmente a Recomendação do CDS, entendemos que é importante esta discussão, é importante analisar, é importante falar com as forças vivas do local. -----

----- Não iremos contudo, votar favoravelmente a Recomendação do PCP, porque entendemos que o seu primeiro ponto que visa a suspensão de uma obra, cujo caráter naquilo que nos foi permitido apurar tem nomeadamente a ver a reforçar as ligações dos serviços já existentes.-----

----- Enquanto Presidente da 3ª Comissão, irei propor no âmbito dos nossos trabalhos que seja solicitada a comparência de forma regular do Senhor Vereador do Urbanismo, para que possa ir apresentando informalmente intenções urbanísticas para os espaços mais significativos da cidade. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça Independente” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Caros Senhores Vereadores e Colegas Deputados. -----

----- Antes de mais, os Deputados Municipais Independentes “Cidadãos por Lisboa”, gostariam de agradecer obviamente, ao PCP o agendamento deste Debate sobre o processo de obras de renovação da Praça do Martim Moniz, que é obviamente, importante e fulcral discutir nesta Assembleia Municipal. -----

----- Relembrar obviamente, que este projeto de requalificação foi apresentado e sabemos que, tal como qualquer processo que entra na Câmara Municipal, este processo deve pugnar por ser transparente e participado, e deve ser disponibilizada toda a informação e, mais do que isso, permitir que todas as partes interessadas, e os cidadãos de Lisboa possam dar sugestões de melhoria, tal como a Lei prevê relativamente a todos os processos de consulta pública. -----

----- Naturalmente, quando tal não acontece as pessoas protestam e foi isso o aconteceu este fim-de-semana com o cordão humano em defesa do Martim Moniz.

-----Assim, como, obviamente, pode gerar contestação, que pode ser facilmente compreendida quando a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que já foi aqui referida, organizou um debate no passado dia 20 de novembro, em que a Câmara compareceu nesta Sessão de esclarecimento e no mesmo dia deferiu um pedido de licença de obras para espaço público, que sabemos que se refere à criação de ligações de rede, de abastecimento público, mas estão decerto ligadas à implementação do projeto proposto pelo promotor privado que já aqui se referiu. -----

----- É importante também, e gostaríamos de reafirmar que a gestão do espaço público deve corresponder às necessidades da população e, por isso, deve ser público. Isso obviamente, é uma matéria tão vasta que daria para outro debate, aliás, debate que gostaríamos de propor no futuro relativamente a esta matéria. -----

----- Também gostaríamos de apontar que é naturalmente positivo que a Câmara Municipal, tal como se comprometeu no passado dia 30 de janeiro, leve o projeto à Reunião de Câmara. -----

----- A nossa questão é se esse tal bastará. -----

----- Gostaríamos assim, e julgamos que é preciso perguntar à Câmara Municipal se pensa ou não organizar um processo de participação pública robusto, e não apenas uma mera consulta como foi organizada. -----

----- Se pensa enviar todos os documentos associados a este processo a esta Assembleia, portanto o contrato entre a Câmara e a concessionária, até porque é importante avaliar os custos de reversão do mesmo, porque temos que obviamente de perceber o que é que interessa, o que é o interesse público neste caso, mas também o projeto de que já aqui se falou, e outros pareceres que existem relativamente a esta matéria. -----

----- E, por fim também perguntar à Câmara se está disponível também para participar numa apresentação e discussão deste projeto nesta Assembleia Municipal, que achamos essencial que seja com debate, julgamos que o Debate de Atualidade é apenas o início deste processo de participação pública e discussão pública alargado, que também defendemos. -----

-----Obrigado.” -----

----- **A Senhora Primeira Secretária, Patrocínia Vale César,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa Independente” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Eu julgo, que para melhor esclarecimento desta questão e das consequências relativamente aos atos administrativos que foram sido tomados sobre a Praça do Martim Moniz, convinha esclarecer antes de mais se a Praça do Martim Moniz é do domínio público ou do domínio privado do Município de Lisboa. -----

----- É que isso marca toda a diferença, e provavelmente estaremos aqui a fazer um debate perfeitamente cego e eventualmente inócuo, se não tivermos essa realidade em consideração e solicitava esse esclarecimento ao Senhor Presidente de Câmara.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próxima inscrição.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Patrocínio Vale César,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Relativamente às obras na Praça do Martim Moniz, entendemos que deve existir uma reavaliação do projeto por parte da Câmara e que passe por uma auscultação ou consulta aos lisboetas sobre o futuro deste local público.-----

----- Vemos com bons olhos a possibilidade desta praça passar a ter um jardim, mas consideramos no entanto que é fundamental que qualquer intervenção que seja feita nesta praça, seja enquadrada num plano global de reestruturação da Baixa, que permita também a diminuição do trânsito na zona. -----

----- Vamos votar favoravelmente a Recomendação do CDS, pois consideramos que é essencial que a Assembleia tenha todas as informações para poder tomar decisões informadas. -----

----- Em geral, também consideramos, que é fundamental garantir que exista uma efetiva participação e divulgação da informação relativa a intervenções estruturantes no espaço público lisboeta, em especial em locais com tanto significado simbólico. ---

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Neste momento não registámos mais inscrições.-----

----- Senhor Presidente da Câmara?-----

----- Registámos agora a inscrição da Câmara Municipal, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- É um gosto vir aqui hoje para este Debate sobre este tema. -----

----- E começo por responder ao Deputado Miguel Graça, dizendo-lhe que é com muito gosto que a Câmara enviará todos os documentos e todo o processo à

Assembleia Municipal, e que a Câmara Municipal está disponível, eu próprio virei cá para o debate que a Assembleia Municipal entenda promover sobre esta matéria. -----

----- E acho aliás, que este debate é importante para esclarecer quem genuinamente tem dúvidas, mas também para afastar a demagogia de quem mais não têm feito do que tentar aproveitar todos os focos de contestação e até ampliá-los como forma de crítica e de ataque à Câmara Municipal de Lisboa, e por isso, Senhor Deputado, marquem, organizem, e virei cá com gosto para prosseguirmos este debate. -----

----- Primeiro ponto, central, é bom ouvir o PCP reconhecer que há um contrato relativamente ao Martim Moniz, é bom. -----

----- Porque ao longo destas semanas todas, tenho ouvido uma conversa sobre o Martim Moniz, como se nós tivéssemos a desenhar uma praça em branco, como se nós tivéssemos a desenhar... a falar de algo que vai ter uma intervenção “*ex-novo*”, que não tem nada, sobre o qual a Câmara tem todos os direitos e todas as faculdades e que chega ali desenvolve um qualquer projeto. -----

----- Ouço com agrado o PCP reconhecer finalmente que há um contrato. -----

----- Que há um contrato celebrado em 2011, depois de um concurso público internacional realizado pela EPUL, com mandato da Câmara Municipal de Lisboa, para um contrato com vigência até 2022, isto é, para lá deste Mandato Autárquico, com possibilidade de prorrogação até 2028, isto é, para lá deste Mandato Autárquico, para lá do próximo Mandato Autárquico. -----

----- E por isso, apreciei ver a posição do PCP, que é o facto de descobrir, de ter descoberto hoje, após quase sete anos que há um privado a operar no Martim Moniz, que há privados a operar no Martim Moniz. -----

----- E aquilo que tanto incomodou a Deputada Cláudia Madeira com um discurso tão violento quanto à participação dos privados na praça pública, estamos a privatizar o espaço, estamos a privatizar o espaço, privatizar o espaço, surpresa, afinal está lá um privado há sete anos no Martim Moniz, ninguém tinha dada por ela, o PCP não tinha dado por ela, porque aliás, a praça está tão magnífica que o PCP passava ao lado e olhava as vistas, e ficava tão inebriado com a vista que não se tinha apercebido que lá estava um privado, vários privados, aliás, em atuação, e aliás, eu imagino que deve ter descoberto que estava lá um privado quando na preparação deste debate, foi ver o que é que faziam Câmaras do PCP relativamente a espaços públicos, a equipamentos desportivos, a quiosques, a restaurantes, a espaços dessa natureza, quando abundantemente, e bem, utiliza a figura da concessão a privados para prossecução de fins públicos. -----

----- E aliás, aprecio que o PCP até agora deve ter uma apreciação positiva sobre o desempenho do privado, porque eu estou na Câmara Municipal de Lisboa, desde outubro de 2013, e nunca ouvi, nunca ouvi, é a primeira vez que eu ouço o PCP falar sobre qualquer coisa do Martim Moniz, nunca ouvi!-----

----- Já ouvi ao longo de anos muitas coisas, só agora é que ouço falar sobre o Martim Moniz, por isso até agora estava tudo bem, até aliás, estava tudo bem, volto a insistir por intervenção de um privado. -----

----- Segundo ponto, pode a Câmara rescindir livremente um contrato com um privado? -----

----- Pode! Justificando que há interesse público e indemnizando o privado com o qual tem contrato. -----

----- Isso é o que a Lei define que pode ser feito. -----

----- Mas não foi isso que a Câmara fez, porque aliás, não há o interesse público que o justifique, aliás, o Senhor Deputado não o invoca, porque aliás como teve sempre tudo bem, nunca houve nenhum problema, iria ser difícil demonstrar num Tribunal que havia um interesse público superveniente, algo que justificasse que era essencial que a Câmara rescinde-se aquele contrato. -----

----- E a razão por que a Câmara não rescinde o contrato, é que ao contrário daquilo que o Senhor Deputado disse, e constatará com facilidade nos documentos, nomeadamente na extensa informação histórica, que o Departamento do Património da Câmara produziu de apoio à decisão já durante o ano 2018 sobre este processo, é que se houve incumprimento do concessionário relativamente ao pagamento das suas prestações, que daria motivo a rescisão do contrato até ao momento da passagem da extinção da EPUL... -----

----- Senhor Presidente, eu tenho que pedir a tolerância de três minutos ou quatro se não, não me é possível cumprir o objetivo que aqui me trouxe, e peço essa tolerância não sei se há tempo de partidos que me possam ceder.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, a Mesa tem dado um minuto, um minuto e meio de tolerância a todos os grupos, pedia-lhe que não se alongasse muito mais do que isto.” --

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, terei que me alongar senão em prejuízo do próprio esclarecimento a que me pedem que proceda, mas vou acelerar, vou acelerar. -----

----- É bem claro, que a Câmara podia numa situação de incumprimento do contrato que se verificou durante o tempo que ele estava sob a gestão da EPUL, a EPUL podia ter feito a rescisão desse contrato, ou pelo menos manifestado essa intenção. -----

----- Não é claro, antes pelo contrário da análise jurídica efetuada que houvesse motivo para essa rescisão quando há a retoma dos pagamentos regulares da renda devida quando isso aconteceu após a passagem para a Câmara Municipal de Lisboa, por via da extinção da EPUL, e isto acontece em meados de 2015, meados de 2015, e por isso, ao contrário do que o Senhor Deputado diz, o quadro da decisão da Câmara, é um quadro de decisão de um contrato que está em cumprimento, e sobre o qual foi apresentada uma proposta de alteração.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente só para o informar na gestão do tempo que o MPT e o PAN deram agora tempo à Câmara, portanto também pedia agora aos serviços que registassem essa cedência do terço.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito obrigado, aos Grupos Parlamentares.-----
----- Terceira questão, nós demos o acordo às alterações apresentadas, porque as alterações apresentadas são boas para o Município, e são boas para a praça face à situação que nós atualmente lá temos.-----
----- É que não há nenhuma alteração sobre os usos fundamentais que já estão atribuídos no contrato de 2011, restauração, esplanadas, fruição daquele espaço, como um espaço de lazer.-----
----- Não há sequer alteração de um dos objetivos que estava inicialmente no contrato que era a realização de feiras de vendas de produtos semanalmente dentro daquele espaço, e há um desenvolvimento de uma estrutura melhor, com mais investimento, valorizando um aspeto central daquela área que é o multiculturalismo, que é o facto de ali estarmos numa zona central da cidade onde convivem pessoas de diferentes nacionalidades, religiões e onde é o ponto de encontro de toda essa Lisboa profundamente cosmopolita e diversa que nós temos.-----
----- E como as bases do projeto se mantêm as bases fundadoras da concessão de 2011, e como se mantêm, e como se reforçam muito as condições de boa execução do contrato, pareceu-nos que era de merecer a nossa aprovação.-----
----- Mas há dois elementos fundamentais a mais.-----
----- É que por um lado foi exigido o pagamento integral da dívida que existia à Câmara de Lisboa, eu não percebo como é que alguém pode dizer que o recebimento integral de uma dívida a pronto, ou definida no contrato de metade ser paga a pronto e a outra metade num prazo de um ano de uma dívida histórica não é um facto importante, mas mais importante ainda é aquilo que o Senhor Deputado omitiu, é que há uma enorme redução da área atribuída à concessão no meio da praça.-----
----- Isto é, há uma grande recuperação de área da praça para a utilização e para a fruição pública, ou para uma utilização pública como se pretenda, incluindo um parque infantil, incluindo zonas de lazer e de descanso.-----
----- É que área de concessão passa de cinco mil e duzentos metros quadrados para três mil cento e doze metros quadrados.-----
----- Diz o Senhor Deputado: *“Não! Mas passa de dez para treze equipamentos comerciais, há um aumento de área comercial.”*-----
----- Há, há um aumento da área comercial, é verdade, mas há uma diminuição muito grande de área de implementação, o que significa que nós ganhamos muito mais praça para podermos afetar a outros fins.-----
----- Quarto ponto.-----
----- A Câmara acautelou sempre a defesa do interesse público em todos os pontos deste processo, a Câmara fez aquilo que podia e devia fazer dentro do quadro que teve que gerir, e o quadro que teve que gerir, não é ao contrário do que muitos quiseram fazer crer, não é a decisão de uma folha em branco.-----
----- Eu vi propostas aliás surpreendentes!-----
----- Vamos lançar um concurso internacional para debater as ideias do Martim Moniz, eu, aquilo até me pareceu aquela ideia do Estado Novo, que era agora vamos lançar aqui um concurso em que vamos demolir isto tudo, vamos criar aqui uma coisa

“*ex-novo*”, que aliás, teve como resultado o cognome do “Buraco do Martim Moniz”, mas é que nós não estamos a decidir sobre uma folha em branco, nós estamos a decidir sobre uma realidade existente de uma praça de um contrato, e foi nessa situação que nós agimos, e agimos como? -----

----- Valorizando e melhorando o conceito, fazendo regressar espaço público ao Município para que pudéssemos gerir com outras atribuições, e em terceiro lugar recuperando a dívida que estava criada ao Município de Lisboa. -----

----- Dizem, e é isto que eu chamo defesa do interesse público. -----

----- É por esta razão que não me surpreende o vazio da intervenção do PSD neste debate, porque o PSD não sabe o que é a defesa do interesse público, é óbvio que só lhe sobra espaço para o insulto, porque nada mais tem a dizer, como nunca teve nada a dizer sobre elemento de natureza nenhuma...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente tem mesmo que concluir.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “O Senhor Deputado, acaba por ter uma intervenção deste tipo. -----

----- Concluo, Senhor Presidente exatamente da forma como comecei. -----

----- Nós acautelamos sempre a defesa do interesse público, em todas as fases, há um aspeto muito importante, a adenda que é celebrada ao contrato, é celebrada depois de ter sido pedido parecer à DGPC, Senhor Deputado do CDS, depois de ter sido pedido parecer à DGPC, há parecer da DGPC que vai ser distribuído, dizendo, manifestando “*a não oposição ao projeto da construção*”, e mais importante ainda, na adenda que foi celebrada ao contrato está inscrita a seguinte disposição: -----

----- “*A cessação da posição contratual é autorizada no pressuposto e na condição de ser realizado o projeto do “Martim Moniz Marketing” anexo à presente adenda e a planta localização aprovada pelo Vereador Manuel Salgado.* -----

----- *Ponto três, o projeto referido no número anterior deverá ser submetido a licenciamento e aos pareceres internos necessários conforme despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de oito de junho, ficando a sua concretização condicionada ao que aí venha a ser fixado, sem que as segundas e terceiras outorgantes...*”, isto é, que não a Câmara, “*tenham a tal propósito direito a reclamar qualquer compensação, indemnização ou ressarcimento.*” -----

----- Isto é, a Câmara salvaguardou que tudo aquilo que precisava de ser aprovado pelos órgãos competentes, o caso o Vereador, e por decisão minha agora a Câmara Municipal de Lisboa, para não havendo direito a indemnização no caso concreto relativamente ao projeto. -----

----- E concluindo, Senhores Vereadores, eu decidi que o projeto iria descer à Câmara, não aceito nenhum receio por parte de alguém, que agora tanto reivindica, participar na decisão, como fugir as suas responsabilidades para o fazer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- Temos duas novas inscrições, do PSD e do Partido Comunista Português. -----
----- Senhor Deputado Luís Newton em primeiro lugar, e depois o Senhor Deputado Modesto Navarro, que não sei se a Senhora Segunda Secretária se apercebeu que também estava a levantar o braço.-----
----- Com a mesma tolerância Senhor Deputado, embora o PSD ainda tenha um minuto e quatorze de tempo.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, calculo que seja uma tolerância de quatro minutos, que foi aquilo que foi dado à Câmara. -----
----- Eu confesso, quando vi cá o Senhor Presidente e o Senhor...enfim apesar de tudo quero começar por saudar os Vereadores aqui presentes, em larga maioria os Vereadores da oposição, que mais uma vez de forma clara e inequívoca demonstram aquele respeito continuado que têm por esta Assembleia, e em segundo lugar, dizer que de facto estranhei a presença do Senhor Presidente de Câmara nesta Sessão, porque pense cá para mim mesmo, bom, o Senhor Presidente nunca cá vem, o que é que ele veio cá fazer. -----
----- Depois de o ouvir falar percebi, o Senhor Presidente da Câmara vinha para um comício, tanto é que lhe foi dado mais quatro minutos, para além do tempo que os outros partidos lhe deram para ele poder falar, isto é uma demonstração clara de que não é a quantidade de tempo que nos traz novidades ou qualidade naquilo que temos a transmitir. -----
----- Porque se o tivéssemos se de facto coisas boas houvesse para dizer concretas, e de facto que apontassem aquilo que era a melhor solução para o Martim Moniz, Senhor Presidente, isso teria sido dado certamente nos cinco minutos a que Vossa Excelência tinha direito, não nos cinco minutos que teve, mais os quatro minutos de tolerância que a Mesa lhe concedeu, mais os dois minutos que lhe foram dados pelos restantes partidos da oposição.-----
----- Isto para lhe dizer o quê, Senhor Presidente, para dizer de facto o Senhor Presidente sobre o PSD não tem nada a dizer, disse-o em cinco segundos, porque o Senhor tem um problema, é que o Senhor de facto “enfiou-se numa encarrascada” tem tido uma atitude de extremamente negativa, considera a nossa atuação de insulto, insulto é que o Senhor está a fazer à cidade de Lisboa. -----
----- Muito obrigado.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- Queria começar por dizer com toda a calma que é necessária, que eu quando vi chegar o Senhor Presidente não fiquei com ilusões nenhuma sobre digamos a cedência à verdade da situação e dos factos, e vimos numa intervenção que não referiu as diversas intervenções que, há exceção do Partido Socialista, que estava em desacordo com um aspeto da nossa recomendação, eram todas num sentido de procurar uma solução que respondesse àquilo que a população exige. -----
----- Não foi isso que fez, fez uma defesa cega, e além disso, digamos mentindo, mentindo Senhor Presidente, sabe porquê? -----
----- Só no dia 11 de dezembro de 2018, foi aprovado por unanimidade, e ouviu a minha intervenção, uma recomendação dirigida à Câmara, onde assentava na necessidade de proceder à avaliação da concessão, que nós conhecemos muito bem desde 2011, sabemos da sua evolução, atuar de forma a concretizar as medidas necessárias para denunciar o contrato, nos termos legalmente previstos, e não com a ameaça dos Eleitos irem pagar fosse o que fosse, isso é o último argumento que eu Autarca deve usar. -----
----- De a Câmara disponibilizar aos Eleitos da Assembleia todos os documentos relativos, que agora já diz que manda, mas não mandou, e estamos a falar de novembro, 11 de dezembro. -----
----- De a Câmara dar início a um processo de participação pública que visasse a definição de um programa preliminar para o Martim Moniz, de acordo com as necessidades da população.-----
----- Não é com as necessidades de um senhor investidor, que até vem a insultar os órgãos municipais numas declarações que fez num documento em que nós temos em nosso poder, desprezando as forças políticas, desprezando a atividade política porque ele já realizou imensos milagres em Lisboa, em vários sítios, já salvou a cidade daquilo que seria a ruína, e portanto faz a sua apologia, apologia do negócio daquilo que é ganhar dinheiro, e pura e simplesmente destruir aquilo que é a identidade da cidade de Lisboa.-----
----- Portanto, reafirmando as posições que tomámos e reafirmando a intervenção que aqui fizemos, o que nós queremos é que o processo seja levado à Câmara Municipal para ser discutido, e não é com vinte e quatro horas de antecedência que se entrega uma documentação daquelas e que se pode estudar uma documentação como foi apresentada, vinte e quatro horas antes da Reunião de Câmara da semana passada. -----
----- Portanto vamos aguardar, vamos aguardar a discussão em Câmara, as decisões da Câmara Municipal, obviamente que iremos trabalhar na Assembleia ao nível das duas Comissões que são propostas, porque o que interessa é que travemos rapidamente, não só este processo, mas outros processos que estão “aí a bater à porta” e que outros já estão em seguimento, porque realmente Senhor Presidente da Câmara, num Autarca de Lisboa devia em primeiro lugar estar o interesse da cidade, e não o interesse do negócio. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Presidente para que efeito?-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Senhor Presidente, para efeitos da defesa da honra. -----

----- Eu acho insultuoso...”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção em defesa da honra:-----

----- “Acho insultuosa a forma como o Deputado Modesto Navarro se dirige, porque eu não minto, Senhor Deputado, eu não minto, Senhor Deputado, não minto, nunca menti, não minto nesta Assembleia, e não o farei. -----

----- Tenho todas as divergências, com frontalidade as divergências políticas, e o Senhor Deputado, também, ganhava em fazê-lo. -----

----- Porque, não tape pelo tom manso da sua intervenção, aquilo que agora depois concluí que é verdade.-----

----- O que o Senhor Deputado quer é revogar todo o processo, mesmo não o conhecendo, ou mesmo fazendo “tábua rasa” do que foi o processo sobre o qual nós tomámos a decisão, é só essa a matéria que está em causa. -----

----- É que o PCP anda a inflamar um conjunto de opiniões relativamente à situação do Martim Moniz, quando hoje, e muitas das coisas já tinha obrigação, aliás de saber, porque tinha acesso a essa informação, que a forma e o momento em que nós tomamos a decisão não é o momento de uma folha em branco. -----

----- É que é muito simples tomar essa decisão sobre uma folha em branco, eu faço um grande concurso de ideias, faço um grande concurso internacional, faço uma grande coisa, e realizo, e por isso Senhor Deputado, digo-lhe é insultuoso, não lhe aceito que diga isso, não aceito que diga isso, porque eu não o faço, e sou muito claro quando tenho as divergências políticas sobre essa matéria. -----

----- E o Senhor Deputado, quer ter o respeito que eu tenho por si, faça também por o manter, que é manter a elevação no debate político, não menti, nem o faço nesta Assembleia. -----

----- Segundo lugar, eu não ameaço nenhum Eleito com nada, eu só informei de um facto, que é o seguinte:-----

----- Essa competência, é uma competência delegada num Vereador, quando os Deputados e o Município querem esta competência, eu sou o primeiro a dá-la, só informei de um facto é que na minha opinião, e por isso votarei contra as propostas de rescisão do contrato que apareçam, acho que não estão reunidas as condições que não cumpram indemnizações com significado para o Município, mas cada um é livre de o tomar, é isso que se chama ter o poder.-----

----- É por essa razão que os Membros no Executivo da Câmara têm igual voto, têm igual responsabilidade na matéria de o votar, só o informei sobre isso, é dever de lealdade. -----

----- E aliás, pedi um parecer ao Departamento Jurídico, para se também entregue aos Senhores Vereadores, para depois poder ser entregue aos Senhores Deputados, para que possam avaliar no contexto no qual a Câmara trabalhou.-----

----- E Senhor Deputado, não lhe aceito em circunstância alguma que apelide esta Câmara de fazer a venda desta cidade a privados, que isso aliás, só lhe fica mal, e é uma forma pouco digna de fazer o combate político. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro, microfone ao Senhor Deputado Modesto Navarro, na sequência do pedido da Defesa da Honra do Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É uma intervenção, tem todo o direito de defender a Defesa da Honra. -----

----- O que eu quis dizer claramente e continuo a dizer, é que o Senhor Presidente afirmou aqui, numa intervenção que foi praticamente toda para o PCP, contrariando os vários aspetos, que foram aliás, apoiados por todas as forças políticas, à exceção do Partido Socialista, porventura, mas que são realidades concretas, e vem dizer que nós desconhecemos um contrato! Nós conhecemos o contrato, e as variantes do contrato, e conhecemos perfeitamente as datas em que a Câmara podia ter intervindo, e podia ter denunciado o contrato, e não o fez, tinha mais do que razões para o fazer. -----

----- Teve várias situações, Senhor Presidente, teve várias situações, mas pronto. -----

----- Eu não tenho um tom diferente em relação às situações de cumprimento de um cargo público, tenho o tom neste momento adequado a que passemos à frente, que haja discussão na Câmara Municipal, que haja decisões da Câmara Municipal, e que o processo venha à Assembleia Municipal, e que nós possamos acompanhar esse processo. -----

----- E defender aquilo que entendemos, e cada força política tem o direito de entender, de defender aquilo como interesse da cidade, e combater aquilo que na nossa opinião, e na opinião de qualquer outra força política, eventualmente, esteja contra a cidade de Lisboa e aquilo que é hoje uma vida extremamente difícil.-----

----- Senhor Presidente, o Mercado de Campo de Ourique é o sinal mais claro, e foi o primeiro de pôr ao serviço dos investidores e dos privados, desde logo durante três anos houve obras na parte do peixe, eu conheço porque sou frequentador e comprava coisas em Campo de Ourique, e hoje ninguém vai lá, da população fazer compras, vão lá é fazer vida social, muito bem, foi uma opção da Câmara, mas estamos em desacordo com estes processos de colocação do espaço público ao serviço de interesses que efetivamente não têm outra perspectiva que não o lucro, o negócio, e obviamente, destruindo aquilo que é essencial da identidade da cidade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- A Mesa ainda não se esqueceu do Senhor Deputado Municipal Rui Costa, que está inscrito, mas temos outro pedido de palavra do Senhor Deputado Luís Newton, para uma interpelação à Mesa.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Eu dirijo-me à Mesa, porque durante aqui a intervenção, houve aqui várias intervenções, falou-se sistematicamente em contratos, e eu fazia um apelo à Mesa, pelos vistos o PCP conhece o contrato, o PS conhece o contrato, mas há aqui forças políticas nomeadamente o PSD, nós não conhecemos nenhum contrato.-----

----- Portanto se a Mesa pudesse fazer chegar então cópia desse contrato que alguns conhecem outros não, para que pudéssemos analisar agradecíamos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu insisto, o terreno é de domínio público ou domínio privado do Município?-----

----- E para que tenha oportunidade de me responder e leve isto como ofensa à sua honra e consideração, a sua gravata é muito feia!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Se o Senhor Deputado Municipal Rui Costa quer mesmo que o Senhor Presidente responda, é mais prático dos onze segundos que os Deputados Municipais Independentes têm ceder um terço ao Senhor Presidente, e ele responderá numa frase.-----

----- Posso usar a cedência de tempo? Todos os Senhores Deputados Independentes concordam?-----

----- Senhor Presidente, mesmo numa frase.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Isso é para defender a honra da minha gravata!-----

----- Senhor Deputado no documento que lhe faremos chegar, onde está feito o longo historial deste processo, por uma situação a todos os títulos bizarra, de décadas sobre a gestão da Praça do Martim Moniz, de toda a Praça do Martim Moniz, está no domínio privado do Município, privado do Município, o que não obsta a que dada a evidente utilização pública ela seja considerada como pública, mas juridicamente, na sua classificação, é domínio privado do Município.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Não temos mais inscrições, foi um debate vivo e animado como é tradição da Assembleia Municipal, e temos duas recomendações sobre esta matéria para votar.-----

----- Foram apresentadas a Recomendação 52/05 apresentada pelo CDS-PP, e a Recomendação 52/07 apresentada pelo Partido Comunista Português.-----

----- O CDS está a fazer uma solicitação à Mesa. -----

----- Portanto, temos um pedido de votação em separado do ponto, um, da recomendação apresentada pelo PCP. -----

----- E os Independentes pedem? Também. -----

----- Então é a do Partido Comunista Português. Portanto, vamos então votar primeiro a Recomendação apresentada pelo CDS-PP.” -----

----- A **Recomendação 052/05** foi **aprovada por unanimidade** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar agora a recomendação apresentada pelo Partido Comunista Português, a Recomendação 52/07 e vamos votar primeiro, o ponto um desta recomendação, relativa à suspensão da obra em curso da Praça Martim Moniz.” -----

----- O **Ponto 1 da Recomendação 52/07** foi **rejeitado** com votos contra do PS, 1 IND o Deputado Municipal Rui Costa, abstenção do CDS-PP, PPM, 5 IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, 2 IND.-----

----- Os **Ponto 2 e 3 da Recomendação 52/07** foram **aprovados por maioria** com votos contra do PS, abstenção de 2 IND; votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 6 IND. -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações.) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos Declarações de Voto, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa, e mais ninguém.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Acompanhando as preocupações expressas pelo PCP e pelas demais forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Lisboa quanto ao futuro da Praça do Martim Moniz, da sua utilização futura e da participação e discussão pública de tal processo, não posso acompanhar a proposta de suspensão da obra já em curso no local.-----

----- Com efeito, estando a mesma já licenciada, e tendo o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no debate que antecedeu e a minha instância confirmado que o local integra o domínio privado do Município de Lisboa, pelo que mais dificilmente se verificará uma ilegalidade na novação contratual que legitima a ocupação do espaço, não poderia acompanhar tal proposta contida no ponto 1 da Recomendação 052/07 (PCP) - Pela suspensão imediata das obras na Praça do Martim Moniz, pelo que votei contra o mesmo. -----

----- Isto sem embargo de reservar para um futuro próximo uma tomada de posição quanto à gestão e classificação do domínio público e privado do Município de Lisboa e bem assim quanto à intervenção desta Assembleia Municipal nessa matéria. Votar favoravelmente tal proposta poderia constituir o Município – quando não os seus autarcas – em responsabilidade financeira, merecendo toda esta questão uma maior ponderação e elementos para melhor apreciação.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem damos por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 003/PCP/2019 REFERENTE AO “PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO DA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO;** -----

----- (A Recomendação nº 052/10 anterior Proposta nº 003/PCP/ 2019 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao próximo ponto, e o próximo ponto de acordo com aquilo que foi consensualizado na Conferência de Representantes, o próximo ponto é aquele que estava distribuído como aditamento, passou a ponto quatro, se a Assembleia não se opuser, Proposta 03 do Partido Comunista Português de 2019, “Período de Intervenção do Público”, com os esclarecimentos que já foram dados, que houve um lapso dos gabinetes da Presidência e do Primeiro Secretário, e de que eu próprio não me apercebi que esta proposta não tinha constado, e de facto tinha sido adiada e não debatida na Sessão passada. -----

----- E portanto, vamos iniciar este ponto quatro da Ordem de Trabalhos, com esta proposta, dando a palavra ao Partido Comunista Português, para apresentar a proposta.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado João Carlos Pereira, do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. -----

----- Ora esta proposta que aqui hoje trazemos a 03 de 2019 visa a reposição daquilo que já está previsto, e a nosso ver muito bem no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, no que concerne às intervenções do público nesta casa. -----

----- Pretendemos a utilização tão ampla, como o permite o Regimento da audição da população por parte desta Assembleia, como é elementar dever dos Eleitos, em relação aos seus Eleitores. -----

----- Independentemente das práticas anteriormente adotadas e foram já várias, reiteramos mais uma vez com esta proposta a necessidade absoluta de que aqui possa ser dada voz às populações, aos seus problemas e anseios, tendo como regra a aplicação do escopo máximo permitido pelo Regimento desta Assembleia no seu artigo oitenta e três. -----

----- A proximidade aos cidadãos da cidade, de que tanto e tantos falam, tem aqui uma expressão concreta perante a qual todos deverão sentir responsáveis. -----

----- Aquilo que estamos a propor, não é, repetimos não é a revisão do Regimento nesta matéria, mas sim a sua plena aplicação, utilizando os limites máximos já previstos e em vigor. -----

----- Nesta medida, somos claros, concordamos com a redação do artigo oitenta e três, não consideramos nem pretendemos a sua descida a grupos de trabalho, que tenham por objeto a revisão do Regimento. -----

----- Se alguém pretende a alteração do Regimento nesta matéria, e assim eventualmente restringir e tornar mais exíguo o espaço para intervenção nos tempos e inscrições atribuídos ao público que o faça e assuma, com toda a frontalidade, afirmamos: aqui e agora que tais propostas a serem apresentadas contarão com a nossa clara e firme oposição. -----

----- O Partido Comunista Português, com a presente proposta demonstra que pretende com clareza que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere no sentido da aplicação regular dos limites máximos previstos no artigo, octogésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, quinze inscrições e quarenta e cinco minutos, para cada período de intervenção aberta ao público. -----

----- Atribuição dos limites mínimos de três minutos e máximo de cinco minutos, previstos na mesma norma Regimental, em função do tempo disponível de acordo com o número de cidadãos inscritos para intervirem em cada Reunião da Assembleia Municipal. -----

----- A conformação da forma de publicitação das inscrições do público no respetivo aviso, permitindo a inscrição *on-line* no dia imediatamente anterior ao da Reunião da Assembleia e presencialmente no próprio dia da realização da Reunião da Assembleia, de acordo com a presente deliberação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- E pedir aqui à Senhora Segunda Secretária em Exercício, uma vez que ela não se recordou daquilo que nós tínhamos decidido ontem daqui da alteração do ponto, e algumas forças políticas podem também não se terem recordado, e têm o hábito de indicar as inscrições para a Mesa pelo número da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada vai proceder à leitura dos oradores, que eventualmente estejam inscritos para este ponto, para ver se está certo, ou se algum deles não é para estar aqui inscrito, ou se falta alguma inscrição para esta proposta que estamos a discutir, que é a Proposta 03 do Partido Comunista Português.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “O Senhor Deputado Diogo Moura do CDS?-----
----- Está correto? Está! -----
----- O Senhor Deputado Manuel Lage do PS?-----
----- Está correto.-----
----- A Deputada Cláudia Madeira é para o número cinco? Não? -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito bem, vamos prosseguir então com as inscrições.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado Diogo Moura do CDS.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----
----- Muito rapidamente sobre a proposta que nos traz aqui o PCP, naquilo que respeita ao conteúdo, o CDS é favorável a mesma, até porque ele espelha aquilo que já está previsto no Regimento naquilo que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, e que nós votámos favoravelmente o artigo que aqui foi trazido. -----
----- Agora, nós também chegámos a um consenso na Conferência de Representantes, isso não retira a legitimidade legal e regimental, que o PCP tem, e qualquer partido tem, qualquer força ou qualquer Deputado Independente tem de apresentar propostas à Assembleia Municipal dentro do que está previsto no Regimento, dentro das normas previstas do Regimento, agora parecia-nos a nós que seria mais profícuo que esta questão fosse discutida no Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento, que já foi aprovado nesta Assembleia Municipal, há duas Sessões anteriores, e que aliás, como os líderes de bancada sabem, estipula-se um prazo de apresentação, quer de propostas, quer de esclarecimentos sobre o Regimento, para depois então podermos fazer a reunião a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento, esse prazo foi até 31 de dezembro, o que não invalida que depois os partidos, até às conclusões emitidas pelo Grupo de Trabalho, não possam apresentar, seja propostas de alteração de aditamento de exclusão ao atual Regimento, seja também medidas para as boas práticas. -----

----- E portanto, o que nós queríamos sensibilizar o PCP, e deixando claro que concordamos com o conteúdo é que achamos que essa discussão, deve ter continuidade no âmbito do Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Manuel Lage do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Na sequência da intervenção anterior reforçando que para além daquilo que ficou já expresso, há um outro aspeto, é que nós hoje em dia já temos em todas as Sessões da Assembleia um período para audição dos nossos munícipes, isto significa que hoje em dia todas as pessoas nós ouvimos, o que não sucedia anteriormente.-----

----- Não é a rara a vez, que nós não tínhamos aqui audição de munícipes que se inscrevem fora do tempo previsto para esse efeito, e portanto, isso acontece em todas as Sessões, não há nenhum munícipe em Lisboa que diga que não consegue ser ouvido na Assembleia Municipal, o exemplo é um caso que nós temos aqui, que hoje foi ouvido pela vigésima vez, e portanto, se houvesse falta de audição por algum motivo, ninguém aqui parece estar contra a isso. -----

----- Agora parece-nos, salve melhor opinião, sendo sido constituído um Grupo de Trabalho para análise das normas regimentais, ou para análise do Regimento, ou para aperfeiçoamento do Regimento que está em vigor, que ele pode ser feito, e que essa análise pode ser feita, e que o Regimento pode ser melhorado em sede desse grupo de trabalho. -----

----- E hoje no Plenário podemos naturalmente continuar os nossos trabalhos, porque temos uma Ordem de Trabalhos extensa, hoje, ou em qualquer outro dia, porque há um Grupo de Trabalho constituído para esse efeito, portanto, a nossa proposta para que não termos que votar contra uma proposta, porque naturalmente concordamos com o princípio que é ouvirmos toda a gente, naturalmente, podemos discutir isto em sede própria, na Comissão, no Grupo de Trabalho que está criado para esse efeito, e não em Plenário, que de outro modo, teremos que naturalmente, votar contra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a esta proposta queríamos deixar apenas aqui umas breves notas, dizer que os “Verdes” sempre foram da opinião que esta Assembleia Municipal deve ser o mais aberta possível aos munícipes, e portanto, todas as propostas que vão nesse sentido terão o nosso apoio. -----

----- E é o que se passa com esta proposta apresentada pelo PCP, que pretende a aplicação regular dos limites máximos do Regimento, desta Assembleia, a quinze inscrições e quarenta e cinco minutos para o período de intervenção aberto ao público, ou seja com as intervenções entre os três a cinco minutos de acordo com o número de cidadãos inscritos. -----

----- É isto que determina o Regimento, e que deve ser cumprido, apesar disto estar a ser limitado, tanto no número de inscritos, como no tempo de intervenção, ou seja, o que está acontecer é que normalmente temos cinco munícipes por Reunião, apesar de se poder aceitar mais, mas com intervenções de três minutos. -----

----- E portanto, o que o PCP propõe basicamente é que se cumpre o Regimento, não estamos aqui perante nenhuma alteração ao Regimento, mas sim, perante o cumprimento, o pedido de cumprimento do que está previsto no Regimento, para que não haja forma de desincentivo à participação cidadã. -----

----- E se realmente pretendemos uma Assembleia de portas abertas, em que os munícipes se sintam bem-vindos, a sua participação e intervenção devem ser incentivadas, e facilitadas pois são uma condição básica para uma gestão democrática.

----- E posto isto, consideramos que esta proposta vai agilizar e promover o processo de participação do público, que afinal é o que se pretende, e nesse sentido votaremos favoravelmente esta proposta. -----

----- Obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Temos mais uma inscrição do Partido Comunista Português, ainda tem tempo, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora aquilo que importa é reafirmar aquilo que já disse ali em cima, ou seja, aquilo que nós estamos a propor, é de facto a plena aplicação do Regimento, que esta Assembleia aprovou, e portanto, não faz sentido que desça a nenhuma Comissão, pelo contrário, se alguém pretenda alterar o Regimento, é que deve apresentar nessa Comissão uma nova proposta, não é o nosso caso, aquilo que nós estamos a propor é de facto a plena aplicação do Regimento no que concerna aos limites máximos de audição da população. -----

----- E portanto, eu penso que está clara a nossa posição, em relação à questão que foi colocada de já ter sido consensualizado anteriormente uma outra prática, eu também me referi a ela ali na intervenção que tive ali em cima, que é que de facto isso foi em

Mandato anterior, ou seja, nós estamos num novo Mandato, o PCP já levantou por mais de uma vez aqui nesta Assembleia esta questão, e portanto, para nós é fundamental que ela seja devidamente votada, e portanto, apresentada aqui de pleno direito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos mais uma inscrição, Senhor Deputado Manuel Lage.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, é só para colocar uma questão à Mesa, tendo em conta esta última intervenção do Senhor Deputado do PCP. -----

----- É se não se trata de uma alteração ao Regimento, mas apenas de uma interpretação do Regimento atual, então coloco a questão à Mesa, vamos votar pela aplicação do atual Regimento?-----

----- Senhor Presidente, parece-me que não faz grande sentido!-----

----- Se nós temos um Regimento em vigor, o que está em causa é que em cada Sessão da Assembleia, a Mesa “a dado passo” aplique o Regimento, não faz sentido que o Plenário vote pela aplicação do Regimento que está em vigor!-----

----- Das duas uma, ou há uma alteração ao Regimento ou então a cada momento a Mesa, e bem, na condução dos trabalhos vai aplicando o Regimento conforme ele está redigido. -----

----- Portanto a proposta, seria que esta questão, antes que haja aqui uma votação, sobre o Regimento que está em vigor, e portanto, a Assembleia Municipal de Lisboa, vota uma proposta que incide na verdade sobre manter o Regimento como está, mas recomendando-se a si mesmo, ou aprova uma moção, ou chumba uma moção sobre a aplicação do seu próprio Regimento nos precisos termos em que ele consta, se calhar esta matéria deveria ser discutida em Conferência de Representantes. -----

----- Era só esta a questão Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- E para lhe ser completamente sincero, estava exatamente a pensar a mesma coisa que o Senhor Deputado verbalizou, e estava aqui a pensar, se, mas não me recordo como é que foi consciencializado na Conferência de Representantes, se é que foi, presumo que sim, o modo como as inscrições têm sido processadas em todas as Sessões, e portanto, aquilo que o Senhor Deputado Manuel Lage coloca é pertinente, e eu perguntava ao Senhor Deputado Modesto Navarro, e pedia ao Grupo do PCP, não sei se querem equacionar, face a esta intervenção, e de facto, aqui na Mesa, pelo menos, quero eu, quer a minha colega Virgínia Estorninho, somos membros permanentes da Mesa, se não termos memória como chegámos a este ponto, se o

Partido Comunista Português, quer considerar a hipótese de referir, de abordamos esta matéria na próxima Conferência de Representantes, na segunda-feira? -----

----- Porque de facto, se é apenas, e só, como parece, o cumprimento do Regimento, e se deixa de haver um consenso para outro tipo de práticas, eu acho, que aquilo que temos que tirar conclusão, independentemente de qualquer votação, é mesmo cumprir o Regimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, nós entendemos que esta questão é uma questão de fundo, e é de princípio, é um tempo que está determinado por Lei, atribuição ao público para intervir, e esta Assembleia, tem aliás, uma história espantosa de termos dado há muitos anos, prioridade ao público para falar no início, quando a Lei dizia que era só no final dos trabalhos de cada Assembleia, e nós assumimos uma posição contra a Lei, e achamos que este é o momento muito importante da vida desta Assembleia, e da vida desta cidade, a vinda dos lisboetas falarem à Assembleia. -----

----- Portanto, é nosso entendimento deve-se resguardar aquilo que está na Lei. -----

----- Agora aquilo que pode ser acordado, eu não estive nesse tempo em que as coisas foram discutidas, não era eu o representante do Grupo do PCP, mas teria defendido, não a redução desta maneira, digamos a cinco intervenções, que é esse o que tem vindo a acontecer, mas que em função das ordens de trabalho, em função das ordens de trabalho, uma vez por outra, pode avaliar-se o tempo, digamos de intervenção do público, em função do peso das coisas que se seguem. -----

----- Portanto, nós mantemos esta posição de princípio, mantemos a intervenção e a proposta, depois na Conferência de Representantes podemos avaliar a situação. -----

----- No Grupo de Trabalho, que vai tratar da revisão do Regimento creio que não vai alterar aquilo que a Lei diz, mas enfim, deixemos vir as situações, e é em cada situação que iremos discutir, mas mantemos esta posição que aqui assumimos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Entretanto, eu fui reler a norma e de facto o que a disposição em causa diz:” *é que o Presidente da Assembleia Municipal fixa um período de intervenção aberta ao público, que tem lugar imediatamente após a abertura dos trabalhos, não sendo superior a quarenta e cinco minutos.*” -----

----- E de facto, tem havido esse consenso para se fazer da maneira que tem sido feito, embora, eu de facto não recorde como é que...como, nem quando, como chegámos a este consenso. -----

----- Mas, portanto, estamos esclarecidos sobre a matéria. -----

----- O Partido Comunista Português, entende, como é da sua prerrogativa de votarmos esta proposta, e manifesta também, o desejo e a abertura de que haja uma reflexão sobre o assunto na Conferência de Representantes, e no Grupo de Trabalho para o Regimento, e portanto, assim faremos, penso que não vale a pena... -----

----- Senhor Deputado José Leitão, não percebi, está a pedir para usar da palavra? -----
----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente, digamos, eu dirigia-me ao Partido Comunista, para propor o seguinte. -----
----- Eu penso que este consenso, que tem estado a ser praticado já não é consenso, na medida que o Partido Comunista, por exemplo discorda dele. -----
----- Nós estamos disponíveis para discutir isso, agora realmente, acho que não faz sentido colocarmo-nos na posição de estarmos aqui a votar, fazer esta votação. -----
----- Eu solicitava, que realmente a possibilidade de procurarmos um novo consenso, e não radicalizarmos as posições através de uma votação nesta Assembleia.-----
----- Nós estamos abertos à procura de um novo consenso, efetivamente, admito que este consenso tenha caducado, basta que um partido diga, para que efetivamente isso aconteça. -----
----- Agora, apelamos que não se faça uma votação sobre isto, é a nossa opinião.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----
----- Microfone ao Senhor Deputado Luís Newton.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Nós vemos com alguma dificuldade esta votação, se isto fosse uma moção, como uma consideração para a Mesa utilizar um princípio mais lato no âmbito daquilo que é os períodos de intervenção, ainda se compreendia uma votação, agora nos termos em que está a própria proposta, ainda que queiramos compreender a bondade que está subjacente, eu julgo que isso vem ao arrepio daquilo que foram os entendimentos que inclusivamente existiam na própria Conferência de Representantes.-----
----- Se fosse uma moção, para dizer à Mesa que no âmbito da organização dos seus trabalhos, pudesse contemplar o período máximo de intervenção do público, conforme está previsto no Regulamento, compreende-se, agora os termos em que a proposta se apresenta é: faça-se cumprir o Regulamento que está em vigor, e que já foi aprovado, e isto, é estranhíssimo para a votação em si.-----
----- Portanto, eu apelava que sem votação pudéssemos transferir isto para o momento de diálogo, em Conferência de Representantes, ou então que transformem isto numa moção, e aí já poderíamos estar disponíveis para uma votação, que tem a ver depois com a forma como a própria Mesa poderá eventualmente ou não conduzir os trabalhos. -----
----- Mas que deveria *a priori*, enfim, ser consensualizada novamente em sede própria, é só.” -----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Temos mais uma nova inscrição, do Senhor Deputado José Franco, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Era no sentido de apoiar o ponto de vista que o Deputado José Leitão manifestou, ou seja, que é desejável que esta matéria seja tratada no Grupo de Trabalho do Regimento, se houver, se se sentir necessidade de clarificar alguma coisa na letra do Regimento, e seguramente na Conferência de Representantes onde, aliás, aproveito para manifestar o nosso desejo de que o PSD participe ativamente na Conferência de Representantes, como é seu direito, e é o desejo de todos nós. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Segunda Secretária, não sei se temos mais inscrições? ---

----- Senhor Deputado Modesto Navarro? -----

----- Microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente. -----

----- Nós transformamos a proposta de deliberação em moção, entendemos que a matéria é clara. -----

----- “*Aprovar a aplicação regular dos limites máximos previstos no Artigo 83º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, 15 inscrições e 45 minutos, para o “Período de Intervenção aberto ao Público”;* -----

----- *Atribuir os limites, mínimo, de três minutos, e máximo de cinco minutos, previstos na mesma norma, em função do tempo disponível;* -----

----- *Anunciar publicamente as inscrições do público no respetivo aviso e permitindo a inscrição on-line no dia imediatamente anterior ao da reunião da Assembleia e presencialmente no próprio dia da realização da reunião da Assembleia.”* -----

----- Bom, isto é perfeitamente claro, e sempre foi assim, sempre foi assim. -----

----- Houve um entendimento no Mandato anterior, houve um entendimento de passar a aplicação dos cinco minutos, mas em circunstâncias, como eu disse há bocado que facilitassem os trabalhos quando as matérias são efetivamente pesadas, agora transformou-se numa norma, e nós vendo a aplicação desta norma, que já vem do Mandato anterior, durante este Mandato, resolvemos tomar esta atitude que nos parece perfeitamente legal, e que não prejudica aquilo que venha a ser a análise em Conferência de Representantes, e no Grupo de Trabalho de Revisão do Regimento. ---

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- O Partido Socialista também pede a palavra, microfone ao Senhor Deputado Manuel Lage.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, só para recomendar, ou só para solicitar ao PCP, ou propor ao PCP, em vez de ser uma moção, possa ser uma recomendação à Mesa, tendo em conta que as moções são para entidades externas, e assim seria uma recomendação à Mesa sob a forma da condução dos trabalhos, e assim seria mais fácil, pese embora isso não faça alterar o nosso sentido de voto, mas de qualquer maneira seria mais correto em termos Regimentais. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.-----

----- Tomamos então por boa, se eu entendi o gesto do Senhor Deputado Modesto Navarro, a aceitação desta última proposta, que complementa aquela que o Partido Comunista tinha feito, e portanto, em vez de proposta de deliberação, temos uma recomendação, e é aquilo que vamos votar. -----

----- Sem prejuízo, também de se ter registado o consenso de procurámos um novo consenso, sobre esta matéria em Conferência de Representantes, e também ser uma temática há abordar em sede de Grupo de Trabalho do Regimento. -----

----- Não havendo mais inscrições, nem pedidos de palavra, e com esta síntese vamos propor então a votação da Recomendação apresentada pelo Partido Comunista Português, sobre esta matéria que temos estado aqui a discutir.”-----

----- **A Recomendação nº 052/10 – (PCP) – (Anterior Proposta nº 003/PCP/2019)** foi **aprovada por maioria** votos não há votos contra, abstenção do PS, PSD, 2 IND, votos a favor do PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 5 IND. -----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PSD solicita a apresentação de uma Declaração de Voto oral, microfone ao Senhor Deputado Luís Newton, o Partido Socialista apresentará uma Declaração de Voto escrita. -----

----- Portanto damos este ponto por encerrado.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Senhor Presidente só dar nota de que o PSD se absteve na recomendação apresentada pelo Partido Comunista Português, por entender que ainda que esta matéria possa obviamente, ser alvo de uma reflexão profunda por parte dos vários Grupos Municipais, o Regimento o que contempla é a possibilidade de em função da condução dos próprios trabalhos, e da preparação da Mesa, ser a própria Mesa, da*

preparação do Plenário, ser a própria Mesa a fazê-lo, e entendemos que assim o deveria continuar a ser.-----

----- Qualquer alteração deveria ser discutida no seio também de uma análise prévia na Conferência de Representantes, mas nada temos a opor no que diz respeito aquilo que é assegurar uma maior participação, e um maior tempo de participação àqueles que aqui se deslocam expondo as situações que entendem ser relevantes para análise por parte desta Assembleia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- (O Grupo Municipal do Partido Socialista não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DOS PONTOS 1 E 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 749/CM/2018 - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA CCC DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, E DO ARTIGO 22.º-A DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO; GRELHA BASE:**-----

----- (Apreciação dos pontos 1 e 2 da parte deliberativa da Proposta 749/CM/2018 - Alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante).-----

----- **PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (O Parecer da 8ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/03 (8ª CP)**-----

----- (A Recomendação 052/03 (8ª CP) fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PONTO 1 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA N.º 749/CM/2018 DO DEPUTADO MUNICIPAL INDEPENDENTE RUI COSTA.**-----

----- (A Proposta de Alteração ao ponto 1 da parte deliberativa da proposta do Deputado Municipal Independente Rui Costa fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/08 (PSD)**-----

----- (A Recomendação 052/08 (PSD) fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **RECOMENDAÇÃO 052/09 (PSD)**-----

----- (A Recomendação 052/09 (PSD) fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “E vamos passar ao próximo ponto da Ordem de Trabalhos, “Apreciação dos pontos 1 e 2 da parte deliberativa da Proposta 749/CM/2018 - Alteração dos Estatutos

da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.,” nos termos da proposta e ao abrigo das disposições legais e regimentais identificadas e aplicáveis.-----

----- Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, nós temos uma proposta de alteração apresentada pelo Senhor Deputado Independente Rui Costa, e temos três propostas de recomendação, sendo que, recordar aos Grupos Municipais, aos Senhores e Senhoras Deputadas Municipais, que durante esta Sessão foram admitidas e distribuídas, e penso que colocadas no *site*, duas recomendações apresentadas sobre este tema pelo Partido Social Democrata.-----

----- Penso, que a Senhora Segunda Secretária quer proceder à verificação das inscrições que tem, sendo que competirá se assim o desejar à Câmara no início de apresentar a proposta.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputados, uma vez que eu tinha uma documentação que não incluía este ponto do PCP, eu, gostaria que me confirmassem, se no ponto a seguir são inscritos: Senhor Fernando Correia do PCP, Miguel Santos, PAN, Margarida Penedo, CDS, Cláudia Madeira, PEV, António Prôa, PSD, se isto está correto as inscrições?---
----- Estão?”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem até ver sim, e aguardamos novas inscrições.-----

----- E vamos iniciar a discussão do ponto, dando a palavra à Câmara Municipal, Senhor Vereador João Paulo Saraiva, para apresentar a proposta.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- Então muito rapidamente a proposta que hoje aqui trazemos, sobre a Carris, traz pequenos ajustamentos aos seus estatutos em face de situações distintas que passo a explicar.-----

----- Uma primeira tem a ver com o conformar os estatutos da Carris, àquilo que foi a Lei que aprova a passagem da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa, onde é criado um Conselho Geral Consultivo, e portanto, que nos parece aliás, uma benfeitoria relativamente à versão anterior, em face de, este órgão poder e dever analisar os instrumentos de gestão da própria empresa, e com isso, de forma abrangente, nomeadamente, relativamente aquilo que é a sua composição, poder introduzir outras formas de olhar para os mesmos problemas, nomeadamente, introduzindo aqui a visão daqueles que são os seus destinatários, mas também os seus trabalhadores, e todos aqueles que de alguma forma estão ligados à operação da Carris.-----

----- Este é um primeiro ponto.-----

----- Um segundo ponto, que tem a ver com a possibilidade do Conselho de Administração, proceder a arrendamentos de bens imóveis que pertencem à empresa, e passo, portanto a estar nessa disponibilidade do Conselho de Administração,

enquadrados pela estratégia que o Município define sobre estas e outras matérias, mas de alguma forma, agilizando aquilo que são pequenos contratos de arrendamento, e que hoje precisavam de uma carga burocrática claramente não nos parece ajustada. ----

----- Por último, aquilo que será eventualmente a medida, diria eu, menos consensual, que tem a ver com a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada, e legislação complementar, que é uma incumbência das Câmaras Municipais, e que sai reforçada com a transferência com a transferência de competências que o Município de Lisboa, a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, entenderam assumir na reunião transata, e que essa competência é exercida através do pessoal de fiscalização, pode ser exercida através do pessoal de fiscalização das empresas públicas e municipais, designadamente, para o efeito, que para o qual sejam considerados equiparados à autoridade, ou ao seu agente, com as limitações decorrentes dos respetivos estatutos e delegações de competências, e após credenciação pela Direcção-Geral de Viação. -----

----- Portanto, não é qualquer trabalhador desta empresa que o pode fazer, aliás, como já acontece com a EMEL, são pessoas que têm que estar certificadas para o efeito, credenciadas para o efeito, e após, uma delegação de competências específica do Município na Carris.-----

----- A única coisa que estamos aqui fazer, ainda não é essa delegação de competência específica, mas sim a consagração nos estatutos da Carris, dessa atividade complementar de fiscalização. -----

----- Atividade, essa que obviamente, vai potenciar uma mais eficiente exploração da concessão, e que vai dar outra qualidade, e outra capacidade à empresa de criar as melhores condições de circulação nas faixas que lhe estão dedicadas, nas vias reservadas ao transporte público regular de passageiros, reduzindo as perturbações de circulação, e aumentando a velocidade comercial, como todos desejamos.-----

----- Acresce ainda, para terminar que esta situação já hoje, ou esta competência já hoje é exercida numa parceria que se vai manter entre a empresa Carris e a Polícia Municipal, é executada através de um veículo, ou com a possibilidade de ser executada pela própria Polícia Municipal através dos seus meios motorizados, o que estamos aqui a acrescentar, é a possibilidade com uma carreira própria, com pessoas credenciadas, a própria Carris, e que não o motorista, evidentemente, a própria Carris poder executar esta mesma fiscalização em benefício de todos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Temos um parecer, relatório e uma recomendação, extraída desse parecer da 8ª Comissão Permanente, e o Deputado Relator é o Senhor Deputado Municipal Fernando Correia.-----

----- Perguntava se quer usar, ou alguém pela Comissão para usar da palavra para apresentar? -----

----- Não?! Assim sendo vamos passar aos oradores inscritos.” -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia”. -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no
uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Obrigada Senhor Presidente. -----
----- Boa tarde à Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----
----- Não deixa de ser curioso que se saiba mais uns pequenos pormenores, pelo
Senhor Vereador João Paulo Saraiva, do que pelo Senhor Vereador do Pelouro Miguel
Gaspar, quando foi à Comissão. -----
----- Portanto, isto é de facto uma coisa fantástica, o Senhor Vereador João Paulo
Saraiva, é isto, é uma enciclopédia é à conclusão que eu chego. -----
----- E portanto, quero saudá-lo por essa enorme capacidade de tudo saber.-----
----- A questão que se coloca aqui, e que nos traz preocupações, é relativamente aos
poderes de fiscalização da via pública e cumprimento das regras definidas no Código
de Estrada, que agora a Câmara Municipal de Lisboa, propõe atribuir à Carris, porque
entendemos que se levantam questões, como a relação entre o Município de Lisboa e
os cidadãos através da Carris, não se sabendo sequer como serão exercidas esses
poderes de fiscalização. -----
----- Porque de facto nunca soubemos, perguntámos, quisemos saber, até porque havia
uma grande pressa em aplicar, digamos em avançar com este processo, e nós na altura
quisemos saber naturalmente, como é que ele ia ser exercido, essa foi sempre e é,
digamos a preocupação.-----
----- Também num ambiente geral de elevada volatilidade legislativa, não se pode
descartar a possibilidade desta medida proposta pela Câmara Municipal de Lisboa vir
a ser facilitadora de processos que venham a culminar com a subconcessão da
fiscalização, intervenção no âmbito do cumprimento do Código da Estrada a um
sector privado, fundamentado as enormes reservas do PCP, em relação a esta
proposta, recorda-se também por via de uma alteração legislativa, a Assembleia
Municipal de Lisboa foi amputada de instrumentos essenciais, para uma eficaz
acompanhamento e fiscalização da atividade que a Câmara Municipal de Lisboa
desenvolve através das empresas municipais, com a aprovação dos orçamentos,
planos de atividade, relatórios de contas e outros, que deixaram de ser submetidos a
esta Assembleia. -----
----- Do nosso ponto de vista, esta é uma competência que não deveria ser delegável,
devendo ser reserva da PSP e da Polícia Municipal, que é composta por agentes da
PSP, cujo efetivo deveria ser composto pelo número de agentes necessários para o
cumprimento desta tarefa, uma vez, que de forma mais ou menos hierárquica, as ações
de fiscalização em apreço podem eventualmente vir a interferir com situações e
matérias relacionadas com os direitos e liberdades, e garantias dos cidadãos. -----
----- Em suma, a Câmara Municipal de Lisboa, pretende aprovar em primeiro lugar as
alterações aos estatutos da companhia Carris, e só depois dizer como pretende
implementá-las, o que de facto, significa a negação em relação à Assembleia
Municipal de Lisboa, no tempo devido da informação relevante. -----

----- Se outros argumentos, já não existissem Senhor Vereador, aconselharia a que esta Assembleia recusa-se este cheque em branco. -----

----- Hoje vou daqui, ligeiramente mais esclarecido, mas ainda não estou convencido.”

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Próxima intervenção. -----

----- “Pode sim senhora, Senhor Vereador. -----

----- Nos termos regimentais o Senhor Vereador João Paulo Saraiva pediu uma interpelação à Mesa.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Pedi uma interpelação à Mesa, porque eu de facto, não me resultou claro, na intervenção do Senhor Deputado, qual foi a novidade que eu aqui dei hoje! -----

----- E portanto, eu peço desculpa, mas para poder responder cabalmente às questões que me foram colocadas, importava que percebe-se o que tinha sido a novidade!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, a única novidade foi que vão formar agentes específicos para esta missão.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, penso que está esclarecido, vamos passar ao próximo orador.”

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral.-----

----- Nós encontramos-nos hoje a deliberar sobre estatutos da Carris, ou alteração deles, por uma razão muito simples, é que a fiscalização nesta cidade não funciona, se funcionasse não estávamos aqui a tratar desta proposta.-----

----- E isto levanta-me várias questões, obviamente, se a polícia não tem capacidade para fiscalizar, alguém que tenha!-----

----- Agora, é triste de termos que chegar à conclusão que a polícia não tem capacidade para fiscalizar, mas se a Câmara assume que não tem essa capacidade, assim seja, então vamos passar essa competência para a Carris, que aparentemente já tem essa capacidade, ou terá essa capacidade.-----

----- Eu quero acreditar que assim seja, e mais, que a forma como esse poder discricionário a esta data, porque regras não conhecemos nenhuma, portanto, estamos a falar neste momento que será dado um poder discricionário à Carris para fazer a fiscalização no que respeita ao sector do Código da Estrada. -----

----- Nós esperamos que esse poder da Carris venha a ser desenvolvido com bom senso e com o apoio dos cidadãos, se não for, certamente os cidadãos, e esta Assembleia se manifestarão em data futura. -----

----- Agora a pergunta que eu faço é a seguinte: -----

----- É uma tendência que se vai manter? -----

----- Estamos a chegar à conclusão que a Câmara não tem capacidade para analisar os processos de licenciamento, vai dar análise aos processos de licenciamento a uma outra entidade? -----

----- Como é que podemos analisar esta falta de capacidade da Polícia Municipal?-----

----- E em relação à ocupação do espaço público?-----

----- Em relação a outras áreas como a parte das obras, que neste momento também são da Polícia Municipal, também serão transferidas para outra entidade? Não será para a Carris com certeza, uma vez que se refere ao Código da Estrada.-----

----- Mas portanto, vemos esta competência neste momento que está a ser aprovada “as escuras”, por todos nós, é problemática, e apenas esperamos que a Câmara não nos faça arrepende de sermos de certa forma coagidos a votar a favor de uma fiscalização, uma vez que ela não existe.-----

----- Que a Carris fiscalize bem, é aquilo que nós desejamos, e que se não fiscalizar cá estaremos para ver. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhora Segunda Secretária próximo orador inscrito.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, que ainda agora estava aqui, não sei se ainda está, gostava que estivesse, não o vejo, enfim... -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados, estamos aqui hoje a discutir uma alteração aos estatutos da Carris, que pretende dar à Carris o poder para controlar o cumprimento do Código da Estrada, nas vias sob jurisdição municipal. -----

----- Ora, a Carris é uma empresa municipal que tem por objetivo fazer a exploração do serviço público de transportes, não tem por objetivo fazer a exploração das contravenções ao Código da Estrada, e isto é um assunto que tem que ser muito claro,

porque nós estamos a falar de uma fonte de rendimento, isto não é uma fonte de rendimento, e não pode ser nunca confundido como uma fonte de rendimento. -----

----- Pode-se dizer, como já foi dito pelo Senhor Vereador, e pela Câmara, que a Carris já faz alguma fiscalização, quem tem ou não tem bilhete, evidentemente que sim, isso é perfeitamente aceitável, que a Carris faça fiscalização dentro dos autocarros e dentro dos elétricos, muito bem, não tem jurisdição, nem tem que ter jurisdição na via pública. -----

----- Foi aberta de certa maneira, uma exceção para a EMEL, porque a EMEL pode multar os automóveis que estão estacionados em segunda fila, também se compreende apesar deste poder que foi dado à EMEL estar no limite, porque a EMEL faz a administração do estacionamento em Lisboa, a gestão e administração de estacionamento em Lisboa, de maneira pode-se compreender que a EMEL multe automóveis que estão estacionados fora dos lugares que a EMEL estabeleceu para esse efeito, mais do que isso é uma função de polícia, e as funções de polícia são funções nucleares de soberania, não devem ser dadas as empresas municipais, nem sequer se compreende por motivos práticos, porque com as comunicações como estão hoje em dia, um guarda-freio de um elétrico que tenha a via obstruída tira uma fotografia, manda a fotografia para a Polícia Municipal, e tem obrigatoriamente um elemento numa mota que está no local passados dez minutos, um quarto de hora no máximo, de qualquer maneira, vai ter que chamar um reboque, um reboque não vai demorar menos do que isso, de maneira nenhuma. -----

----- Portanto, não se compreende por motivos práticos, nem se compreende por motivos políticos, porque as funções de soberania, as responsabilidades políticas, as decisões políticas devem estar concentradas na Vereação de Lisboa, e o CDS não concorda, nem pode aceitar que elas sejam transferidas para as empresas municipais. --

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício. -----

----- A alteração aos estatutos da Carris que nos é apresentada através da Proposta nº 749 de 2018 tem como objetivo, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 107 de 2017 de 10 de novembro, permitir que as deliberações de tomada de arrendamento ou de arrendamento de bens imóveis que pertençam à empresa passem a estar na disponibilidade do Conselho de Administração, ao contrário do que agora acontece, que têm de ser autorizadas caso a caso, pela Câmara Municipal. -----

----- Mas esta proposta pretende também incumbir a Carris da fiscalização do cumprimento das normas do Código da Estrada nas vias de jurisdição municipal. -----

----- Importa recordar que em momento algum, inclusive na Comissão onde o Senhor Vereador foi ouvido sobre esta proposta, foi explicada de que forma seria feita essa fiscalização.-----

----- Na altura, o Senhor Vereador afirmou o seguinte: “*alguns sindicatos das forças policiais manifestaram-se contra o modelo, mas antes de tempo, porque nem o Conselho de Administração da EMEL, nem o Conselho de Administração da Carris disseram ainda como vão realizar essa fiscalização*”, acrescentando que o modelo de fiscalização “*ainda não está definido e que a Carris ainda não propôs nada à Câmara Municipal de Lisboa*”.-----

----- Ou seja, estamos perante uma total falta de informação prestada a esta Assembleia. Se a Câmara não sabe a forma, os meios e o âmbito de atuação, é grave. Se sabe e não transmite, é igualmente grave. E, em ambas as situações, é inaceitável que queira avançar com esta proposta sem prestar os esclarecimentos necessários, o que por sua vez também é grave.-----

----- A postura do Executivo não pode ser, aprove-se a proposta, alterem-se os estatutos, e depois logo se vê como se faz. Isto é passar um cheque em branco e “Os Verdes” não podiam estar mais em desacordo.-----

----- Entendemos que a fiscalização deve ser feita pela Polícia Municipal, cabendo à Câmara exigir do Governo, através da PSP, mais efetivos para o devido reforço de meios. Justificar que, como a Polícia Municipal não tem meios, essas competências passam para a EMEL ou para a Carris, não é o caminho certo.-----

----- Recordamos ainda que “Os Verdes” apresentaram uma recomendação contra a privatização da fiscalização dos títulos de transportes nos autocarros e elétricos da Carris e, na altura, o Executivo alegou que não havia trabalhadores suficientes para fazer esta fiscalização e, por isso, teve que recorrer a uma empresa privada.-----

----- É caso para hoje perguntarmos que meios vai ter a Carris ao seu dispor para fazer a fiscalização que agora é proposta e que, mais uma vez reforçamos, nem sequer se sabe como vai ser feita, por quem e de que forma.-----

----- Outra questão que nos preocupa diz respeito à aquisição, alienação e oneração de direitos ou bens móveis e imóveis. Também sobre isto a proposta não define limites, a não ser os limites temporais.-----

----- Em conclusão, “Os Verdes” rejeitam a passagem de competências de fiscalização para a Carris, com a qual, por princípio, não estamos de acordo. Além do mais, o procedimento e os âmbitos de atuação nem sequer são explicitados na deliberação que vai ser votada, o que representa uma total falta de transparência e de rigor.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Prôa do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Discutimos aqui hoje, a proposta de alteração aos estatutos da Carris, embora, registando a expressão “*pequenos ajustes*”, por parte do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, ela tem pouco de pequenos ajustes, é de facto uma alteração muitíssimo significativa que está em causa, não só para a própria Carris, como também do ponto de vista como a Câmara Municipal encara o exercício das suas próprias competências, é disso que se trata, é isso sobretudo que está aqui em causa.-----

----- Esta proposta é também a confirmação da falta de fiscalização da Câmara Municipal de Lisboa, neste caso, no que diz respeito ao cumprimento do Código da Estrada na cidade, mas é aliás, um padrão em muitas outras áreas da cidade, como aliás, temos concluído nesta Assembleia. -----

----- É também a assunção da incapacidade da Câmara Municipal em fiscalizar, no fundo o que a Câmara está aqui a dizer, que não é capaz de fiscalizar eficazmente e portanto, transfere essa responsabilidade para terceiros, no caso a Carris.-----

----- Mas é também e sobretudo, uma questão de esvaziamento das competências do Município, este também é um padrão que se verifica nesta como em outras áreas, que tem sido também aqui discutido e que muito para além desta área em concreto, este esvaziamento de competências para outras entidades não sujeitas à mesma legitimidade democrática deve merecer a nossa reflexão, a reflexão sobre o papel dos órgãos autárquicos. -----

----- Se a mobilidade é vital para o funcionamento da cidade, então há muito que se deveria ter visto a prioridade na fiscalização da sua fluidez, nas segundas filas que não se vê, no estacionamento indevido, nas faixas *bus*, nas cargas e descargas, tudo isto está para fazer, apesar do reforço de meios da Polícia Municipal, apesar do reforço de efetivos da Polícia Municipal. -----

----- A proposta tal como é apresentada, e aliás, como retrata o relatório elaborado pelo Senhor Deputado Fernando Correia, que eu aproveito para felicitar, dizia eu, a proposta é uma delegação genérica, imprecisa e sem limites, não define os termos concretos, ou o âmbito de atuação.-----

----- Trata-se de uma proposta imprudente, que pode pôr em causa a relação entre os cidadãos e a Carris, tal como é apresentada, trata-se de um erro, mas ainda assim, ainda assim, e se o querem fazer, então basta, conforme aliás, o PSD propõe numa das duas recomendações que apresenta, basta que seja utilizada a redação mais prudente que já foi utilizada na redação dos estatutos da EMEL para este fim, basta ir lá ver, e fazer igual, aliás, é nesse âmbito que apresentamos uma das recomendações. -----

----- A proposta tal como é apresentada, é um cheque em branco, que nós recusamos. --

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- A Carris não é uma empresa de fiscalização de trânsito, nem para exercer atividades policiais, esse é o primeiro pressuposto que devemos ter em conta nesta discussão. -----

----- O segundo pressuposto, é que de facto a Carris encontra na sua atividade operacional, problemas sérios e graves, com a paragem de estacionamento indevido, e a circulação indevida, nas vias reservadas para os autocarros.-----

----- E a Câmara propõe-nos e bem, a aumentar a operacionalização desta fiscalização a bem da circulação e do sistema de transportes públicos em Lisboa. -----

----- Agora o que a Câmara não pode vir pedir a esta Assembleia, é aquilo a que o Senhor Deputado António Prôa chamou, e muito bem, um “*cheque em branco*”, que é permitir a delegação na Carris de todos e quais queres poderes de fiscalização de trânsito, designadamente ultrapassagem de limites de velocidade, de respeito de determinado tipo de sinalização, portanto, atendendo à excecionalidade proponho a esta Assembleia que altere o artigo terceiro desta proposta, limitando a possibilidade de delegação de competências aquilo que é instrumental, e que, caso a Câmara assim o entenda, seja necessário para o correto desenvolvimento da atividade da Carris, e portanto, com esta alteração, estaremos em condições, enfim, de dar o aval a toda a proposta de alteração de estatutos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Valente Pires do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Não obstante a criação do Conselho Consultivo da Carris decorrer de uma imposição legal por via da aprovação da Lei n.º 107 de 2017 de 10 de novembro, urge igualmente dotar a empresa das ferramentas de gestão adequadas, que permitam dar continuidade ao processo de recuperação da operação da empresa, iniciado na sequência da municipalização ocorrida em fevereiro de 2017 e tendo em vista o reforço do serviço de transportes públicos enquanto resposta estrutural na mobilidade geral da cidade de Lisboa;-----

----- A proposta de alteração dos Estatutos da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., numa perspectiva de rentabilização e boa gestão dos meios disponíveis no universo municipal, permitirá dotar a empresa e o seu Conselho de Administração da flexibilidade necessária e adequada para implementação das melhores decisões de gestão, quer na perspectiva da rentabilização dos bens imóveis da empresa, limitada à decisão sobre arrendamentos a acontecer apenas durante o prazo da concessão, quer na fiscalização de infrações do Código de Estrada, numa perspectiva complementar à da exploração do serviço público de transporte de passageiros e a efetuar pela Carris exclusivamente nos termos do disposto na Lei, ficando assim definitivamente afastados eventuais receios infundados de “privatização” das funções de fiscalização. -

----- Esta última possibilidade, permitirá ganhos relevantes à operação regular da empresa, potenciando uma mais eficiente exploração da concessão através da redução das perturbações na circulação nomeadamente da rede de elétricos e promovendo a continuação da melhoria da disponibilidade e regularidade do serviço público de transportes rodoviários de âmbito municipal.-----

----- Por estas razões o Grupo Municipal do Partido Socialista, manifesta a sua posição favorável à proposta de alteração dos Estatutos da Carris agora em apreciação. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhor Vereador não sei se quer usar da palavra? -----

----- Não registámos mais inscrições, e os Deputados Municipais Independentes cederam tempo à Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, se houver aí mais algumas almas generosas também possam oferecer um pouco mais, eu agradecia. -----

----- Começando pelo primeiro mito, é que não vale a pena mistificar, ou mitificar se quisermos, estas matérias, nomeadamente, recorrendo a uma técnica que é espetacular, que é dizer sobre as propostas, aquilo que cá não está, ou então, aquilo que de Lei até não permite. -----

----- Primeira questão. -----

----- Não é possível delegar esta competência que não seja na empresa municipal, ou seja, a empresa municipal pode subdelegar dentro de si, não pode concessionar nenhuma destas atividades de fiscalização, portanto, meus Caros Deputados do PCP, não se assustem, porque essa questão, está ultrapassada. -----

----- Segunda matéria, a vastidão, “*o cheque em branco*” que alguns dos Senhores Deputados invocam sobre a matéria que está aqui vertida na proposta. -----

----- Pois meus Caros Senhores Deputados, a matéria que é possível de delegar nas empresas municipais...” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem que ir direito ao ponto, Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É matéria que tem a ver com o estacionamento na via pública e no espaço público. -----

----- Portanto, todas aquelas conversas sobre ultrapassagens, e outras matérias conexas, não são relevantes para esta discussão, porque não são delegáveis nas empresas municipais, e como disse o Senhor Deputado, e aí estamos de acordo, Senhor Deputado Rui Costa, esta é uma matéria fundamental para que algo que todos perseguimos, nomeadamente, o PCP, mas também outras forças políticas, que é o aumento da eficácia e da qualidade do serviço prestado pela Carris, e aí estamos todos de acordo, e se há hoje o fazemos com um excesso de meios, carros, várias pessoas a fazer a mesma coisa, podemos fazê-lo com uma Lei que nos possibilita com fiscais devidamente credenciados, e a fazerem essa matéria dentro dos autocarros no momento em que são necessários. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Encerramos aqui a discussão desta proposta, e dos documentos conexas, e vamos passar às votações, fazendo aqui uma síntese para verificar se as várias indicações recebidas na Mesa estão corretas. -----

----- Nós temos a proposta da Câmara Municipal de Lisboa, para votar, nos seus pontos um e dois, da parte deliberativa, Proposta nº 749 de 2018, e temos salvo erro um pedido para separar o ponto um e dois, do Partido Comunista Português, está correto? -----

----- Microfone ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP-Independente),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, só lhe pedia que separasse a proposta que tem na parte resolutive, três pontos, que fosse votado em separado, a outra não temos qualquer problema, é a número oito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Recomendação do Partido Social Democrata, sim, se eu percebi bem. -----

----- Microfone à Senhora Deputada Ana Mateus do PSD.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- É só para separar o ponto um e dois da Proposta 749, era só isso que estávamos a pedir. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.-----

----- Vamos, então votar o ponto um. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado António Prôa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O PSD, apresenta duas recomendações, sendo que uma em particular a que tem como título o “*Salvaguarda da definição do âmbito e termos da delegação de poderes de autoridade pela Câmara Municipal de Lisboa na Carris através da proposta 749/2018*”, esta recomendação tem três pontos, sendo que o primeiro, recomenda que “*Assembleia Municipal de Lisboa suspenda a deliberação e votação da Proposta 749/2018*”, para que depois no ponto dois, a CML possa adotar uma redação que nós propomos, e que me escuso agora de referir extensivamente.-----

----- O que me parece, é que salve melhor opinião, Senhor Presidente, deveríamos começar por deliberar sobre a suspensão ou não da votação da proposta porque é essa a primeira recomendação que é feita. -----

----- Já o ponto três, e o ponto dois, enfim, deixo há consideração da Mesa como proceder em termos de ordem nas votações, mas o ponto um, parece-me avisado que seja a primeira matéria a ser objeto de votação desta Assembleia. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, o nosso entendimento, mas a bem do bom andamento dos trabalhos, também não nos custa flexibilizá-lo e proceder a essa votação, o nosso entendimento era votar aquilo que são as propostas, e no caso em concreto, o que o Senhor Deputado verbalizou não é uma proposta, podia o PSD ter apresentado essa proposta, e assim teria essa prioridade. -----

----- E portanto, o que nós tínhamos previsto era a votação da proposta da Câmara, em segundo lugar a votação da proposta, porque é um aditamento que ficaria prejudicado se a proposta da Câmara fosse chumbada, apresentada pelo Deputado Municipal Rui Costa, e depois as propostas de recomendação pela ordem da sua entrada.-----

----- De todo o modo, também se nenhuma força política se opuser, não sendo uma proposta, ou então, seguindo o precedente que adotamos há pouco, em que a proposta que nós tínhamos do Partido Comunista Português, também foi duas vezes alterada a sua qualificação, nós poderíamos considerar o ponto número um, da recomendação do Partido Social Democrata, como um proposta autónoma, e assim, se ninguém se opuser, considerávamos, reformulado só este ponto um, como uma proposta, e aí sim, entrando Senhor Deputado António Prôa, está a concordar, e aí sim, a sua votação poderia prejudicar as outras votações.”-----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO COM O PONTO 1 RETIRADO DA RECOMENDAÇÃO 052/08 (PSD) APRESENTADA NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 749/CM/2018.**-----

----- “Salvaguarda da definição do âmbito e termos da delegação de poderes de autoridade pela Câmara Municipal de Lisboa na CARRIS através da proposta 749/2018”-----

----- “1. *Que a AML suspenda a deliberação e votação da Proposta 749/2018*”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, podemos fazer assim?-----

----- E portanto, assim todas as posições políticas ficam clarificadas e expressas, e portanto, vamos considerar como proposta, e depois os serviços na ata colocarão a devida qualificação deste ponto um, e portanto vamos votar então como proposta, aquilo que o PSD apresenta, que “*Assembleia Municipal suspenda a deliberação e votação da Proposta 749 de 2018.*”-----

----- E portanto, vamos recapitular, nós vamos começar por votar uma proposta, que houve consenso para a qualificar assim, apresentada pelo Partido Social Democrata, para que “*A Assembleia Municipal de Lisboa suspenda a deliberação e votação da Proposta 749/2018*”.-----

----- **O Ponto 1 retirado da Recomendação 052/08 foi rejeitado** não há abstenções, votos contra do PS, BE, 5 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND.-----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O ponto desta proposta, que nós requalificamos assim não foi aprovado, foi reprovado pela Assembleia.-----

----- Senhor Deputado Municipal Rui Costa, estava a fazer sinal para uma Declaração de Voto escrita sobre esta proposta.”-----

----- (Senhor Deputado Municipal Rui Costa Independente não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Votando-se então esta primeira proposta do PSD, estamos em condições de votar a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Vamos votar a proposta, porque o que há é uma proposta de aditamento, e portanto para aditarmos alguma coisa é preciso que alguma coisa exista.-----

----- Uma proposta de alteração que adita.-----

----- Tem razão mas não está bem escrito, Senhor Deputado, porque aquilo que aqui refere é aditamento de um novo no número dois do artigo terceiro.-----

----- Bem, mas de todo o modo podemos votar primeiro a proposta da Câmara, Senhor Deputado?-----

----- Porque mantêm-se a mesma coisa, para que algo substitua ao adite, é preciso que algo exista, e se a proposta da Câmara não for aprovada, não há nada para aditar, nem a substituir, porque a proposta fica chumbada e deixa de existir, estamos de acordo.-----

----- Vamos então proceder à votação da Proposta 749. -----

----- Portanto, vamos votar o ponto um da parte deliberativa da proposta 749 de 2018.”-----

----- **O Ponto 1 da Parte Deliberativa da Proposta n.º 749/CM/2019 foi aprovado por maioria**, com a seguinte votação: abstenção de 1 IND, o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PPM, votos a favor do PS, BE, PAN, 6 IND.-----

----- **O Ponto 2 da Parte Deliberativa da Proposta n.º 749/CM/2019 foi aprovado por maioria** com a seguinte votação: não há abstenções, votos contra do CDS-PP, MPT, PPM, votos a favor do PS; PSD, PCP, BE, PAN, PEV, 7 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta foi aprovada na sua integralidade.-----

----- Votamos agora aquilo que é a proposta de alteração do Deputado Municipal Rui Costa.”-----

----- **A Proposta de Alteração ao Ponto da parte deliberativa da Proposta n.º 749/CM/2018 – (Subscrita pelo Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa) foi rejeitada** com a seguinte votação: não há abstenções, votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PPM, 6 IND, votos a favor do PSD, BE, PAN, 1 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A proposta apresentada pelo Deputado Municipal Rui Costa não foi aprovada.---

----- Vamos proceder à votação da Recomendação 52/03, apresentada pela 8ª Comissão.”-----

----- **A Recomendação n.º 52/03 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 7 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

----- Vamos agora proceder à votação da recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata, a 52/08, que foi distribuída com os pontos dois e três, uma vez que atomizámos como proposta o ponto um. -----

----- Temos o pedido para votar em separado, o ponto dois e três. -----

----- Então vamos votar o ponto dois e o ponto três.-----

----- Como recomendação, poderá sempre no futuro vir a Câmara adotá-la, se ela for aprovada, e portanto, penso como recomendação não está prejudicada, e por isso vamos passar à votação.” -----

----- **O Ponto 1 da Recomendação nº 052/08 foi rejeitado**, abstenção do PAN, votos contra do PS, CDS-PP, MPT, PPM, 6 IND, votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV, 1 IND.-----

----- **O Ponto 2 da Recomendação nº 052/08 foi rejeitado**, não há abstenção, votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PPM, 6 IND, votos a favor do PSD, BE, PAN, 1 IND.-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar à votação da Recomendação 52/09, também apresentada pelo Partido Social Democrata.”-----

----- A **Recomendação nº052/09 foi rejeitada**, não há abstenções, votos contra do PS, 6 IND, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND.-

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário)-

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A recomendação foi rejeitada. -----

----- Uma Declaração de Voto escrita do CDS, Declaração de Voto Oral do Partido Social Democrata. -----

----- O Microfone ao Senhor Deputado António Prôa, em nome da bancada do PSD.”--

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” fará também uma Declaração de Voto escrita, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa também, e o Partido Socialista, fará uma Declaração de Voto oral.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- *O PSD naturalmente votou favoravelmente, esta recomendação, não só, diria até, não sobretudo por ser da sua própria autoria, mas porque o que propomos, nos parece ser de elementar bom senso, o que nós defendemos, e propusemos nesta Assembleia, era uma recomendação no sentido em que a Câmara Municipal desenvolve-se campanhas de sensibilização relativamente ao cumprimento do Código da Estrada, e propor também o reforço do papel da Polícia Municipal, particularmente na salvaguarda da fluidez do tráfego de transportes públicos.-----*

----- *Não posso deixar de registar com surpresa, quase diria com estupefação que o voto muitas vezes ditado por cores, e menos preocupado em zelar pelo bem-estar dos cidadãos tenha conduzido esta proposta à rejeição, acho que ninguém entende, e eu desafio, aliás, os Senhores Deputados Municipais, se se derem ao trabalho, e de não tiverem mais nada de interessante para fazer, quando terminar esta Assembleia, peço-vos o favor de lerem esta proposta despida das setinhas que tem no topo, para*

verificarem se não era de bom senso, que esta Assembleia tivesse esta proposta, sinceramente, acho que esta Casa, do meu ponto de vista, modesto naturalmente, esta Casa não saiu prestigiada com esta votação cega.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Senhor Presidente, para fazer uma Declaração de Voto oral, dizendo que o Partido Socialista votou contra a Recomendação do Partido Social Democrata, uma vez que, nós reconhecemos bem, e lemos bem aquilo que foi apresentado e agora relido pelo Senhor Deputado Municipal António Prôa, sucede que não se trata do Código da Estrada ou de sinistralidade rodoviária aqui em causa, estamos a falar dos Estatutos da Carris.-----

----- E portanto, o que nós não compreendemos é o que isto tem a ver com os Estatutos da Carris, e portanto, uma coisa é os Estatutos da Carris, outra coisa é a sinistralidade rodoviária e Código da Estrada.-----

----- E portanto, “não bate a bota com a perdigota”, não é esta a sede, não é este o momento, e portanto, naturalmente, votamos contra a proposta do PSD por essa ser desadequada do momento e ser inoportuna.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram contra a proposta 749/2018 por considerarem que:-----

----- Não faz sentido admitir que a Carris, por ter como objecto social a exploração do serviço público de transporte de passageiros de superfície na cidade de Lisboa, tem também vocação para fiscalizar o cumprimento das regras de trânsito nas vias sob jurisdição municipal;-----

----- O CDS-PP rejeita qualquer solução que conduza a uma sobreposição de competências entre as várias empresas municipais e entende que as funções de transporte colectivo de passageiros e de fiscalização do cumprimento das regras de trânsito são evidentemente distintas e insusceptíveis de serem prosseguidas pela mesma entidade;-----

----- A repartição de competências que tradicionalmente pertencem à Polícia Municipal com as empresas municipais (EMEL e agora também Carris) tende a esvaziar a razão de existir da Polícia Municipal.-----

----- Multiplicar as entidades com competência de fiscalização das regras trânsito no município de Lisboa permite e favorece a denominada “caça à multa”, já muito sentida na actuação da EMEL;-----

----- É urgente estabelecer uma fronteira entre gestão e prevenção rodoviárias e fiscalização orientada para o lucro, em especial numa cidade com tantas deficiências, cada vez mais acentuadas, ao nível do estacionamento e dos transportes públicos;-----

----- A ausência de explicações em sede de audição, por parte do Senhor Vereador Miguel Gaspar, sobre qual o modelo que prevê para e como se efectuará a

fiscalização revela dois aspectos preocupantes: ou um desconhecimento do modelo a aplicar e, consecutivamente, vazio político e estratégico, ou simplesmente entende que não deve dar explicações ao órgão fiscalizador, querendo fazer crer que será a administração da Carris a definir o modelo sem sua orientação, facto em que não podemos acreditar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa Independente** apresentou posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto.** -----

----- “A Proposta 749/CM/2018, pontos 1 e 2 - Alteração dos Estatutos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. não me merece reservas na sua generalidade, reputando o conteúdo e objectivos da mesma merecedores de voto favorável.-----

----- Reserva merece apenas a extensão prevista para a hipotética delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Carris para fiscalização do cumprimento das regras do Código da Estrada e legislação complementar previstas no artigo 3.º, n.º 2 da Proposta de Estatutos da Carris em apreciação. Com efeito, o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, prevê a competência das Câmaras Municipais para a fiscalização de todas e quaisquer infracções ao Código da Estrada e legislação complementar nas vias sob sua jurisdição.-----

----- Ora, do debate da Proposta na Câmara Municipal e na 8.ª Comissão Permanente desta Assembleia Municipal infere-se que os autores da Proposta pretendem, apenas, que com esta delegação de competências a Carris possa melhor operacionalizar as suas actividades, protegendo a prestação de serviço público dos inúmeros abusos e violações das regras de paragem e estacionamento nas vias públicas onde a mesma opera.-----

----- Assim, e acompanhando tal preocupação legítima e meritória, não se pode conceber que a Carris, empresa com actividade e impacto relevantes no trânsito rodoviário em Lisboa, possa ser, de um modo absoluto, fiscalizada e fiscalizadora em simultâneo. Por isso se entende que a redacção proposta pode abrir caminho a desmandos e conflitos de interesses, especialmente no que abre a possibilidade de se ir muito para além do propósito que a justifica. Nessa medida apresentei proposta com vista à adequação do texto da Proposta aos seus propósitos, não estando disposto a sancionar uma visão maximalista e destituída de fundamento e arrimo político, como a que a Câmara Municipal aqui submeteu.-----

----- Apenas me abstive em relação ao ponto 1 da Proposta, por o mesmo ter sido votado previamente e enquanto pressuposto da proposta de alteração que subscrevi, mais sublinhando que se a votação da proposta de alteração por mim subscrita precedesse a votação da Proposta original da Câmara Municipal e fosse rejeitada, como se verificou, teria votado contra o Ponto 1 da proposta original da Câmara Municipal pelas razões supra aduzidas.” -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”** apresentou posteriormente, a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes votou contra o ponto 1 da Proposta N.º 749/2018, relativo à fiscalização por parte da Carris do cumprimento

das normas do Código da Estrada nas vias de jurisdição municipal pelas seguintes razões:-----

----- Os Verdes rejeitam a passagem de competências de fiscalização para a Carris, com a qual, por princípio, não estão de acordo.-----

---- Em momento algum, inclusive na comissão onde o Senhor Vereador da Mobilidade foi ouvido sobre esta proposta, foi explicada de que forma seria feita essa fiscalização.-----

----- Os Verdes consideram grave a falta de informação prestada à Assembleia Municipal de Lisboa, sendo inaceitável que o executivo não tenha prestado os esclarecimentos necessários sobre a forma, os meios e o âmbito de actuação da referida fiscalização, o que representa uma total falta de transparência e de rigor.” ---

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao Senhor Deputado António Prôa, para uma interpelação à Mesa, com o conhecimento que o Senhor Deputado tem da Assembleia do Regimento, certamente será mesmo uma interpelação à Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “É seguramente uma interpelação à Mesa, eu diria Senhor Presidente, é até um modesto apoio ao exercício das funções que hoje tem investido, porque de facto esta recomendação foi aceite pela Mesa, distribuída pela Assembleia Municipal, e portanto, eu como Deputado Municipal não coloco em causa a pertinência de uma proposta que é votada, especialmente depois de ela ter sido alvo de deliberação, e ainda para mais ela começou por ser aceite e distribuída pela Mesa, e portanto, parece-me que este é o posicionamento correto, ninguém questionou a pertinência, votaram-na, e depois de a votarem, há a quem a considere impertinente, o que me parece impertinente e precipitada foi a intervenção anterior. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, tomámos boa nota, e vamos dar por encerrado este ponto.”-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DO PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 745/CM/2018 – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA «OPERAÇÃO RENDA ACESSÍVEL BENFICA E MARVILA», E AFETAÇÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO TAL COMO IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NAS ALÍNEAS I) E P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL E NA ALÍNEA C), DO N.º 1 DO ART.º 16.º, DA ALÍNEA B), DO ART.º 19.º, E DO ART.º 130.º E SEQUINTE DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); GRELHA BASE (ADIADA):**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- O ponto seguinte seria a “Apreciação do ponto 6 da parte deliberativa da Proposta 745 de 2018.-----

----- “Autorização para a celebração do contrato de concessão da «Operação Renda Acessível Benfica e Marvila», nós consensualizamos ontem na Conferência de Representantes, que esta proposta seria adiada, que a Câmara Municipal de Lisboa durante a próxima Conferência de Representantes faria um ponto de situação sobre esta matéria das propostas de renda acessível, mas de todo o modo, perguntava à Câmara se quer aqui, uma vez que o fez na Conferência de Representantes, mas se quer aqui de um modo breve fundamentar o pedido ou se prescinde? -----

----- Palavra à Senhora Vereadora Paula Marques.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em Exercício. -----

----- Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Só reforçar aqui o que foi dito na Conferência de Representantes, e também, naturalmente, partilhar com os Senhores e Senhoras Deputadas, o sentido em que é público que houve uma pronúncia do visto prévio do Tribunal de Contas em relação à Operação de São Lázaro, e portanto nós entendemos, o processo estava a correr na Assembleia Municipal, e bem, cada órgão tem o seu ritmo de trabalho, e tem as suas competências, e portanto, eu entendi, não o deveríamos fazer antes de parar qualquer análise e discussão sobre esta proposta em sede de Comissão, entendemos que, e foi isso que publicitei e agradeço a todas as forças políticas por terem acolhido a nossa solicitação. -----

----- Fazermos a discussão desta matéria quando ainda está a decorrer o período de recurso e a Câmara anunciou publicamente que estava a fazer recurso desta matéria, achamos que não é liso, no sentido do comportamento, não seria transparente na minha perspectiva, eu não me sentiria bem e o Senhor Presidente também não, ao fazermos uma extrapolação sobre uma matéria que não tendo nós dúvida sobre a necessidade dela naturalmente, e agradecendo a celeridade com que a Assembleia Municipal trata as questões da habitação, achamos que neste momento não seria correto fazermos, uma vez que é hoje o dia que entregamos o recurso no Tribunal de Contas, achamos que não o deveríamos fazer, portanto pedimos o adiamento. -----

----- Obrigada, Senhor Presidente em Exercício.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora.”-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DOS SEGUINTE VOTOS RELATIVOS ÀS JORNADAS MUNDIAIS DE JUVENTUDE EM LISBOA EM 2022, NOS TERMOS DOS MESMOS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO**

N.º 1 DO ART.º 47.º E NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, AMBOS DO REGIMENTO; GRELHA-BASE:-----

----- **VOTO N.º 051/04 (PSD) – “CONGRATULAÇÃO PELAS JORNADAS MUNDIAIS DE JUVENTUDE EM LISBOA EM 2022”**-----

----- (O Voto n.º 051/04 apresentado pelo PSD fica anexado à presente ata como Anexo X e dela faz parte integrante.)-----

----- **VOTO N.º 051/07 (MPT) – “SAUDAÇÃO ÀS JORNADAS MUNDIAIS DA JUVENTUDE”.**-----

----- (Voto n.º 051/07 apresentado MPT fica anexado à presente ata como Anexo XI e dela faz parte integrante.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos então para o ponto seguinte na Ordem de Trabalhos, e na próxima Conferência de Representantes, revisitaremos o tema da renda acessível, e naturalmente que os documentos anexos e relacionados ficam também adiados.-----

----- Vamos então passar ao ponto sete, da Ordem de Trabalhos, “Apreciação dos votos relativos às Jornadas Mundiais de Juventude em Lisboa em 2022”, nos termos dos mesmos e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis.-----

----- Voto 51/04 apresentado pelo Partido Social Democrata,” Congratulação pelas Jornadas Mundiais de Juventude em Lisboa em 2022”.-----

----- Voto 51/07 apresentado pelo MPT, “Saudação às Jornadas Mundiais da Juventude 2022”.-----

----- A Senhora Segunda Secretária quer conferir as inscrições, e naturalmente vamos dar a palavra primeiro aos preponentes, ao PSD e ao MPT.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tenho como inscritos o Senhor Deputado João Condeixa do CDS, o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos começar pelo Senhor Deputado António Prôa para apresentar em nome do PSD o Voto 51/04.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem Senhor Presidente, muito obrigada.-----

----- Sobre a Jornada Mundial da Juventude, que se realiza em 2022 em Lisboa, é esse o tema do nosso voto de congratulação por esta feliz notícia para a cidade de Lisboa, e permita-me Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, e Senhores Vereadores, que começo por saudar a igreja portuguesa, os católicos portugueses e os católicos de Lisboa, por esta conquista, porque uma iniciativa destas dá trabalho a conquistar, e por isso, em nome da cidade devemos saudar esse empenho que conseguiu assegurar em Lisboa a realização deste evento.-----

----- Quero também registar as manifestações de satisfação, e de apoio do Senhor Presidente da República, do Senhor Primeiro Ministro, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures e do Senhor Presidente de Câmara de Lisboa, que é bem um sinal nesta diversidade, um sinal da unidade, relativamente à conclusão sobre a importância que transcende em muito o carácter religioso deste evento.-----

----- Permitam-me estando na Assembleia Municipal de Lisboa, que felicite particularmente, e gostaria de o fazer na sua presença, mas estou certo que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva o fará, transmitir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, uma sincera felicitação pelo empenho do Senhor Presidente da Câmara na concretização desta iniciativa em Lisboa, sei bem que também vou dele o empenhamento, que é também dele o sucesso desta conquista.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, como disse este evento, sendo religioso, no entanto pela dimensão, pela visibilidade e pela mensagem, têm um carácter universal, e têm um carácter universal mas realiza-se em Lisboa, e é esse orgulho que também devemos ter. -----

----- É um evento que promove princípios de paz, de tolerância, de compreensão, de respeito e de acolhimento, são no fundo princípios que são promovidos pelos cristãos, mas estou certo que são partilhados por todos os homens de boa vontade. -----

----- É por isso, que deve ser um orgulho para Lisboa, poder ser aqui a voz de todos estes princípios, de Lisboa para o mundo em 2022. -----

----- É por isso, que estes valores sendo de todos devem ser assumidos por todos sem preconceitos, Lisboa é uma cidade aberta, tolerante e que acolhe bem, e Portugal identifica-se com a construção e enriquecimento na diferença e no intercâmbio cultural, estes são os valores promovidos pelas Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- A realização destas jornadas em Lisboa, será por isso um palco privilegiado de convívio e intercâmbio social e cultural da cidade, do país, da Europa e de África com o mundo. -----

----- Será um encontro de povos unidos pela paz, com sentido da universalidade, contra nacionalismos conflituosos.-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, a realização da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, é um desafio, e uma oportunidade para Lisboa e para Portugal.-----

----- Um desafio para Lisboa, na organização do maior evento religioso do mundo e no acolhimento de jovens de diversas proveniências, será a afirmação da capacidade organizativa de grandes eventos mundiais, será também uma oportunidade para Portugal se afirmar, uma vez mais, e ser exemplo no mundo como protagonista na promoção de valores humanísticos, da paz, do acolhimento, e do diálogo. -----

----- Lisboa está de parabéns, estamos todos de parabéns.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, o MPT prescinde da apresentação do Voto 51/07, e portanto vamos dar sequência aos oradores inscritos.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “A Senhora Deputada Patrícia Gonçalves Independente.”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Boa tarde Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Deputadas. -----
----- Não querendo ser desmancha-prazeres e compreendendo o entusiasmo da Câmara Municipal de Lisboa com o acolhimento do evento de dimensão internacional, não posso deixar de dizer que nos choqua profundamente, que os cartazes espalhados pela cidade dando as boas-vindas ao evento, não tenham referência ao carácter católico do mesmo. -----
----- É importante lembrar que vivemos numa cidade cosmopolita, numa sociedade laica e que há muitos jovens em todo o mundo, que não se sentiram incluídos nas tais jornadas, eu se ainda fosse jovem não me sentiria. -----
----- Obrigada.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, próximo orador.” -----
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Davide Amado do Partido Socialista.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Davide Amado (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- Sou socialista e sou católico, e estou muito feliz pelas Jornadas Mundiais da Juventude decorrerem em Portugal em 2022. -----
----- Muito breve, só para dizer que o PS se associar quer ao voto de congratulação do PSD, quer ao voto de saudação do MPT, e para dizer a todas Senhoras e Senhores Deputados, que este é provavelmente o evento que mais pessoas terá na cidade de Lisboa, não só pelo sua índole religiosa, mas também sob o índole profana que terá impacto na economia da cidade, e que a todos nos devia orgulhar Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- Quero secundar as palavras do Senhor Deputado António Prôa, e dizer apenas duas coisas. -----
----- Saudar a igreja portuguesa, o Dom Manuel Clemente, o Dom Joaquim Mendes, que teve um papel importante também na preparação da candidatura das Jornadas Mundiais da Juventude, e saudar também o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, que teve um papel também essencial, para que Lisboa fosse a vencedora destas Jornadas Mundiais da Juventude, e que Deus nos dê força a todos para que corra tudo muito bem.-----
----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma vez mais muito boa-tarde.-----

----- O PAN gostaria obviamente de saudar a cidade de Lisboa, por esta iniciativa, saudar também o empenho das diferentes organizações que se mobilizaram para que fosse uma realidade, a começar pelo Executivo, pela Igreja.-----

----- E lembrar que de facto existe um volume muito elevado de pessoas que será esperado na cidade, esta Assembleia já aqui deliberou que fosse feito um estudo do impacto da carga turística na cidade, e de facto não é um tema menor, este precisamente as jornadas que se esperam, lembram-nos a importância de prepararmos a nossa cidade para este tipo de iniciativas, que muito nos honram, e precisamente por isso devem correr o melhor possível, estando devidamente preparados ao nível dos transportes, dos centros de saúde que possam ter que acolher as pessoas, da habitação, da mobilidade, e das diferentes questões transversais a esta iniciativa.-----

----- Não querendo menosprezar aquilo que está em cima da mesa, não podemos deixar de lembrar a importância de facto haver um planeamento eficaz, para que no final de toda a iniciativa nos possamos orgulhar, e dizer que de facto Lisboa, recebeu de braços abertos, uma iniciativa de não-violência, de paz, e obviamente de fraternidade, que é aquilo que estamos aqui hoje a falar, independentemente das questões religiosas.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Naturalmente gostaria de começar a título pessoal de saudar todos os distintos Deputados e Deputadas Municipais que são católicos, e de lhes desejar uma boa organização deste evento, mas não o posso saudar enquanto poder público. -----

----- Porque de facto, até já se veio ouvindo algum discurso contraditório com os próprios princípios que nos são transmitidos nos Evangelhos, até se vão ouvindo até os vendilhões do tempo, que vêm a oportunidade de negócio com estas Jornadas Mundiais da Juventude, isso de facto é lamentável e é um mau serviço que se presta à igreja.-----

----- Quando os decisores públicos vêm dizer que vai promover o turismo, e que vai permitir uma arrecadação de receita, imagine-se só a taxa de dormida, entre a taxa municipal turística e de dormida, quando os decisores políticos o vêm fazer, e em função disso saúdam, está tudo pervertido! -----

----- Por isso, estes votos de saudação que aqui nos são apresentados hoje, não podem merecer, não podem merecer, um voto favorável da minha parte, aliás, seria hipócrita da minha parte, e eu estou farto de hipocrisias, e estou farto de hipocrisias daqueles que vêm a esta Assembleia Municipal com olho nos votos dos católicos e com outro na carteira dos católicos que ande vir, e portanto, haja alguém que pelo menos nesta Assembleia Municipal, que respeite o princípio da laicizada do Estado, e cá estarei eu para o fazer, votando contra estas duas propostas, mas naturalmente, desejando todas as felicidades à organização, que espero que seja sem dinheiros públicos, e com muito empenho e voluntariado no espírito cristão. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos, os católicos e de outras religiões. -----

----- Uma declaração de intenções, não sou católico, não tenho outra religião, não sou agnóstico, sou ateu, já fui católico, todo o respeito por todos aqueles que o são, e os outros que também não são e são de outras religiões. -----

----- O Município de Lisboa, tem todo o orgulho em receber e de se ter empenhado na realização nestas Jornadas, agradeço as palavras daqueles que parabenizaram o Município de Lisboa, nomeadamente, o Senhor Presidente pelo empenho colocado, da mesma forma que se coloca em todas as outras iniciativas das mais variadas confissões religiosas, grupos não religiosos, se houver aí algum Deputado ateu, ou outra coisa qualquer que queira fazer uns grandes encontros mundiais, esteja à vontade, o Município de Lisboa tem essa abordagem global, e uma abordagem que recebe bem todos aqueles, independentemente das suas confissões religiosas, e todo um conjunto de características que podem ser comuns.-----

----- E portanto, dizer-vos que esta mais um momento de grande afirmação da cidade, como uma cidade global, e venham outros eventos idênticos. -----

----- E já agora para terminar, Senhor Deputado Rui Costa, onde é que o Senhor vive?-----

----- Já ouviu falar em turismo religioso?! É que de facto é uma matéria, que tanto vale para qualquer religião, como para outra coisa qualquer. -----

----- São pessoas que se deslocam à cidade, que as recebemos bem, e que sabemos que elas também trazem um conjunto de vantagens porque estão cá a viver, independentemente da sua religião ou da sua falta dela. -----

----- Muito obrigado. -----

----- E queriam empregos entre os quais, e contribuem com impostos, que depois viabilizam esta democracia e esta pluralidade, de que hoje aqui somos representantes.

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Não registámos mais inscrições, e vamos passar então às votações. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, vamos votar o Voto 51/04, apresentado pelo PSD.” -----

----- O Voto n.º 051/04 foi **aprovado por maioria**, abstenção do BE, 3 IND, votos contra 3 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, 1 IND. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos votar o Voto 51/07, apresentado pelo MPT.” -----

----- O Voto n.º 051/07 foi **aprovado por maioria**, abstenção de 4 IND, votos contra 3 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Encerramos assim o ponto sete.” -----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DOS SEGUINTE VOTOS RELATIVOS À ATUAL SITUAÇÃO NA VENEZUELA, NOS TERMOS DOS MESMOS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 47.º E NA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 48.º, AMBOS DO REGIMENTO; GRELHA-BASE:** -----

----- **VOTO N.º 051/02 (MPT) – (RETIFICADO) - SUBSCRITO PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO MPT E DO CDS-PP- “ASSASSINATO DE MANIFESTANTES NA VENEZUELA” – PESAR** -----

----- (O Voto n.º 051/02 apresentado pelo MPT fica anexado à presente ata como Anexo XII e dela faz parte integrante.) -----

----- **VOTO 051/03 (PSD) – “PELOS MORTOS, EM NOME DA LIBERDADE NA VENEZUELA” – PESAR** -----

----- (O Voto n.º 051/03 apresentado pelo PSD fica anexado à presente ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante.) -----

----- **VOTO 051/05 (PCP) – (NOVA VERSÃO) – “CONDENAÇÃO DA NOVA OPERAÇÃO GOLPISTA, DA CAMPANHA DE DESESTABILIZAÇÃO E DE**

AMEAÇAS CONTRA A VENEZUELA E EM DEFESA DOS INTERESSES DA COMUNIDADE PORTUGUESA NESTE PAÍS.-----

----- (O Voto nº 051/05 apresentado pelo PCP fica anexado à presente ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante.) -----

VOTO Nº 052/03 DO DEPUTADO MUNICIPAL INDEPENDENTE RUI COSTA – “VOTO SOBRE A SITUAÇÃO NA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA”.-----

----- (O Voto nº 052/03 apresentado pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa fica anexado à presente ata como Anexo XV e dela faz parte integrante.)

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao ponto oito da Ordem de Trabalhos, “Apreciação dos votos relativos à atual situação na Venezuela”, nos termos dos mesmos e nas disposições Regimentais.-----

----- Temos o Voto 51/02 apresentado pelo MPT, o Voto 51/03 apresentado pelo PSD, o Voto 51/05 apresentado pelo Partido Comunista Português, com uma nova versão que substitui a anterior e que foi distribuída, e o Voto 52/03 apresentado pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa. -----

----- Talvez seja bom, a Senhora Deputada verificar as inscrições, sendo que os preponentes quiserem apresentar os documentos têm prioridade nas inscrições.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tenho inscritos: o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP, o Senhor Deputado Manuel Lage do PS, o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD, o Senhor Deputado João Condeixa e o Senhor Deputado Rui Costa, e o Senhor Deputado Luís Newton.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O MPT deseja apresentar o documento? -----

----- O MPT prescinde.-----

----- Vamos então dar a palavra ao Partido Social Democrata.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Francisco Domingues, do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em Exercício, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- A Venezuela está a passar presentemente a maior crise política, económica e social da sua história.-----

----- O ano passado realizaram-se eleições presidenciais na Venezuela. -----

----- Segundo fontes independentes, a taxa de participação no ato eleitoral rondou apenas os 32,3%, verificando-se que grande parte da oposição não participou nas eleições uma vez que muitos dos seus líderes, dos quais se destaca Leopoldo López, se encontravam presos, existindo, de igual forma, acusações de que o Conselho Eleitoral é controlado e manipulado de forma grosseira por Nicolás Maduro. -----

----- Desde as eleições que a instabilidade política, social e econômica agravaram-se na Venezuela, que vieram a culminar com que o Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se tenha declarado Presidente Interino da Venezuela, afirmando estar a ocupar um cargo que foi usurpado, tendo reclamado de imediato a realização de eleições livres. -----

----- As ruas de Caracas e de outras cidades foram ocupadas por manifestantes pedindo o afastamento imediato de Nicolás Maduro. -----

----- Maduro continua a declarar que não renunciará. -----

----- Desde então, dezenas de países reconheceram Juan Guaidó como presidente interino. -----

----- Enquanto isso, os protestos crescem no país e mais de três dezenas de pessoas já morreram nas ruas no decurso da repressão infligida pelas forças policiais e pelas forças armadas ainda controladas por Nicolás Maduro. -----

----- Nos mercados, faltam alimentos, produtos de higiene e medicamentos. -----

----- A inflação alta, provocou um aumento exponencial do preço dos produtos básicos, quando esses conseguem ser encontrados. -----

----- Essa escassez atinge, nomeadamente, os produtos com preços regulados, tais como o leite, carne, ovos, café, arroz, óleo, farinha e manteiga. -----

----- A queda do produto interno bruto *per capita*, entre 2013 e 2017 foi mais grave do que aquela por que passaram os Estados Unidos da América durante a Grande Depressão de 1929, ou a crise da Rússia, Cuba e Albânia após a dissolução da União Soviética. -----

----- Durante o ano de 2016, por exemplo, a inflação foi de 800% e a economia contraiu-se 18,6%. -----

----- Segundo informações do Fundo Monetário Internacional, a inflação no ano de 2018 foi de cerca de um milhão por cento! -----

----- Uma pesquisa indica que cerca de 75% da população perdeu em média pelo menos 8,7 kg no ano de 2017 devido à falta de alimentação adequada. -----

----- Dados divulgados há cerca de três meses pela ONU, apontam que a crise na Venezuela está a provocar que cerca de 3,7 milhões de pessoas passem fome severa. -----

----- Segundo a FAO, organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação, a população desnutrida na Venezuela caiu de 10,5%, em 2005, para 3,6%, em 2011. Mas, desde então, a alta foi constante, atingindo presentemente o número de 11,7%. -----

----- A taxa de homicídios em 2015 foi de 90 por 100.000 habitantes, segundo o Observatório Venezuelano de Violência, lembrando-se que uma taxa superior a 10 por 100.000 habitantes é considerada como violência epidémica pela Organização Mundial da Saúde. -----

----- A situação caótica provocou uma forte onda migratória de venezuelanos. Estima-se que mais de 1,5 milhão de pessoas emigraram entre os anos de 1999 e 2014, sendo que, só no ano de 2015, emigraram 1,8 milhões de pessoas, e nos primeiros seis meses de 2018, 5000 pessoas emigravam, em média, por dia, nomeadamente, para o Brasil e Colômbia. -----

----- Durante a liderança de Hugo Chávez e agora de Nicolás Maduro, a acumulação de poder no Poder Executivo e a erosão das garantias dos direitos humanos permitiram ao governo intimidar e processar os seus críticos, verificando-se que as redes de rádio e de televisão são censuradas e muitas vezes encerradas, se criticarem o governo. -----

----- A organização *Freedom House*, classificou há cerca de cinco anos a Venezuela na segunda pior posição de todo o continente americano, em relação à liberdade de expressão, só ultrapassada por Cuba. -----

----- Vivem na Venezuela mais de 400 mil portugueses e lusos descendentes, que sofrem todos os dias os malefícios de um presidente de esquerda radical, incompetente e insensível, que tem provocado índices económicos medíocres, instabilidade política, pobreza da população e violência, onde o número de mortos aumenta todos os dias, vítimas da repressão de um regime ditatorial. -----

----- O PPD/PSD não é indiferente ao que se passa na Venezuela, não podendo deixar de saudar a corajosa atitude do Presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Juan Guaidó, pelas novas funções de Presidente Interino do seu país, bem como apresentar o presente voto pelo falecimento diário de cidadãos venezuelanos, que nas ruas lutam pela liberdade, e por um país mais justo, mais próspero e com melhores condições de vida do que aquelas a que são sujeitos presentemente pelo regime do ditador Maduro. -
-----Tenho dito.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- “O nosso voto tem o título de “Condenação da nova operação golpista, da campanha de desestabilização e de ameaças contra a Venezuela e em defesa dos interesses da comunidade portuguesa neste país.” -----

----- A República Bolivariana, da Venezuela, e o povo venezuelano têm vindo a ser vítimas de uma contínua ação de destabilização, tentativas de golpes de estado, boicotes, açambarcamento, especulação, violência, terrorismo, sanções, bloqueio económico, financeiro, político e diplomático, e mesmo a ameaça de intervenção militar por parte dos Estados Unidos da América, que está na base de problemas de

economia da Venezuela, e dificuldades que o seu povo e a esmagadora maioria da comunidade portuguesa, neste país enfrentam. -----

----- Atualmente está em desenvolvimento uma nova operação golpista orquestrada e comandada pelos Estados Unidos da América, que através da insólita auto-proclamação de um presidente fantoche, dito presidente interino promovido por Trump e logo apoiado por Bolsonaro, e outros em afronta à ordem constitucional da Venezuela ao estado democrático de direito, e ao normal funcionamento das instituições, procura colocar em causa o legítimo Presidente Nicolás Maduro, eleito livre e democraticamente, expressando a vontade do povo venezuelano. -----

----- Recorde-se, que os esforços de negociação das autoridades venezuelanas, encetados na República Dominicana, e que levaram à realização das eleições presidenciais, em 20 de maio de 2018, foram boicotados pela oposição golpista, e os Estados Unidos da América. -----

----- A defesa dos interesses nacionais da comunidade portuguesa na Venezuela, exige que Portugal, e o Governo português pautem relações com a Venezuela e o seu legítimo governo, no respeito da carta da ONU, e do direito internacional, e não por uma atitude de seguidismo da União Europeia, e dos círculos mais reacionários alinhados com a inaceitável operação de destabilização e subversão contra aquele país. ---

----- A única posição consentânea com a defesa da paz, dos interesses e aspirações do povo venezuelano, é o respeito pelo seu direito a decidir sem ingerências externas o seu futuro. -----

----- Assim o Grupo Municipal do PCP propõe que Assembleia Municipal de Lisboa a reunir em Sessão de 29 de janeiro de 2019, delibere: -----

----- Um, condenar a operação golpista, as sanções, o bloqueio e as reiteradas ameaças dos EUA de intervenção militar contra a Venezuela; -----

----- Dois, sublinhar que só uma atitude de respeito pelo direito do povo venezuelano a decidir o seu futuro, sem ingerências externas, contribuirá para assegurar a normalização da situação e a salvaguarda dos interesses, nomeadamente da segurança da comunidade portuguesa na Venezuela; -----

----- Três, condenar o reconhecimento e o apoio pelo Governo do PS, com o apoio do PSD, do CDS, ao presidente fantoche nomeado pela administração de Trump para a Venezuela, que contou com o apoio imediato de Bolsonaro, numa intolerável afronta à soberania, e independência da República Bolivariana da Venezuela, ao povo venezuelano, à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional. -----

----- Quatro, condenar o desrespeito pela Constituição da República Portuguesa e ao arrepio dos interesses do país e do povo português, a opção do Governo PS, pelo apoio aberto à operação golpista contra a Venezuela, tornando-se assim corresponsável pela atual escalada de agressão levada a cabo pelos Estados Unidos, apoiada pela União Europeia, e pelas suas graves e perigosas consequências para o povo venezuelano e a comunidade portuguesa que vive naquele país. -----

----- Condenar a posição extremamente grave de seguidismo e de ação de ingerência... -----

----- Tenho um terço do tempo dos “Verdes”, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, aos serviços para registarem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu informei a Mesa. -----

----- Condenar a posição extremamente grave de seguidismo, e a ação de ingerência contra a Venezuela, aliada com os sectores mais agressivos, golpistas e reacionários, responsáveis por outras agressões, como contra o Iraque, a Líbia e a Síria, petróleo, petróleo. -----

----- Seis, condenar aqueles que são responsáveis por tentativas de golpe de estado, violência, terrorismo, sanções e bloqueios económicos, confiscação ilegal de bens e recursos financeiros da Venezuela, ou por provocações junto à sua fronteira, a coberto de uma adita ajuda humanitária, assim como com a ameaça de intervenção militar, reafirmada por Trump. -----

----- Dar conhecimento deste voto:-----

----- Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Embaixada da Venezuela em Portugal.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em Exercício, Senhoras e Senhores Vereadores ainda presentes e resistentes, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Vir aqui falar de direitos humanos, e vir falar de democracia, é muito curioso, porque normalmente aproveitam-se estes momentos na Assembleia Municipal, e noutras Assembleias políticas para elegermos os nossos anjos e demónios, que naturalmente variam conforme o lado da sala. -----

----- E aqueles que ontem aplaudiam um célebre personagem, uma recriação do Oliveira da Figueira do Tintim, mais propriamente o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas, que então era recebido calorosamente por Maduro, por Maduro, era recebido calorosamente, mas o PS não se riam porque também lá fizeram algumas visitas, aos outros que vão defendendo regimes que de democrático tem muito pouco, e vão dizendo que o regime persiste em ser democrático, e sobre a capa da ingerência permitem situações verdadeiramente absurdas. -----

----- Mas para dizer, que lamento muito que hoje não tenham vindo aqui falar das penas cruéis e degradantes que são aplicadas no Irão, na Arábia Saudita, contra as faltas de democracia na China, e ausência da possibilidade do povo se pronunciar da Coreia do Norte, sabe-se lá, pelo pouco que se sabe, mas vêm para aqui fazer este tipo de atuação. -----

----- E eu gostava de pôr alguma calma nesta matéria, e gostava que refletíssemos todos um pouco, em vez de vir aqui com bandeirinhas que guardamos atrás da porta, e pensássemos sobretudo numa coisa, que sociedade internacional é que queremos?-----

----- E queremos uma sociedade internacional, onde porventura se reconhecem governos, ou presidentes, para que estes solicitem uma qualquer intervenção armada estrangeira numa sociedade muito dividida, ou queremos uma sociedade internacional onde há normas de direito, onde há respeito por aquilo que é a Organização das Nações Unidas e as deliberações dos seus órgãos, e o emprego na força nestes termos.

----- É que eu tenho muito receio, de qualquer intervenção na Venezuela, para além de ser sangrenta, e vou terminar, para além de ser manifestamente sangrenta, represente um perigo grave para aquilo que é o direito internacional, de hoje amanhã, por exemplo alguém se proclama aqui presidente interino de Portugal, e solicita a intervenção de Espanha para resolver.-----

----- Podia-se ter sucedido no 25 de Abril, perfeitamente, por isso é que há regras de direito internacional, e por isso é que deve ser qualquer intervenção, circunscrita aos limites daquilo que é a Carta das Nações Unidas. -----

----- Disse! -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Condeixa do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- Boa tarde aos Vereadores do CDS, aos Vereadores do CDS novamente, boa-tarde aos demais Deputados. -----

----- Eu gostava de elencar outros Vereadores, mas de facto, tirando o Bloco de Esquerda que eu sei que se ausentou momentaneamente, que eu sei, os restantes Vereadores, tal como tem sido apanágio não comparecem até ao fim dos trabalhos. ----

----- Boa tarde a todos os Deputados. -----

----- Uma primeira nota, tem a ver com o tema aqui discutido, que é por muito impactante que seja por muitos portugueses que estão hoje na Venezuela, e muitos venezuelanos que vivem também em Lisboa, a verdade é que haverá outros assuntos prioritários a este fórum para discutir a bem dos lisboetas.-----

----- Ainda assim, não quisemos de dar aqui as nossas notas relativamente ao que temos em apreço.-----

----- Se quiséssemos poderíamos dividir o mundo entre aquilo que são as democracias de estilo ocidental, que são livres, que são prósperas, que são tolerantes, com valores que ergueram a paz e que respondem a situações de pobreza, de desigualdade e de violência. -----

----- E os outros países onde as democracias são fantochada, onde a liberdade não existe, onde os oligopólios criam gigantes desigualdades, e onde a miséria, a mentira e a opressão são o quotidiano.-----

----- Lá fora temos estes dois mundos, cá dentro desta sala diria que a divisão se poderia fazer até da mesma forma, aqueles partidos que vêm as democracias do estilo ocidental e as defendem, e os outros partidos.-----

----- O PCP reafirma o que já conhecíamos que está do lado dos modelos de partido único, das democracias estranguladas, e dos modelos socialistas que nunca vingaram, e que sempre degeneram em pobreza. -----

----- Já sei, que provavelmente me vão dizer que não vingam, mas isso é porque não são socialismos, eu deixava a nota de quem o diz é Nicolás Maduro, precisamente aquela pessoa, aquele senhor que vocês apoiam. O PCP só ajuda a derrubar ditaduras de cor diferente da sua, se for da sua cor até bate palmas, veja-se na Coreia do Norte, veja-se na China, veja-se até nas afrontas russas à Ucrânia, onde eu nunca vi, nunca vi o PCP dizer o que fosse. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, se dúvidas houvesse sobre a divisão do mundo nestas duas visões, bastaria ver quem ladeia o PCP, Rússia, China, Bolívia, Turquia, Nicarágua ou Irão, são estes os países que apoiam a manutenção de Maduro, todas referências que falam por si. -----

----- É caso para dizer “diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”. -----

----- Ditado, que aliás também serve ao governo português, que se apoia num partido, como o PCP, com estas características há muito conhecidas. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, relevante é sobretudo ao PCP que está preocupado com este tema, relevante é o seguinte: -----

----- Os portugueses na Venezuela precisam de apoio, precisam de proteção e de segurança, e o governo de Maduro que o PCP apoia não deixa sequer o grupo de operações especiais da PSP entrar no país para garantir a segurança dos cidadãos portugueses e da nossa embaixada, é isso que os Senhores querem, é deixarem os portugueses reféns, e é deixar os portugueses sujeitos a uma qualquer revolução, e a uma qualquer situação de perigo que porventura na Venezuela se possa agravar, é nisto que o PCP.-----

----- E eu tenho um terço do tempo... já está? Então vou terminar então. -----

----- É importante tomar a posição, como fez o nosso governo ainda que tarde, e não até como o Bloco dizia relativamente ao Bolsonaro que uma indecisão era potenciar uma das áreas. -----

----- Eu gostaria só de terminar, dizendo nós não somos fans de autoproclamados, mas preferimos sem dúvida aos auto eternizados, e sobretudo se esta for a via para aquele povo, e finalmente a eleições livres. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- Curiosamente, conseguimos produzir um Vereador do PS a tempo da minha intervenção, muito obrigada Senhor Vereador João Paulo Saraiva, por ter entrado na sala ter vindo a correr para me vir ouvir falar, muito obrigado, senão não conseguia fazer esta intervenção, felizmente veio a tempo. -----

----- Estava há espera que eu viesse falar? Muito obrigada Senhor Vereador, muito obrigada Senhor Vereador Manuel Grilo também de ter vindo a tempo da minha intervenção, eu compreendo que alguns dos Senhores não queiram ouvir, eu se pudesse também saía. -----

----- Senhores Deputados, o assunto da Venezuela é um assunto de mais, para virmos para aqui com questões de política partidária, com questões do passado, com questões ideológicas, está em cima da mesa uma questão humanitária, é isto que está em cima da mesa. -----

----- O que acontece é que há pessoas a sofrer na Venezuela.-----

----- E aquilo que se exige é bom senso, isto é o que se exige, e portanto, é necessário dar a voz ao povo, o povo têm que se pronunciar, é preciso cumprir o direito internacional. -----

----- Ambas as partes, envolvidas naquilo a que ninguém quer que se torne num conflito interno, já solicitaram à sua maneira a intervenção externa na Venezuela é um facto. -----

----- Aquilo que nós pretendemos, aquilo que nós desejamos é que não haja mais sofrimento para o povo, aquilo que nós desejamos é que haja uma rápida urgente solução para as pessoas, para as pessoas que têm fome, as pessoas que sofrem diariamente, os luso-descendentes e os outros, aquilo que nós queremos é não vir aqui fazer chicana, não vir fazer aqui demagogia com o passado de quem esteve no poder, de quem não esteve, de quem lá foi em visita num ano ou noutra, porque já todos lá fomos, já todos lá estivemos, já todos militámos num partido, bem, nós sempre se calhar militámos no mesmo, mas já andámos de um lado para o outro alguns, o facto, é que a verdade que isto não é o momento para chicana política, Senhores Deputados, este é o momento para ajudar as pessoas que estão a sofrer. -----

----- E com isto não se brinca, esta é a verdade, portanto ajudemos o povo da Venezuela, e rapidamente acabemos com a questão, tratemos da questão humanitária, enviemos a ajuda que é solicitada, deixamos que as pessoas se pronunciem rapidamente para que haja uma democracia, e para que seja reposta aquilo que é a vontade das pessoas.-----

----- Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Naturalmente, matérias que trazem aquela que é a característica que mais nos inunda a todos, que é a dimensão humana, puxa inevitavelmente por paixões, paixões essas que muitas vezes resvalam para uma dimensão ideológica que muitas vezes estreitamente partidária.-----

----- Eu estava ouvir aqui o Senhor Deputado Modesto Navarro a falar sobre as maravilhas da Venezuela, e lembrava-me do Ministro iraquiano da informação Muhammad Said al-Sahaf, durante a Guerra do Golfo dizia que o Iraque era um país das enormes virtudes e que a ditadura Saddam Hussein representava isso mesmo, e que as tropas americanas iriam ser esmagadas no deserto do Iraque. -----

----- Nada disso aconteceu, nem o Iraque da altura representava virtudes, aliás, representava mais problemas para o resto do mundo, nem o Iraque, nem a Venezuela hoje representa qualquer tipo de virtude para o seu povo. -----

----- Diz o Senhor Deputado que o país, isto é tudo à volta do petróleo, e eu pergunto-lhe Senhor Deputado como é que é possível ser à volta do petróleo, o país, que é um dos países mais ricos em petróleo na América Latina, tem também o rendimento mais baixo *per capita*, situações de pobreza extrema que evidenciam naquele país são reflexo de uma gestão que tem atentado significativamente contra o próprio modelo de gestão, e contra a própria comunidade venezuelana.-----

----- Fala-nos das intervenções internacionais e que deve existir critérios, e então o que se passou na Crimeia? E o que se passou na Síria? Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, e dizer que para uns as intervenções são bem-feitas e podem ser feitas à margem da Carta das Nações Unidas, e depois para outros dizer que não, não! A Carta das Nações Unidas e aquilo que é a autonomia dos povos. -----

----- E os GOE (Grupo de Operações Especiais) e aquilo que é o elemento mais essencial da segurança do nosso próprio país, que é a nossa embaixada? Que deveria ser assegurada por quem? Pelo povo venezuelano, pelas forças polícias venezuelanas e que não é feito, até esses mandaram para trás. -----

----- A questão que está aqui em cima da mesa é, um país que está falido, é um estado que está falido, é uma governação que está falida, é um modelo de gestão estatal que está falido, e que neste momento atenta contra os direitos básicos, não só do seu próprio povo, mas aquilo que tem sido mais evidente nos últimos tempos, é que atenta também contra o povo português, e isso é que não se aceita. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais oradores inscritos, e portanto vamos passar à votação dos diferentes documentos.-----

----- Voto 51/02 do MPT, para registar que no seu ponto, um onde se lê: “*manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento*”, deve-se ler “*assassinato*”, e penso que é só, na alteração, o CDS subscreve este voto. -----

----- Temos o Voto 51/03 apresentado pelo PSD, temos o Voto 51/05 apresentado pelo Partido Comunista Português, na sua nova versão, e temos o Voto 52/03 apresentado pelo Deputado Municipal Independente Rui Costa.-----

----- Vamos votar pela ordem dos documentos.-----

----- O Partido Social Democrata pediu uma breve pausa para confirmar uma informação antes das votações.-----

----- Entretanto, aproveito, estava aqui a conversar com as minhas Colegas de Mesa, até porque vários Grupos Municipais estavam a fazer essa questão, eu pela minha parte tenho um compromisso que já estava previsto antes da suspensão da Presidente Helena Roseta às vinte horas, e aqui a opinião das minhas Colegas, era terminarmos os trabalhos há um quarto para as oito, e depois continuarmos na próxima Reunião com as diferentes propostas que estão aqui em cima da mesa.-----

----- O Bloco de Esquerda está a propor a votação por pontos, portanto a separação do ponto do ponto, um e dois, certo? -----

----- Nós não costumamos votar as remissões, costumamos dá-las por adquiridas.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton estava a questionar se não teríamos eventualmente recebido alguma proposta de alteração ao texto do PSD, que tínhamos aqui na Mesa não, os serviços também não. -----

----- Portanto podemos prosseguir a votação? -----

----- A questão era alguma eventual alteração ao texto do PSD, mas não foi recebido. --

----- Vamos então retomar, votar o Voto 51/02, apresentado pelo MPT.” -----

----- **O Voto n.º 051/02 foi aprovado por maioria** não há abstenções, votos contra do PCP, PEV, 3 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, 4 IND. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos proceder à votação do Voto 51/03, apresentado pelo Partido Social Democrata.” -----

----- **O Voto n.º 051/03 foi aprovado por maioria,** abstenções do BE, 1 IND, votos contra do PCP, PEV, 4 IND, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, 2 IND.--

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos proceder à votação do Voto 51/05, do Partido Comunista Português.-----

----- Eu agradecia que não tivessem a telefonar durante as votações.-----

----- A interpelação à Mesa é antes de começarmos as votações, ou depois, mas muito bem.-----

----- Microfone aos Senhores Deputados.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente, nós ligámos para a Mesa antes da votação, para tentar esclarecer, porque o voto do PSD, a versão que está no *site* tem um asterisco, que não é um ponto autónomo, e aquilo que nós queremos perceber, se este asterisco é para ser votado como um ponto autónomo, ou porque está aqui como asterisco e não foi posto como um ponto. -----

----- Caso seja um ponto, aquilo que eu peço é a repetição da votação porque nós pretendemos atomizar este ponto, para termos uma votação autónoma. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, esse ponto foi devidamente esclarecido a pedido e solicitação do Partido Social Democrata, no tempo de interrupção dos trabalhos. -----

----- E não tenho nenhuma outra alteração, os serviços dizem-me que não receberam nenhuma outra alteração, e portanto, aquilo que nós esclarecemos e que íamos proceder à votação, e que já votámos aliás, era aquilo que foi distribuído atempadamente aos Senhores e Senhoras Deputados.-----

----- Vamos prosseguir com as votações.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE),** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente apenas para uma correção relativamente ao Voto 051/02 do MPT, no ponto dois, o Bloco abstêm-se.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem fica registado com a devida correção. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, nós fazemos as votações, foi uma exceção motivada por um pedido do PSD, que depois motivou um pedido de esclarecimento do Senhor Deputado Independente Paulo Muacho, mas tudo o que são correções, declarações de voto, é no fim das votações, e portanto, vamos prosseguir com as votações, e depois sinalizam todas as declarações de voto e as outras matérias à Mesa.

----- Vamos votar a nova versão do Voto 51/05, apresentado pelo Partido Comunista Português.”-----

----- O **Voto nº 051/05** foi **rejeitado**, abstenção do BE, votos contra do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, 4 IND, votos a favor do PCP, PEV, 3 IND.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----

----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos proceder à votação do Voto 52/03, do Deputado Municipal Independente Rui Costa, quem apresenta. -----

----- Vamos proceder à votação. -----

----- Microfone ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, para que efeito, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Por causa da votação que está profundamente errado, porque nós entregámos aí uma nota escrita, a dizer que queríamos uma determinada votação, e separação de votos, portanto, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Já não tenho aqui Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Também tinha informado a Mesa que “Os Verdes” tinham dado um terço do tempo, e o Senhor Presidente tentou interromper aquilo que era nossa intervenção. -----

----- Queria-lhe pedir o ponto um e dois juntos, o ponto três e o ponto cinco também juntos, e em separado o ponto quatro, está claro?-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Um e dois?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Juntos, três e cinco juntos, e o quatro isolado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O cinco não costumamos votar, Senhor Deputado, as remessas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Também.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Votaremos, o um e o dois juntos, o três e o quatro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Muito bem, em separados.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então proceder às votações, como solicitado pelo Partido Comunista Português.-----
----- Vamos, votar então o ponto um e dois.-----
----- Microfone à Senhora Deputada do PAN, estamos a votar o voto apresentado pelo Deputado Municipal Rui Costa, conforme os pedidos feitos pelo Partido Comunista Português, e que por lapso nós já não tínhamos aqui presente a solicitação que tinha sido feita”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----
----- “Senhor Presidente, já estamos esclarecidos muito obrigada.”-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos então retomar a votação, peço-vos desculpa.-----
----- Vamos repetir a votação do ponto um e dois, do voto apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Rui Costa.”-----
----- **O Ponto 1 e 2 do Voto nº 052/03 foram aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 7 IND.-----
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----
----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos votar agora o ponto três.”-----
----- **O Ponto 3 do Voto nº 052/03 foi aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PCP, CDS-PP, PEV, MPT, 1 IND, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, 6 IND-----
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----
----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Vamos votar o ponto quatro.”-----
----- **O Ponto 4 do Voto nº 052/03 foi aprovado por maioria**, abstenções do CDS-PP, PAN, MPT, votos contra do PCP, PEV, 1 IND, votos a favor do PS, PSD, BE, 6 IND.-----
----- (Ausência do Grupo Municipal do PPM da Sala de Plenário.)-----
----- (Ausência de dois Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário.)-----
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “O Partido Comunista Português apresentará uma Declaração de Voto escrita, o Partido Ecologista “Os Verdes” e o Bloco de Esquerda também.”-----

----- **O Grupo Municipal do Partido Comunista Português** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“ *Declaração de voto contra referente a todos os documentos referentes à situação na Venezuela apologéticos da ingerência nos assuntos internos desse país.* ---

----- *Nos termos do n.º. 4 do Artigo 63º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, o Grupo Municipal do PCP sobre o ponto 8 –Situação na Venezuela, documentos votados na 52ª Reunião – 33ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 05 de Fevereiro de 2019, apresentados pelo MPT e PSD, fazendo a apologia da ingerência nos assuntos internos desse país, apresenta a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----*

----- *A República Bolivariana da Venezuela e o povo venezuelano têm vindo a ser vítimas de uma continua ação de desestabilização – tentativas de golpes de Estado, boicotes, açambarcamento e especulação, violência e terrorismo, sanções, bloqueio económico, financeiro, político e diplomático, a confiscação ilegal de bens e recursos financeiros no valor de dezenas de milhares de milhões de dólares, e mesmo a ameaça de intervenção militar por parte dos EUA – que está na base de problemas da economia da Venezuela e de dificuldades que o seu povo e a esmagadora maioria da comunidade portuguesa neste país enfrentam. -----*

----- *Actualmente está em desenvolvimento uma nova operação golpista orquestrada e comandada pelos EUA que, através da insólita «auto-proclamação» de um presidente fantoche, dito «presidente interino» – promovido por Trump e logo apoiado por Bolsonaro e outros – em afronta à ordem constitucional da Venezuela, ao Estado democrático de direito e ao normal funcionamento das instituições, procura colocar em causa o legítimo Presidente Nicolás Maduro, eleito livre e democraticamente, expressando a vontade do povo venezuelano. -----*

----- *Recorde-se que os esforços de negociação das autoridades venezuelanas encetados na República Dominicana e que levaram à realização das eleições Presidenciais, em 20 de Maio de 2018, foram boicotados pela oposição golpista e os EUA. -----*

----- *A defesa dos interesses nacionais e da comunidade portuguesa na Venezuela exige que Portugal e o Governo português pautem as relações com a Venezuela e o seu legítimo Governo no respeito da Carta da ONU e do Direito Internacional, e não por uma atitude de seguidismo da União Europeia e dos círculos mais reacionários alinhados com a inaceitável operação de desestabilização e subversão contra aquele país. -----*

----- *A única posição consentânea com a defesa da paz, dos interesses e aspirações do povo venezuelano é o respeito pelo seu direito a decidir, sem ingerências externas, o seu futuro. -----*

----- *O Grupo Municipal do PCP condena a operação golpista, as sanções, o bloqueio e as reiteradas ameaças dos EUA de intervenção militar contra a Venezuela.*

----- *Considera que não é com o alinhamento com aqueles que são responsáveis por tentativas de golpes de Estado, violência e terrorismo, sanções e bloqueio económico, confiscação ilegal de bens e recursos financeiros da Venezuela ou por provocações*

junto à sua fronteira a coberto de uma dita «ajuda humanitária», assim como com a ameaça de intervenção militar reafirmada por Trump, que se defenderão os interesses do povo venezuelano e do povo português, incluindo da comunidade portuguesa naquele país. -----

----- Sublinha que só uma atitude de respeito pelo direito do povo venezuelano a decidir o seu futuro, sem ingerências externas, contribuirá para assegurar a normalização da situação e a salvaguarda dos interesses – nomeadamente da segurança – da comunidade portuguesa na Venezuela. -----

----- Expressa o seu repúdio pelo «reconhecimento» e apoio anunciado pelo Governo português ao «presidente» fantoche nomeado pela Administração Trump para a Venezuela, que contou com o apoio imediato de Bolsonaro, o que representa uma afronta à soberania e independência da República Bolivariana da Venezuela, ao povo venezuelano, à Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional. -----

----- Considera que a opção do Governo português de apoio aberto à operação golpista contra a Venezuela – em desrespeito pela Constituição da República Portuguesa e, ao arrepio dos interesses do País e do povo português – o torna co-responsável pela actual escalada de agressão levada a cabo pelos EUA, apoiada pela UE, e pelas suas graves e perigosas consequências para o povo venezuelano e a comunidade portuguesa que vive naquele país. -----

----- Considera extremamente grave uma posição de seguidismo da acção de ingerência contra a Venezuela, alinhada com os sectores mais agressivos, golpistas e reaccionários, responsáveis por outras agressões, como contra o Iraque, a Líbia ou a Síria. -----

----- Ficam assim declaradas as razões do voto contra as Propostas do MPT e do PSD sobre o assunto em referência, por parte do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Relativa aos Votos 051/02 - Assassinato de manifestantes na Venezuela, 051/03 - Pelos mortos, em nome da liberdade na Venezuela, 051/05 - Condenação da nova operação golpista, da campanha de desestabilização e de ameaças contra a Venezuela e em defesa dos interesses da comunidade portuguesa neste país, 052/03 - Sobre a situação na República Bolivariana da Venezuela.-----

----- É com muita preocupação que Os Verdes têm acompanhado os desenvolvimentos que, do exterior, sobretudo da Administração norte americana e da União Europeia, têm vindo a traçar o cenário de desestabilização que está instalado na Venezuela. -----

----- Esta não é, infelizmente, uma realidade nova, uma vez que já assistimos a situações semelhantes noutras ocasiões e em várias partes do planeta. -----

----- Em bom rigor, os autores da pressão, das sanções e do bloqueio económico e político que está a ser feito sobre a Venezuela, são os mesmo que acusaram o Iraque de possuir armas de destruição maciça e que com esse pretexto destruíram esse país e massacraram o seu povo, apesar de se ter “confirmado” que afinal o Iraque não tinha armas nenhuma. E o mesmo se diga relativamente a outras “intervensões”,

como na Líbia, que representou outro crime sem qualificação, ou no Iémen, um verdadeiro genocídio a céu aberto. -----

----- Estes são alguns dos exemplos que devem merecer a reflexão de todos os cidadãos do mundo e que devem constituir elementos de análise quando avaliamos o peso das ingerências externas na situação vivida actualmente na Venezuela e nas suas consequências futuras para os venezuelanos e para a paz no mundo. -----

----- Os Verdes reafirmam que a solução para os problemas da Venezuela terá de ser procurada pelos próprios venezuelanos e não imposta pelo exterior. Uma solução pacífica, dentro do quadro constitucional da Venezuela e sem qualquer tipo de ingerências externas, sejam pressões, boicotes, bloqueios, confisco ilegal de recursos financeiros ou exigências de qualquer tipo. -----

----- Pelo exposto, o Grupo Municipal do PEV votou contra os Votos 051/02 e 051/03, assim como votou abstenção no ponto 3 e contra no ponto 4 do Votos 052/03, rejeitando quaisquer ingerências externas, defendendo ainda que o bem-estar e a segurança da comunidade portuguesa e lusodescendente que vive na Venezuela deveriam ser a preocupação fundamental do Governo português.” -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Apreciação dos seguintes votos relativos à atual situação na Venezuela. -----

----- As Deputadas e os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram que: -----

----- A atitude da União Europeia em reconhecer Guaidó como Presidente da Venezuela pode resultar no desencadear de um conflito armado, algo que todos e todas repudiamos e trará consequências negativas para o povo venezuelano e quem lá vive e trabalha;-----

----- O Bloco de Esquerda não acompanha nem Nicolas Maduro, nem Guaidó, como aliás tem sido reiteradamente indicado ao longo dos anos;-----

----- O Bloco de Esquerda defende uma mediação internacional para eleições livres, como proposto pela Organização das Nações Unidas.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados as minhas desculpas, o microfone ao PAN que a Declaração de Voto é oral.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- O voto oral refere-se à moção do Partido Comunista, e aquilo que eu queria dizer era que, se aquilo que o Partido Comunista diz na moção fosse verdade, provavelmente todos votaríamos, o problema é que vive numa realidade paralela, e que não nos permite votar favoravelmente.-----

----- Em 1975 vivíamos uma situação parecida, e apenas queríamos que alguém nos ajudasse, como neste momento vários povos estão a tentar ajudar a Venezuela, mas Maduro, lamento dizer, mas, “está maduro”, e neste momento já não consegue dar

nada de positivo ao povo venezuelano, onde vivem três milhões de portugueses, que nós temos que ajudar. -----

----- Muito obrigado.” -----

O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao CDS também, para uma Declaração de Voto oral, o Partido Comunista Português também. -----

O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Senhor Presidente, em primeiro lugar dizer que o CDS, subscreveu o voto apresentado pelo MPT, porque é o único que chama as coisas pelos nomes. -----

----- Não foram falecimentos, ninguém teve um AVC caiu para o lado, foram assassinatos cometidos pelo Estado, e portanto, é preciso deixar isso muito claro, foi o governo venezuelano que assassinou pessoas que se estavam a manifestar de forma pacífica na Venezuela. -----

----- E depois dizer relativamente ao voto do PCP, eu acho que tudo foi dito pelo meu Colega que fez a intervenção, mas não podemos deixar de lamentar e achar vergonhoso e inacreditável que o PCP não tenha colocado uma única linha sobre aquelas pessoas que já faleceram no âmbito de toda a problemática da Venezuela, e achamos e consideramos que é vergonhoso.” -----

O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Microfone ao Partido Comunista Português.” -----

O Grupo Municipal do PCP apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Há muitos anos, há dezenas de anos que ouvimos este discurso, no tempo do fascismo, no tempo do fascismo nós não ouvíamos provocações, agora estamos em processo democrático, felizmente, incomoda-vos muito em certos aspetos, mas estamos! -----

----- E portanto, o PCP tem todo o direito, todo o direito de exprimir aquilo que pensa, entende e como age perante estas situações, e a má consciência de alguns levam-vos a dizer que, estamos nisto ou estamos naquilo. -----

----- Não! Estamos cá, com os pés assentes, lutámos, estivemos presos, foram muitos assassinados, e continuaremos a lutar pelos nossos ideais, que não vendemos por nada neste mundo.” -----

O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, nós aprovamos um minuto de silêncio, não sei se querem encerrar os trabalhos “tout court”, ou se guardamos um minuto de silêncio, e depois declaramos encerrados os trabalhos? -----

----- Vamos então fazer um minuto de silêncio, em cumprimento da deliberação que foi aprovada.” -----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio em cumprimento da deliberação.)--

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Rui Paulo Figueiredo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, damos por encerrada a Reunião de hoje” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----